

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES.

DE "AMA DE LEITE" À "MÃE NEGRA": O OFÍCIO DE BABÁS NA ZONA SUL DO RIO DE
JANEIRO E AS RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO COLONIAL

MILENA MANFREDINI

Niterói - RJ
2024



MILENA MANFREDINI

**DE "AMA DE LEITE" À "MÃE NEGRA": O OFÍCIO DE BABÁS NA ZONA SUL DO RIO DE
JANEIRO E AS RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO COLONIAL**

Niterói, 27 de junho de 2024.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades - Linha de pesquisa: Fronteiras e produções de sentido.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof.^a. Dra. Janaína Damaceno

Prof.^a. Dra. Barbara Copque

Prof.^a. Dra. Melina Santos

Niterói - RJ
2024

“E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.”

Lélia Gonzalez

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

Conceição Evaristo

“A teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e este alguém tem uma história”

Grada Kilomba

Endereço essa dissertação às minhas ancestrais e a cada uma das mulheres negras que confiaram e compartilharam suas narrativas, sentimentos e memórias de vida. Para vocês, toda a minha reverência e amor.

Penso, reflito e danço, logo existo.

Artistas que embalaram a escrita deste trabalho com suas vozes-presenças:

1. Gilberto Gil
2. Milton Nascimento
3. Dorival Caymmi
4. Elza Soares
5. Naná Vasconcelos
6. Itamar Assumpção
7. Maria Bethânia
8. Letieres Leite
9. Luedji Luna
10. Stella do Patrocínio

RESUMO:

A presente pesquisa tem a proposta de analisar, por meio das narrativas autobiográficas de babás negras de diferentes faixas etárias, os diversos aspectos envolvidos na construção da subjetividade e da perspectiva de si e como os mecanismos de exploração, de violência e de submissão do racismo e do sexismo atravessam estes corpos e suas relações na sociedade. Além disso, essa escrita visa entrecruzar passado e tempo presente tendo como ênfase o trabalho das amas de leite do período colonial brasileiro e das babás da Zona Sul do Rio de Janeiro. Por intermédio das referências dos estudos pós-coloniais, do trabalho de campo e da teoria feminista é possível desmistificar a imagem romantizada em torno do ofício das babás e das amas de leite, ocupação esta envolta em afeto e intimidade, mas incapaz de romper as diferenças e as hierarquias sociais. Esta dissertação se propõe a analisar as tensões históricas que orientam as relações de poder e de opressão, e compreender que estão intimamente imbricadas em um processo de subalternização de mulheres negras.

Palavras-chave: Mulher Negra, Babás, Racismo, Feminismo, Pós-colonialismo, Interseccionalidade.

ABSTRACT:

This research aims to analyze, through the autobiographical narratives of black nannies of different age groups, the different aspects involved in the construction of subjectivity and self-perspective and how the mechanisms of exploitation, violence and submission to racism and of sexism permeate these bodies and their relationships in society. Furthermore, this writing aims to interweave past and present time, focusing on the work of wet nurses from the Brazilian colonial period and nannies from the South Zone of Rio de Janeiro. Through references from post-colonial studies, fieldwork and feminist theory, it is possible to demystify the romanticized image surrounding the role of nannies and wet nurses, an occupation that is shrouded in affection and intimacy, but incapable of breaking down differences and social hierarchies. This dissertation aims to analyze the historical tensions that guide relations of power and oppression, and understand that they are intimately intertwined in a process of subalternization of black women.

Keywords: Black Woman, Nannies, Racism, Feminism, Post-colonialism, Intersectionality.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1.	
FRATURAS DO COLONIALISMO E SUA DÍVIDA IMPAGÁVEL	16
1.1. Escrivências e considerações metodológicas	16
1.2. A experiência das mulheres negras escravizadas	21
1.3. Amas de leite e a criação desse estereótipo	27
1.4. A dívida impagável do colonialismo	36
CAPÍTULO 2.	
AMAS DE LEITE VERSUS BABÁS	39
2.1. Babás, uma reatualização do passado	39
2.2. Dororidade: A dor e a solidão partilhada pelas babás	42
2.3. Desvalorização continuada da figura da mulher negra na sociedade	48
2.4. Casos noticiados na grande mídia e Covid 19	52
2.5. Hereditariedade do ofício	63
CAPÍTULO 3.	
BABÁS NO TEMPO PRESENTE	68
3.1. Uniforme branco e Interdição das babás nos espaços	68
3.2. Filhos naturais versus filhos dos patrões	76
3.3. Adoecimento psíquico das babás	84
3.4. Stella do Patrocínio: um estudo de caso	90
3.5. Amas de leite e babás pelas lentes do cinema	100
3.6. Imagens das Amas de leite e babás ressignificadas pelas artes visuais	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	119

AGRADECIMENTOS

Especialmente à professora Janaína Damaceno, minha querida professora e orientadora, a quem tenho imensa admiração e carinho. Sempre serei profundamente grata por sua delicadeza e sensibilidade numa das travessias mais desafiadoras de minha vida que foi a escrita e a entrega desta dissertação e por não ter desistido de mim apesar de meus encapsulamentos marítimos;

Aos Orixás Exu, Iemanjá e Iansã, por me ampararem e por serem minha sustentação em tempos labirínticos de deriva e outros de naufrágios;

À educação popular e pública da qual sou fruto, principalmente os pontos de cultura - projeto idealizado pelo então ministro da cultura Gilberto Gil- que me apontou futuridades nunca antes sonhadas e fez de mim cineasta. Também à coordenação e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelas trocas tão generosas e pela sensibilidade, em especial _s professores: Ana Enne e João Domingues;

À banca de qualificação e à banca examinadora deste trabalho, composta pelas professoras Ana Paula Alves Ribeiro, Barbara Copque e Melina Santos, pela disponibilidade, partilha, escuta e afeto;

À professora Tatiana Bacal, que me apresentou a antropologia pela primeira vez na PUC-Rio e me fez compreender que a linguagem do cinema que eu trazia comigo era possível de ser aproximada da antropologia visual. Sou grata por me ensinar a ser uma aluna de graduação nas tarefas mais básicas e necessárias da vida intelectual como: escrever, ler, fichar textos e me mover em campo;

Ao professor Valter Sinder, um narrador benjaminiano da antropologia, meu orientador na graduação, que acolheu a mim e ao projeto embrionário de pesquisa das babás quando dava meus primeiros passos em campo;

Ao antropólogo e amigo Emílio Domingos, que no passado me ofertou inspiradoras aulas de antropologia e cinema no período da graduação, a convite e sempre ao lado da querida Tatiana Bacal. Agradeço por todas as conversas e entrevistas concedidas para a realização de trabalhos da graduação que tinham sempre o seu cinema como tema e inspiração;

À Lélia Gonzalez, Stella do Patrocínio, Beatriz Nascimento, Frantz Fanon, Grada Kilomba e tantas/os outras/os intelectuais negras/os, por suas produções que pavimentaram caminhos para que eu aqui chegasse e por nos ensinar tanto até os dias atuais;

As/os profissionais do departamento do PPCULT, por toda atenção, em especial, Danilo;

Aos meus amigos de modo geral, principalmente aos que se mantiveram próximos apesar de minhas constantes ausências ao longo dos últimos dois anos e por ainda assim navegarem comigo nos dias de mar revolto: Andreza Ferreira, Juliano Viana e Antoine d'Artemare. Obrigada por não desistirem de minha amizade;

À Juliana, minha irmã, por me ofertar sorrisos e esperanças nas circunstâncias em que menos acreditei em mim mesma;

Aos queridos colegas da turma de 2022 do PPCULT pelas conversas e encorajamentos;

Às mulheres negras que me antecederam e permitiram que hoje eu aqui estivesse, principalmente às babás que considero co-autoras desta dissertação, por me receberem em suas vidas partilhando conversas tão íntimas sobre memórias, sonhos, alegrias e dores, num gesto de confiança ao qual nunca me esquecerei;

À toda equipe do filme “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - projeto fílmico que entrego juntamente a esta dissertação de mestrado - em especial, as/os amigos João Araió, Juliana França, Raquel Lazaro e Ricardo Mansur;

À todas as/ os colegas que compuseram as equipes dos meus filmes anteriores;

Ao Miltinho, minha “pérolinha” negra, por me irradiar e aquecer com seus cabelos e sorrisos de sóis.

E por fim agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos do mestrado e à todas/os que colaboraram direta ou indiretamente neste processo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de dois anos de imersão em campo com um grupo de babás da Zona Sul do Rio de Janeiro associado à pesquisa e leitura de autores e autoras que se debruçaram sobre o mesmo tema e demais intelectuais que discutem questões relacionadas aos estudos de raça e gênero no Brasil. A ideia para escrever este trabalho nasce inicialmente a partir da minha observação, enquanto filha e neta de mulheres negras que exerceram durante anos o ofício de babás e também de minha vivência pessoal, visto que entre os meus 11 e 13 anos e a posterior, no início de minha vida adulta, exerci a mesma ocupação das mulheres de minha família, ou seja, assim como elas, atuei enquanto babá para famílias brancas. Sendo infelizmente a primeira, e a única até então de minha família, a ingressar na universidade e a quebrar com o ciclo do serviço doméstico. Contudo, por mais que tenha tido oportunidades proporcionadas pelas importantes políticas sociais das primeiras gestões do governo Lula (2003-2011) como minha formação em cinema pela Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu - escola popular idealizada graças a política dos pontos de cultura, idealizada pelo então ministro da cultura Gilberto Gil - e minha entrada na universidade, não fui capaz de esquecer das inúmeras companheiras que permaneceram e tantas outras que ingressaram no trabalho doméstico.

Quando cursava, enquanto bolsista, minha graduação em Ciências Sociais na PUC RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, localizada na Gávea, um bairro de elite da Zona Sul carioca com seus condomínios, carros e prédios de luxo, uma das figuras que sempre acompanhei com olhos e coração atento eram as babás, majoritariamente negras, sempre vestidas com uniformes brancos, elas caminhavam de cabeça e olhos baixos. Essas mulheres passavam por mim cotidianamente ao lado de crianças brancas e cada encontro com elas, eu buscava compreender as ressonâncias que contribuía para a existência dessa ocupação ainda hoje. Numa das manhãs, a caminho da universidade, me aproximei de uma das babás e desejei “bom dia”, com o olhar surpreso, mas terno, uma delas me respondeu: “bom dia pra você também”. Desse dia em diante me aproximei aos poucos dessas mulheres por identificação e afeto, compreendendo a cada troca que desses encontros não só entenderia melhor a mim mesma e todas as violências as quais fomos e somos submetidas como também desse gesto nasceria a minha monografia e futuramente minha dissertação de mestrado.

No processo de investigação inicial para a escrita do trabalho de conclusão de curso e seguidamente para os contornos do que viria ser esta dissertação de mestrado, um vazio sem contorno se instaurou, dores e memórias antes aterradas foram revolvidas e vieram à tona deixando-me por vezes soterrada. Todo e qualquer movimento fazia latejar feridas antes desconhecidas e encobertas pelas camadas do tempo. A escrita era um dos gestos mais difíceis, pois exigia uma arqueologia das minhas próprias memórias numa escavação contínua na qual eu era de alguma forma meu próprio objeto de estudo e também agente da ação enquanto uma arqueóloga de minhas próprias emoções e das babás entrevistadas para esse projeto.

Das dores e da descoberta de diagnósticos também surgiu a certeza de que devia prosseguir com a pesquisa para além da graduação. Ao longo da escrita monográfica muitas discussões ficaram de fora devido ao recorte necessário e meu orientador dizia: “calma, você pode desdobrar essas inquietações no mestrado, aqui temos que delimitar, mas tem caminho pela frente”. Ao lembrar dessas conversas, enquanto caminhava ao seu lado, aflita pelo pilotis da PUC, tudo faz sentido e aqui estou dando prosseguimento a um estudo que não se encerra aqui e que desejo aprofundá-lo ainda mais futuramente num doutorado. É importante frisar que seria impossível conjecturar futuridades dessa pesquisa sem a interlocução preciosa das companheiras e co-autoras desta dissertação, ou seja, as babás. Ao lado delas caminhei, ouvi, compreendi e aprendi demasiadamente. Sou profundamente grata pela confiança que cada uma delas depositou em mim e nesta pesquisa.

O estudo para esse trabalho abriu fendas no tempo me fazendo trafegar não apenas no curso das memórias das babás como das minhas próprias e das mulheres de minha família. Em campo, ao ouvir muitos dos depoimentos, era lançada para minha infância, na casa dos patrões de minha avó materna, num apartamento de luxo em Copacabana, no qual minha avó trabalhava como babá, mas também faz-tudo como boa parte das babás até os dias atuais. Eu sentada no chão da cozinha, por volta de meus 6 anos, brincando de limpar a despensa da cozinha manipulando mantimentos finos e caros que nunca havia comido ou visto em minha casa. Para a criança visual e tátil que sempre fui, manusear esses produtos; os livros da biblioteca mesmo que fosse ajudando a limpá-los com minha avó; tocar os quadros de arte; os instrumentos musicais e objetos de antiguidade dos demais cômodos era um fascínio por mais que não pudesse usufruir deles e tampouco dos espaços. A ordem e os acordos eram rígidos, antes de sairmos de nossa casa em Nova Iguaçu, na periferia do Rio de Janeiro, minha avó dizia: “não peça nada na rua, pois não tenho dinheiro; chegando na casa dos meus patrões, não mexa em nada sem que eu esteja perto; só brinque com as crianças se eles te chamarem, mas não sente no sofá e nem fale alto; se as crianças correrem, você não deve correr; se te oferecerem algo deles pra comer – o que raramente acontecia –, agradeça, mas não aceite; quando a mãe deles chamar os filhos, volte pra cozinha; quando eu te chamar é pra vir na hora”. Esses eram alguns dos inúmeros códigos partilhados comigo e que seguia a risca, fora os outros tantos que estavam para além do dizível e que compreendia apenas pelo olhar de minha avó, como quando os patrões chegavam da rua e eu estava sentada no chão da sala brincando com os filhos brancos dos patrões e minha avó passava por mim me olhando de lado. Automaticamente eu me levantava e ia discretamente em direção a cozinha.

Havia uma linha divisória entre nós e eles e eu compreendi desde muito cedo que éramos os outros por mais que o discurso falacioso de sermos “da família” fosse difundido nos momentos oportunos para os patrões. Desde menina percebi que a nossa cor era outra, a nossa comida era outra, a nossa roupa era outra, os nossos calçados eram outros, a minha escola era outra, a nossa casa era outra, o nosso bairro era outro, a nossa estrutura familiar era outra e principalmente as nossas oportunidades e os nossos acessos também eram outros. Na casa desta família, a qual minha avó trabalhou por longos anos, eu brincava, mas também a ajudava nos serviços e vez ou outra ouvia dos patrões, em forma de elogio, que eu era muito comportada, caprichosa e que daria uma ótima empregada. Ficava orgulhosa, pois me sentia útil e admirava a excelência do trabalho de minha avó e

durante algum tempo esse também foi meu sonho: ser uma trabalhadora honesta, digna e admirável como minha avó, pois tinha muito orgulho da mulher que ela tinha se tornado ao longo da vida mesmo sendo afogada por enchentes e marés cheias emocionais.

Minha família é composta majoritariamente de mulheres negras de origem baiana, vindas de Ilhéus em direção ao sudeste em paus de araras e ônibus. Mulheres que aguentaram por inúmeros dias os sacolejos de caminhões lotados de esperança em direção às promessas de uma vida melhor na cidade grande. Esse deslocamento massivo em direção ao sudeste é um fenômeno chamado “migração nordestina” e que se desenhou principalmente em direção aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio, os trabalhadoras/es se concentraram nas periferias da região metropolitana fluminense, e esse processo se deu continuamente a partir da década de 1950. No auge da industrialização, entre as décadas de 1960 e 1980, passaram a migrar um número ainda maior de trabalhadoras/es em busca de melhores condições de vida e minha avó foi uma delas, desembarcando no Rio - o segundo estado que mais recebeu migrantes nordestinos no país - em 1974. Neste ano, inclusive, completa 50 anos de sua chegada.

Minha avó materna é a primeira mulher de nossa família a ancorar em terras cariocas e aqui chega apenas com uma muda de roupa, como ela mesma dizia, e trazendo minha mãe consigo. Por sua perseverança e determinação, em pouco tempo conseguiu trabalho numa casa de família em Ipanema, que pagava um salário minguado, porém permitia que ela dormisse com a filha no quarto de empregada. Pouco tempo depois minha avó ajudou outras mulheres da família a virem da Bahia para o Rio de Janeiro às indicando para trabalhos em outras casas de família na Zona Sul do Rio. Dos homens da minha família eu pouco sei, o que ficou deles foi um lastro de ausências. Algo que também se manifestou nos relatos das babás entrevistadas para esta pesquisa.

Pelos infortúnios da vida, a partir dos meus 9 anos de idade, por razões que não cabem aqui desdobrar, fui obrigada a amadurecer precocemente e a ser responsável por uma série de atividades domésticas e a cuidar de mim e de minha irmã caçula. Lavava nossas roupas na mão, passava, cozinhava - de maneira um tanto improvisada -, íamos para a escola sozinhas juntas, fazíamos a lição de casa e éramos a companhia uma da outra. Neste ínterim, nossa mãe passou a se ausentar de nosso convívio e nosso pai havia saído de casa. Aos finais de semana, na folga do serviço doméstico, sempre que possível nossa avó materna nos visitava e eu e minha irmã íamos rumando nesse compasso de solidões e de espera. Nessa fase víamos pouco a nossa mãe, que nesse período, exercia ocupações diversas, desde pequenos trabalhos informais a faxinas eventuais. Posteriormente consegui trabalhos como babá para famílias da Zona Sul carioca, mas sem direitos e vínculos trabalhistas. Devido a este cenário de instabilidade financeira, por volta dos meus 11 anos de idade, comecei a trabalhar como babá na parte da tarde para uma família branca do meu bairro. A mãe e o pai da criança trabalhavam fora e a criança estudava no período da manhã, assim como eu. O convite se deu de maneira inesperada, mas como tínhamos poucos recursos financeiros, aceitei. De segunda a sexta quando eu e minha irmã saíamos da escola, eu buscava a menina e íamos nós três para a casa dela. Chegando lá eu esquentava e dava o almoço a menina, lavava a louça e organizava rapidamente a casa para em seguida irmos em direção a casa que eu residia para que eu e minha irmã pudéssemos

almoçar. Minhas responsabilidades nessa rotina consistiam em: fazer as tarefas da escola, ensinar as tarefas para minha irmã - e também para a menina -, arrumar a casa, lavar nossos uniformes e dar conta dos demais afazeres domésticos. Nesse arranjo, eu que ainda era uma criança, cuidava de mais duas. A mãe da menina que eu cuidava chegava no início da noite e buscava a menina no portão da minha casa. O valor pago mensalmente para esse serviço era extremamente baixo, mas na minha concepção de criança era melhor que nada visto que tínhamos tão pouco. E foi neste período que exerci minha primeira experiência enquanto babá dando continuidade a uma prática exercida por todas as mulheres negras da minha família que me antecederam. Reforçando, inclusive, uma recorrência mapeada nas entrevistas realizadas para esta pesquisa que é a hereditariedade do ofício - um dos títulos de sub capítulos desta dissertação -, ou seja, em famílias negras o ofício de babás é passado de geração para geração sem que isso seja uma escolha definida pelas mulheres, mas sim uma imposição da estrutura social brasileira alicerçada no colonialismo e na desigualdade social.

Posteriormente, no início de minha vida adulta - com um certo letramento racial, social e político devido a minha formação nas escolas populares dos pontos de cultura - voltei a atuar no trabalho doméstico enquanto babá, mas com uma compreensão aguçada das violências mascaradas nessa relação trabalhista, de suas ressonâncias coloniais e com um desejo de não permanecer nesta função por muito mais tempo, pois nessa fase eu conjecturava futuros antes nunca sonhados e negados às mulheres da minha família. Por intermédio da formação política que recebi nos pontos de cultura, eu descobri que o mundo era e podia ser muito maior do que me era apresentado. Passei a sonhar com a universidade, em ser cineasta, em ser uma artista e a viver a partir de ocupações outras que não a do emprego doméstico. Por mais que tivesse a plena clareza de que esses sonhos não seriam fáceis de serem alcançados e tampouco facilitados por um lastro de acessos e privilégios, ainda assim, meu breve retorno ao trabalho enquanto babá veio muito imbuído do desejo de não permanecer e essa recusa não se deu por uma noção de desvalia da profissão e das trabalhadoras que o exercem - muito pelo contrário, sempre nutri um profundo respeito e admiração as profissionais que arduamente sustentaram suas famílias exercendo essa função -, mas a recusa se originava na compreensão da violência racial, colonial e histórica que esta função abriga.

A reflexão que este trabalho busca promover é como um passado colonial pode ser compreendido como responsável por um sistema que ainda hoje oprime, invisibiliza e silencia determinados corpos na sociedade, em especial os das mulheres negras. Ao analisar este sistema, por intermédio dos autores dos estudos pós-coloniais e com a crítica feminista interseccional, descentralizamos discursos e saberes no intuito de criar reverberações, nas quais as vozes não autorizadas e aquelas que estão na “zona do não ser”, como evidencia Fanon (2008), possam ter a possibilidade de falarem por si.

A discussão dos estudos pós-coloniais e do feminismo interseccional presente no trabalho foi e continua sendo um grande aprendizado, pois minha aproximação com esses autores e autoras se intensificou no final da minha graduação, por uma busca solitária - se comparado às autoras e autores eurocêntricos que sempre nos são apresentado em nossas formações -, contudo, navegar por

essas confluências foi e sempre é um divisor de águas, por me possibilitar a compreensão de novos discursos, paradigmas e maneiras de interpretar a sociedade. O universo das babás é um campo que tem me proporcionado um exercício de sensibilidade e escuta de narrativas poderosas que me auxiliaram a compreender a cultura brasileira e todas as nuances de poderes existentes nela. Através da leitura das obras de Gayatri Spivak, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, Patricia Hill Collins, Achille Mbembe, Joaze Bernardino Costa, Lilia Schwarcz, Rita Segato, bell hooks, entre outras/os, pude compreender como se alicerça a existência das babás e o quanto passado e tempo presente se fundem na formação da sociedade brasileira.

No primeiro capítulo, “Fraturas do colonialismo e sua dívida impagável”, será exposto a condição das mulheres escravizadas e das amas de leite no período colonial; trabalhos de historiadores e autores dos estudos pós-coloniais, de gênero e raça serão apresentados em paralelo às imagens de arquivo desse período, com o intuito de analisar as relações de poder que incidia e ainda hoje recaem sobre os corpos e as vidas dessas mulheres.

O segundo capítulo, “Amas de leite versus babás”, visa apresentar a reatualização do ofício das amas de leite em babás, a hereditariedade do ofício, a dor e a solidão partilhada pelas babás e os casos de exploração do trabalho das babás cobertos pela grande mídia tendo como principal alicerce autores e autoras que iniciaram esse mesmo percurso de análise: Lilia Schwarcz, Nanah Sanches Vieira, Joaze Bernardino Costa, Vilma Piedade, dentre outras/os, com vistas a analisar as narrativas e as experiências dessas mulheres na sociedade.

O terceiro capítulo, “Babás no tempo presente”, se pautará em questões que vem se apresentando de maneira acentuada ao longo da pesquisa de campo, principalmente nas narrativas das babás, que foram: o uso do uniforme branco, a relação com os filhos dos patrões *versus* seus filhos naturais, a pandemia da covid-19, o adoecimento psíquico e a invisibilização de suas presenças nos espaços, tendo como alicerce para a discussão os autores Frantz Fanon, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, dentre outros. Finalmente, as proposições dos autores trabalhados aliadas às experiências de relatos das babás nos fornecem subsídios para pensar esse tipo de trabalho dialogicamente, isto é, retomando o passado histórico para compreender e lançar luz no tempo presente.

Na esteira dessas discussões, o filme “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” foi desenvolvido em paralelo ao processo de pesquisa e escrita desta dissertação e nele tenho interesse em compreender o adoecimento psíquico da poetisa, filósofa e profeta Stella do Patrocínio, que antes de ter sua liberdade destituída, atuou enquanto babá e empregada doméstica para famílias da elite carioca.

CAPÍTULO I: FRATURAS DO COLONIALISMO E SUA DÍVIDA IMPAGÁVEL

Introdução ao Capítulo:

Neste primeiro capítulo, apresentarei brevemente o perfil das babás que generosamente confiaram suas vidas, memórias e relatos para a construção deste projeto e a metodologia adotada nos encontros semanais que consolidaram o percurso desta pesquisa. A seguir elenco referenciais teóricos que nos ajudam a compreender a experiência das mulheres negras escravizadas, passando, ainda, pelo sexismo, que somado ao racismo, incidia uma força opressiva nas vidas e nos corpos dessas mulheres, somatória que estruturou as bases desta sociedade fraturada e colonial.

1.2 - Escrevivências e considerações metodológicas

“Estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se confundem com as minhas”
(EVARISTO, 2016, p. 07)

Quando concluo minha monografia na PUC-Rio, tendo as babás como interlocutoras e co-autoras da pesquisa - prefiro nomeá-las desta forma, pois não me agrada a designação “objeto de estudo” -, permaneço em contato com elas por intermédio de áudios, mensagens no whatsapp e por vezes as visitando nos espaços em que nos encontrávamos antes. Do final da minha graduação até a aprovação do mestrado passaram-se três anos aos quais trabalhei enquanto diretora, roteirista, pesquisadora e professora no campo audiovisual. Mesmo na busca pela minha sobrevivência diária, enquanto profissional negra do audiovisual, dentro de uma lógica de mercado, que ainda hoje, se estrutura em princípios desiguais de privilégios e pactos narcísicos da branquitude¹, ainda assim, permaneci com o pensamento e o coração ancorado nas companheiras babás e desejosa de dar prosseguimento ao trabalho que havíamos iniciado juntas. Em 2021 me candidato a seleção de mestrado em Cultura e Territorialidades da UFF sendo aprovada no ano seguinte. Ao saber da aprovação, compartilho com as babás, que alegres me perguntam de pronto quando iremos retomar os encontros regulares. De 2022 em diante, retornamos ao nosso ciclo semanal de idas aos parques, pracinhas e bosques junto às crianças que elas cuidam - dinâmica escolhida em conjunto com as co-autoras, pois desta forma a pesquisa não prejudicaria a rotina de emprego e tampouco suas relações de trabalho junto aos patrões.

¹ Conceito criado pela escritora, psicóloga e pesquisadora Maria Aparecida da Silva Bento, em sua tese de doutorado intitulada “Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”. A concepção faz referência à figura mítica de Narciso, famoso por ser apaixonado pela representação da própria imagem. O termo cunhado por Bento revela o compromisso das pessoas brancas em manter a estrutura racial injusta, pois assim continuam se autopreservando e se privilegiando.

Os encontros com as babás e as crianças cuidadas por elas, aconteciam de 1 a 2 vezes por semana com duração aproximada de 1 hora e meia - dentro da rotina de trabalho das profissionais, quando levavam as crianças para passeios em bosques, parquinhos e banhos de sol. Ao longo desses encontros, acompanhei a dinâmica de trocas entre as babás e os filhos dos patrões e as conversas compartilhadas com as colegas de profissão que frequentavam os mesmos espaços, notei a participação mais efetiva de algumas delas e a partir dessas observações cheguei a uma seleção de onze mulheres - número maior se comparado ao trabalhado na monografia, que foram seis. Dentro dessa amostragem, entrevistei e observei de maneira intensa com o propósito de conhecer mais densamente suas trajetórias de vida e trabalho. Também optei por entrevistar duas mães empregadoras de babás - sendo estas de núcleos diferentes das babás desse estudo para não prejudicá-las visto que o anonimato e a proteção das identidades dessas trabalhadoras sempre foi uma das minhas maiores preocupações enquanto pesquisadora, pois durante a etnografia tive acesso a dados muito sensíveis que me foram confiados num gesto de inteira confiança.

A partir da minha posicionalidade enquanto mulher negra, antropóloga e babá por um breve período no passado, mapeei as histórias partilhadas e vivenciadas no trabalho de campo com as babás e também me impliquei no estudo enquanto sujeita na recuperação das memórias de minha própria história quando trabalhava como babá e das mulheres negras que fazem parte da minha família, cuja posicionalidade se aproxima daquela ocupada pelas mulheres acompanhadas neste estudo. Deste modo, desenvolvi um estudo em que utilizei o recurso metodológico da *escrevivência* para narrar as histórias de vida delas e de minha própria. Na esteira deste debate acerca da posicionalidade da escrita e dedicando-me a uma estratégia que se ancora na noção de "*Escrevivência*" - conceito criado pela escritora e pesquisadora Conceição Evaristo - como método de investigação, de produção de conhecimento e de posicionalidade implicada. A *escrevivência*, dentre diferentes práticas metodológicas de escrita, utiliza-se da experiência de Evaristo para viabilizar narrativas atreladas à vivência coletiva de outras mulheres negras.

No livro *Becos da Memória* (2017), Conceição Evaristo pondera que, em uma *escrevivência*, "as histórias são inventadas, até mesmo as reais, quando contadas". *Escrevivência* significa, dessa forma, narrar histórias extremamente pessoais, porém que evocam experiências compartilhadas, uma vez que se reconhece a existência de algo em comum entre a autora e as personagens por ela representadas, seja através de características sociais similares ou das vivências compartilhadas, mesmo que em perspectivas diversas. Evaristo reflete sobre o conceito e considera que "o sujeito da literatura negra tem sua existência marcada pela relação e cumplicidade com outros sujeitos. Temos aqui um sujeito que, ao falar de si mesmo, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si próprio", assim como as bases que alicerçam esta dissertação na qual a anterior vivência da pesquisadora, enquanto babá, amalgama-se as experiências das trabalhadoras aqui representadas (Cruz, 2017). Inclusive uma de minhas dúvidas iniciais, quando iniciava esta pesquisa, ainda na graduação, era se devia ou não explicitar no campo minha relação com a função tanto como trabalhadora quanto filha e neta de mulheres que exerceram o mesmo ofício. Por fim, optei por verbalizar desde o princípio a minha posição e foi a partir dela que este trabalho foi erigido em co-autoria com as babás.

Vale destacar que, ao transpor as narrativas das babás, as mantereí em sua integralidade linguística por uma posicionalidade política e intelectual alinhada ao conceito “Pretoquês”, noção teórica e linguística cunhada pela antropóloga e pesquisadora Lélia Gonzalez, na qual a grafia do português falado pela população brasileira - especialmente a negra - carregada de elementos de africanização. Desta maneira, buscarei respeitar e manter o que a academia nomearia enquanto “coloquial” para desta forma tensionar o racismo linguístico presente no pensamento intelectual brasileiro.

Lélia Gonzalez numa entrevista concedida a Carlos Alberto Pereira e Heloisa Buarque de Hollanda, publicada no livro “Patrulhas Ideológicas” (1980) elucida o embrião do conceito a ser fortemente elaborado por ela nos anos seguintes. Gonzalez passou a adotar como estilo e posicionamento político palavras e expressões populares - algumas de origens africanas e gírias usadas pelas camadas populares -, passou a empregar o pretoquês - terminologia que segundo ela era utilizada pelos africanos. Uso defendido e explicado por ela da seguinte maneira:

Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria a gente não é, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português é pretoquês (GONZALEZ, 1980, p.202).

Gonzalez, por vezes, mescla, o português com elementos linguísticos africanos, em uma tentativa política de evidenciar o preconceito racial existente na definição da língua materna brasileira - situação esta alimentadora do racismo linguístico e racial do colonizador com o colonizado não somente no Brasil, como também, nos países do continente africano. Como resultado do enredamento, define a autora:

Aquilo que chamo de ‘pretoquês’ nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil. É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando dizemos que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí fora. Não percebem que estão falando pretoquês (GONZALEZ, 1988, p. 2).

Assim sendo, o modo e o estilo verbal das trabalhadoras babás aqui representadas nas transcrições das entrevistas serão incorporados nesta dissertação como expressão da luta decolonial com a língua portuguesa, isto é, do colonizador, pois quando falamos em normas gramaticais do idioma brasileiro e na linguagem popular, de certa forma, estamos remetendo a lugares de privilégio ou de exclusão. O que é considerado culto e o que é considerado vulgar é passível de discussão e disputa ao longo da história. A língua é uma das expressões da luta de classes e de raça. Consciente disso, o percurso de minha pesquisa se ancora no “Pretoquês” de Lélia e também expressado na língua das co-autoras desta dissertação. Com o objetivo de incorporar as falas dessas mulheres em minha escrita trazendo a marca de seus cotidianos, trajetórias e tradição.

Para contar as histórias dessas onze mulheres e preservar a confidencialidade das participantes da pesquisa, utilizei, no lugar do nome das trabalhadoras, nomes fictícios de flores, ideia surgida numa das dinâmicas de encontros com as babás na qual pedi que elas mesmas se auto nomeassem. Uma delas oferta a ideia de todas terem nomes de flores, proposta rapidamente abraçada com entusiasmo pelas demais. Desse modo, os nomes escolhidos por elas foram: Acácia, Dália, Flora, Hortência, Violeta, Íris, Magnólia, Margarida, Melissa, Rosa e Tulipa. Para as duas mães empregadoras eu mesma escolhi os nomes fictícios são eles: Bazília e Floriza.

O conjunto de entrevistadas representa a diversidade dos perfis no que tange a raça, idade, escolaridade, oportunidades de acesso, experiências profissionais, tempo de atuação na profissão, número de filhos e local de moradia. No quadro a seguir, apresento um resumo do perfil de cada uma delas que estarão presentes através de breves depoimentos ao longo desta pesquisa.

O esquema abaixo nos ajuda a perceber que a maioria das trabalhadoras se autodeclara negra; grande parte delas residem em regiões periféricas e afastadas da Zona Sul - como Baixada Fluminense, Zona Oeste, Zona Norte; possuem entre 18 e 59 anos de idade com tempo de dedicação ao trabalho doméstico entre 2 e 45 anos; grande parte delas tiveram acesso a poucos anos de escolaridade - algumas não conseguindo cursar na integralidade o Ensino Fundamental I, II e o Ensino Médio² em virtude de muitas delas terem ingressado no trabalho doméstico ainda na infância.

Outro dado também analisado é o fator maternidade, visto que, parte significativa das babás entrevistadas são mães. Ao longo do processo das entrevistas realizadas, constatei a existência de uma forte dor partilhada entre elas acerca da impossibilidade de criarem e conviverem cotidianamente com seus filhos naturais devida a intensa escala de labor exigida delas - jornadas de mais de 12 horas de trabalho diária tendo inclusive que dormir na casa dos patrões de segunda à sábado contando apenas com uma folga semanal e que por vezes não é respeitada.

Em contraponto, observa-se, no entanto, que as empregadoras entrevistadas possuem trajetórias distintas das trabalhadoras domésticas no que tange ao acesso à escolaridade, idade de ingresso no mercado de trabalho, o tempo dedicado a ocupação exercida e local de moradia. São dados que distinguem mais uma das inúmeras diferenças existentes entre essas mulheres.

² O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. Desse modo, o Ensino Fundamental I compreende aos alunos de 6 a 10 anos de idade, do 1º ao 5º ano. O Ensino Fundamental II atende aos alunos de 11 a 14 anos, do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio - dividido em 3 séries que vão dos 15 a 17 anos, cronologicamente um ano para cada período.

Quadro nº 1: Perfil das treze entrevistadas selecionadas pela pesquisa (11 babás e 2 empregadoras)

N	Nome Fictício	Idade	Cor	Idade que começou a trabalhar	Local de Moradia	Profissão	Tempo de trabalho	Escolaridade	Filhos
1	Acácia	44	Negra	11	Nova Iguaçu	Babá e doméstica	19 babá	8ª série	2
2	Dália	21	Negra	17	Belford Roxo	Babá e diarista	4 babá	2º grau completo	1
3	Flora	30	Negra	16	Japeri	Babá e diarista	12 babá	1º ano 2 grau	0
4	Hortência	47	Negra	14	Imbariê	Babá e diarista	33 babá	5ª série	2
5	Violeta	32	Negra	15	Gramacho	Babá e faxineira	14 babá	2º grau completo	2
6	Íris	29	Negra	13	Santa Cruz	Babá e faxineira	11 babá	2º grau completo	1
7	Magnólia	59	Negra	14	Campo Grande	Babá e cozinheira	45 babá	2ª série	4
8	Margarida	35	Negra	12	Pavuna	Babá	23 babá	2º ano 2 grau	2
9	Melissa	26	Negra	15	Taquara	Babá e faxineira	8 babá	2º grau completo	2
10	Rosa	53	Negra	10	Rocinha	Babá	43 babá	3ª série	3
11	Tulipa	18	Negra	16	Paracambi	Babá e doméstica	2 babá	2º grau completo	0
12	Bazília	32	Branca	28	Gávea	Design	4 design	Ensino Superior	1
13	Floriza	41	Branca	25	Lagoa	Arquiteta	16 arquiteta	Ensino Superior	2

Fonte: Elaboração própria baseada nas entrevistas

1.2 - A experiência das mulheres negras escravizadas

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

(EVARISTO, 2007, p.21)

Achille Mbembe, filósofo e historiador camaronês, em seu livro *Necropolítica* (2018), defende que qualquer relato histórico do surgimento do terror precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Segundo Mbembe, em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema escravocrata e suas consequências manifestam a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção, que se faz paradoxal por duas razões, a saber. Em primeiro lugar, no contexto da escravidão, a humanidade do escravizado aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravizado resulta de uma tripla perda: a perda de um lar, a perda de direitos sobre o seu corpo e a perda de estatuto político. Essa tripla perda se configura, segundo o autor, numa dominação absoluta, cuja alienação de nascença e morte social são a expulsão para fora da humanidade. Enquanto estrutura política e jurídica, o regime escravocrata foi um espaço em que a escravizada e o escravizado pertenciam ao senhor. E, por mais que se reunissem entre si os vitimizados por esse regime, ainda assim, não poderiam se configurar enquanto comunidade porque, segundo a definição de Mbembe, “*a comunidade implica o exercício de poder de fala e pensamento*” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Mbembe, com sua importante contribuição no pensamento pós-colonial, nos oferece, por intermédio de seus valiosos recursos teóricos, ferramentas para pensarmos as especificidades do devir-negro no mundo colonizado. Nas palavras do autor:

“Como instrumento de trabalho, o escravizado tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravizado, por conseguinte, é mantido vivo, mas em estado de injúria, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O curso violento da vida de escravizadas e escravizados se manifesta pela disposição do seu senhor em se comportar de forma cruel e descontrolada ou no espetáculo de sofrimentos impostos aos corpos dos escravizados” (MBEMBE, 2018, p. 28).

Lilia Schwarcz, ao analisar a gênese do processo escravocrata brasileiro, reforça em suas publicações a importância de revisitarmos o passado de maneira crítica para compreendermos suas ressonâncias nos dias atuais (SCHWARCZ, 2016). A autora enfatiza que “*neste país de larga convivência com a escravidão, onde o cativo vigorou durante mais de três séculos, a escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou numa sociedade de desigualdades e da posse de uma pessoa por outra*” (SCHWARCZ, 1998, p.185).

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, estima-se, apesar dos dados imprecisos - pois parte das documentações do período colonial foi intencionalmente descartada na tentativa de apagar os rastros das práticas escravistas -, a entrada de um total de 4,8 milhões de africanos trazidos compulsoriamente. Um terço da população africana foi retirada de seu continente de origem rumo às Américas na condição de escravizados (ALENCASTRO, 2018, p. 60).

Num modelo de sistema que relegava homens e mulheres negras a condições de “coisas”, de “objetos” e os esvaziava de humanidade não há como imaginar qualquer lado positivo ou redentor. Criou-se nesse período um modelo de sociedades violentas, em que o castigo era a rotina e a virulência do cotidiano corresponde à força da reação dos homens e mulheres escravizadas (SCHWARCZ, 2016). A situação dos escravizados, segundo Mbembe (2018), estava condicionada, em muitos aspectos, a uma morte em vida; num mecanismo de poder sobre a vida do outro que assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida da escravizada e do escravizado são propriedades de seus senhores (MBEMBE, 2018, p. 30).

Schwarcz (2016) acredita que as condições dos homens e mulheres escravizadas, que representavam uma quantidade significativa da população fora de qualquer sanção da lei - os quais eram formalmente impedidos de usufruir de qualquer benesse do Estado -, desenhou os contornos de nossa sociedade. E que ainda hoje conserva em suas dinâmicas resquícios desse período (SCHWARCZ, 1998, p.186). Ainda segundo a autora, a condição das mulheres escravizadas, em especial a figura da mãe negra, tornou-se tema central nas representações da escravidão produzidas no interior das sociedades escravocratas. Em países como Estados Unidos e Brasil elas se transformaram no lado romântico e sentimentalizado da escravidão, surgindo de forma recorrente em textos, como também na cultura visual deste período. O suposto era que, diferente da face violenta do cativo, elas - as amas - representavam os laços que uniam um senhor branco às suas amas de leite (SCHWARCZ, 2016).

Outra autora, Lorena Féres da Silva Telles, ao analisar a condição das mulheres negras escravizadas, em especial das amas de leite, elucida que *“apesar de minoritárias no tráfico africano e nas grandes fazendas, mulheres africanas atuaram no interior das casas grandes e sobrados urbanos desde a implantação da escravidão nas Américas. Os esforços necessários à subsistência - limpeza da casa, lavagem de roupas, provimento de água, artesanato doméstico, processamento de alimentos - destacaram-se como o principal modo de inserção das mulheres escravizadas no mundo do trabalho enquanto durou esse regime. Dentre as funções desempenhadas exclusivamente pelas mulheres no ambiente doméstico emerge a figura icônica da ama de leite”* (TELLES, 2018, p. 99).

Retomando Schwarcz (2016), a construção e veiculação criada acerca da imagem das amas de leite acabou resumindo e simplificando a compreensão da escravidão, principalmente aqui no Brasil. Em suas palavras:

“Em nosso país, com o objetivo de contrabalançar o vexame que significava manter um sistema como esse, por tanto tempo e de forma tão disseminada, buscou-se difundir uma visão positiva, como se fosse possível prever apenas uma boa e pacífica relação. No senso comum, a versão dominante explicava que, como não tínhamos fazendas reprodutoras de escravos, à maneira do Sul dos Estados Unidos (o que, diga-se de passagem, também não é verdade) poderíamos fazer jus a uma “boa escravidão”, contrastada ao modelo “mercenário” norte-americano. Também a representação das amas de leite seria utilizada nesse sentido, alinhando mais um argumento em prol do suposto lado “benfazejo” no cativo africano no Brasil” (SCHWARCZ, 2016).

Figuras recorrentes em documentos, pinturas, fotografias, nas literaturas de ficção e de memórias, as amas de leite foram constantemente representadas como símbolos de carinho e devoção a seus senhores no interior de uma escravidão doméstica, idealmente “doce” e “benevolente”. No domínio das vivências cotidianas, a ocupação das amas de leite impactou de maneira significativa as experiências da maternidade e as formas de exploração do corpo dessas mulheres. A elas incumbia-se a prestação dos serviços mais íntimos e pessoais da família senhorial, inserindo-as numa teia de complexas relações sociais, geradas em meio ao cotidiano tenso e permeado de práticas de domínio paternalista, além dos caprichos, humilhações e ataques violentos de raiva por parte dos seus donos e donas. A condição de gênero das mulheres escravizadas no âmbito doméstico as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo ataques sexuais, formas de vigilância e, para as amas de leite, restrições ao exercício da maternidade (TELLES, 2018, p. 100).

Havia uma crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da força e da abundância de leite das mulheres negras escravizadas, o que deu início à prática de aleitamento por parte destas e que se tornou difundida nas fazendas e nos centros urbanos no período colonial e do império. Dessa forma, a todo tempo que nascesse uma criança branca uma mulher negra escravizada assumiria essa função de aleitamento. Separada de suas comunidades e de seus filhos naturais, na maioria das vezes, a essas mulheres era conferida a cansativa tarefa de cuidar e alimentar com seu próprio leite as crianças da família senhorial (TELLES, 2018, p. 101).

Angela Davis (2016), ao analisar o regime escravocrata e os diferentes efeitos que recaíam sobre os corpos das escravizadas e dos escravizados, afirma que o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. A mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para o seu proprietário (DAVIS, 2016, p. 17). No entanto, “*as mulheres escravizadas também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravizadas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas*” (DAVIS, 2016, p. 19).”

Os proprietários de escravizados forçavam a reprodução das mulheres como método de repor e ampliar a população de escravizados, ou seja, seus bens. Por essa razão, a capacidade reprodutiva das escravizadas era demasiadamente valorizada. As mulheres negras foram constantemente avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, catorze ou mais filhos era cobiçada como um tesouro rentável. Contudo, isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que as que eram tidas como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 19).

Ainda a respeito dos estudos de Davis (2016), a exaltação ideológica da maternidade - tão popular no século XIX - não se estendia às escravizadas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo. Elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravizadas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, seus filhos podiam ser vendidos e enviados para longe (DAVIS, 2016, p. 19). Ou mesmo estando perto não terem direito ao aleitamento, pois a prioridade era prover leite aos filhos dos senhores.

Na obra “Mãe Negra” (**Figura 1**), do artista piauiense Lucílio de Albuquerque, de 1912, podemos observar uma mulher negra sentada enquanto amamenta uma criança branca ao mesmo tempo que olha comovida para seu filho, uma criança negra, que se encontra deitada no chão, seminua, sob um pequeno pedaço de tecido. A pintura de Albuquerque suscita diversos sentimentos, pois ao mesmo tempo que nela se expressa a ternura no ato de aleitamento também expressa uma evidente violência no sacrifício não só desta mulher representada, mas de outras inúmeras cujo afeto materno era constantemente imposto e dividido entre seus filhos naturais e os filhos dos senhores.

Ao refletirmos por intermédio dos mais variados registros - fotografias, documentos e pinturas - das representações das amas de leite deste período, podemos notar a existência de evidências que, ainda que não sejam explicitamente contadas, podem e são reveladas. A referência à existência da ama de leite nos remete a ideia de haver duas crianças, a primeira por ela criada e filha dos senhores e uma segunda, um bebê negro, seu filho natural, do qual pouco ou nada sabemos. Lorena Féres da Silva Telles, em seu artigo “Amas de Leite” (2018), discorre sobre a dolorosa vida dessas mulheres, uma vez que seu leite era foco de uma disputa desigual entre o bebê senhorial e seu próprio filho, sempre preterido por conta da coação da família que era sua dona. Nas palavras da autora:

“Mães escravizadas que puderam manter seus filhos junto de si experimentaram um cotidiano de tensões e violências, ao terem que privilegiar a criança branca sempre que a vigilância dos senhores se fizesse presente. Os longos anos de convivência entre as famílias escravistas e amas de leite ensejaram relações complexas de intimidade e afeto, sempre atravessadas pelas tensões e violências inerentes à escravidão. Conforme os relatos de memorialistas das aristocracias rurais, muitas cativas viveram e morreram escravizadas pela mesma família” (TELLES, 2018, p. 101).

Aprofundando a questão, Davis (2016) acentua que as mulheres escravizadas estavam inerentemente vulneráveis a todos os modos de violência e coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão constante do domínio econômico do proprietário e do controle sobre as mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 20). O processo de colonização para as escravizadas foi permeado de estupros, e deixa a miscigenação como legado. Para Davis (2016), o estupro contra a escravizada não deve ser compreendido apenas como a satisfação dos senhores, mas sim como um método de controle pelo terror, onde há a tentativa de desumanizá-la, levá-la à condição animalésca de modo que seja quebrada a sua resistência (DAVIS, 2016, p.36).



FIGURA 1: Lucílio de Albuquerque - “Mãe Preta”, 1912

FIGURA 1: Lucílio de Albuquerque - “Mãe Preta | Pintura, 1912, Bahia, Acervo, Museu de Belas Artes.

Trazendo à baila as tensões relacionais existentes no regime escravista, Lélia Gonzalez (1979) contesta a tese de Gilberto Freyre que defendia a existência de bases harmônicas entre senhores e escravizadas, amas de leite e família patriarcal. Segundo a autora, a estrutura do sistema escravista patriarcal brasileiro não se constituiu sobre laços de afetividade e reciprocidade como afirma Freyre em *Casa Grande e Senzala*. Ao contrário, em sua análise, Gonzalez evoca que o sistema escravocrata se constituiu da exploração econômica de homens e mulheres negras, sobretudo recaiu sobre elas a exploração econômica e sexual, o que as transformou em amas de leite, trabalhadoras braçais e objetos de desejo dos senhores, ou seja, o racismo e o sexismo foram os pilares nos quais esse sistema de opressão se consolidou no período da escravidão e se perpetuou após a abolição. Segundo a autora, o papel das mulheres negras em lutas organizadas contra o regime escravocrata - em motins, rebeliões, fugas e criação de quilombos - demonstrava uma reação potente à tão difundida “docilidade freyriana” de submissão dos negros e das mulheres escravizadas contra a família branca patriarcal (GONZALEZ, 1979, p.2).

Em crítica, Gonzalez afirma que a representação da mãe preta, citada na obra de Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, como marca da “integração” entre as duas culturas - africana e portuguesa - foi uma entre outras formas de resistência da mulher negra no período colonial, pois a sua função enquanto reprodutora de um saber oral que teria africanizado a cultura brasileira fazia-se necessário como um mecanismo de sobrevivência, muitas vezes, para se proteger contra a violência exercida pelos filhos dos senhores (violências físicas, sexuais e de outras ordens) ou mesmo pelas senhoras brancas que tratavam com brutalidade as mucamas e amas de leite devido aos ciúmes em relação ao senhor. Desse modo, para a autora inexistia uma relação de afeto entre brancos e negras no período escravocrata, ou seja, o discurso romantizado da suavidade da escravidão no Brasil foi a base de uma miscigenação forçada que se construiu através da violência física, sexual e psicológica praticada contra as mulheres negras. Assim sendo, ainda nas palavras da autora, o mito da democracia racial foi uma grande deturpação da realidade (GONZALEZ, 1980, p. 21).

1.3 - Amas de Leite e a criação desse estereótipo

“Não nos livraremos facilmente dessas cabeças, dessas orelhas cortadas, dessas casas queimadas, dessas invasões, deste sangue fumegante, dessas cidades que se evaporam pelo fio da espada”.

(AIMÉ CÉSAIRE, Discurso sobre o Colonialismo)

No intuito de iniciar uma cartografia, venho buscando mapear imagens de arquivo das amas de leite do período colonial brasileiro. Ao trazer algumas delas para o tempo presente, pretendo dar visibilidade a essas mulheres e também refletir a partir de alguns dos dispositivos políticos que ressonam nessas imagens bem como seus efeitos no tempo presente.



Figura 2: “Augusto Gomes Leal com sua ama de leite Monica”, 1860

Figura 3: “Fernando Simões Barbosa com sua Ama de leite”, 1864

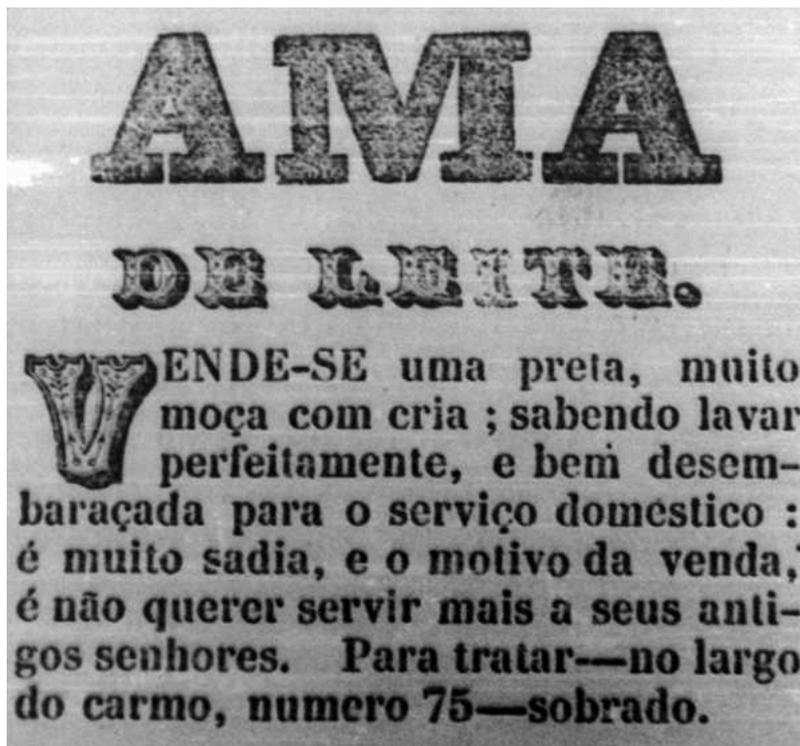


Figura 3: Anúncio de venda de ama de leite - Jornal Correio Paulistano, 1879.

Lilia Schwarcz (2016), ao tratar do lugar das amas de leite na sociedade brasileira colonial, reforça as inúmeras formas de violência que circundam a posição das amas de leite, que virou símbolo de afeto, mas também de ambiguidade. Essa sensação se intensifica ao observarmos, sobretudo nos dias atuais, as inúmeras imagens de arquivo das amas de leite distribuídas como cartões-postais do período, ou incluídas em álbuns de família. O que significava ser ama de leite na sociedade brasileira durante o período colonial? Seriam essas mulheres negras submissas, doces, generosas e dedicadas às crianças brancas? Alguns desses registros impressos em imagens de arquivo nos convidam a refletir sobre os ecos desse passado. Os corpos, olhares, vestes e inscrições presentes nestas fotografias nos convidam para um olhar atento. Neste capítulo, busco refletir a partir da corporeidade e das imagens dessas mulheres no intuito de aproximar teoria e imagem.

2. AUGUSTO GOMES LEAL COM SUA AMA DE LEITE MONICA. 1860 | CRÉDITO DA IMAGEM:

F. Villela/Acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação.

3. FERNANDO SIMÕES BARBOSA COM SUA AMA-DE-LEITE. 1864 | CRÉDITO DA IMAGEM: Frederico Ramos, Eugênio e Maurício, Alberto Henschel / Acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação.

4. ANÚNCIO DE VENDA DE AMA-DE-LEITE. 1879 | CRÉDITO DA IMAGEM: Jornal Correio Paulistano, 1879.

No período colonial, inúmeras vezes, a figura das amas de leite era vinculada às mercadorias em anúncios de compra e venda nos jornais. Essas mulheres negras eram uma substituta no trato afetivo, doméstico e educacional, responsabilizadas pela criação de bebês senhoriais, dos seus filhos naturais e dos bastardos dos senhores. Os anúncios nos grandes jornais da capital do Império, como o *Jornal do Commércio*, as anunciavam da seguinte maneira:

Jornal do Commercio, 14 de abril de 1835.

“Compra-se uma boa ama de leite, do primeiro ou segundo parto, recolhida,
que saiba coser e engomar
perfeitamente, sem vícios, nem manchas nem moléstias.”

Jornal do Commercio, 17 de março de 1828.

“Na rua d’Alfandega n. 138, vende-se huma escrava nova com cria,
e com muito bom leite, e por commodo preço;
quem a mesma quizer dirija-se à dita casa para ajustar”.

Jornal do Commercio, 3 de março de 1835.

“PRECISA-SE com brevidade de huma boa ama de leite,
que esteja parida de dous a tres mezes; na rua
do Ouvidor n. 64, canto do beco das Cancellas”.

No primeiro anúncio, podemos notar que procuram por uma ama de leite jovem e saudável e frisam a importância de que ela esteja no “primeiro ou segundo parto”. É mencionado também que esta desenvolva outras atividades além do trato com a criança, “que saiba coser e engomar”. Notamos que seu filho natural não é mencionado no anúncio e tampouco aceito na negociação de compra. Por certo, para muitos senhores, a ausência do filho natural era vista como uma vantagem, pois essa situação evitava, principalmente, a divisão da atenção (e do leite) da ama entre a criança branca e a negra. No segundo anúncio referente a uma venda, o senhor ofertava a ama junto com o filho - a “cria”-, e, como possuía “muito bom leite”, provavelmente poderia amamentar os dois bebês - a criança branca e o seu próprio filho, caso assim lhe fosse consentido. A ama solicitada no terceiro anúncio deveria ter dado à luz há dois ou três meses, idade que deveria ser a mesma do bebê que ela iria cuidar.

A principal questão que se colocava para as mulheres obrigadas a trabalhar como ama era a sorte de seus próprios bebês. Nas fazendas médias e grandes, onde se desenvolveram comunidades de

senzala, elas sofriam com a distância de suas famílias e comunidades “de origem”. As dificuldades e restrições impostas a elas impossibilitavam que destinassem os cuidados desejados a seus filhos, os quais estavam sujeitos ao desmame precoce, a separações e por vezes à morte. Privadas do leite materno, ou obtendo em menor quantidade, “as crias”, como eram chamados os filhos das amas de leite pelos senhores, passavam por inúmeras privações, contando com uma alimentação precária e imprópria - como papinhas feitas com farinha de mandioca, ou leite animal não esterilizado, de forma tal para que o bebê branco tivesse exclusividade na atenção e no aleitamento (TELLES, 2018, p. 101).

Infelizmente, devido às dinâmicas de subtrações das identidades das mulheres negras escravizadas, pouco ou nada sabemos a partir da perspectiva das amas de leite e de suas histórias, emoções, memórias e relações. Lélia Gonzalez (1980), uma das maiores referências nos estudos de uma antropologia negra feminista no Brasil, reflete, a partir da figura da mãe-preta das obras de Gilberto Freyre, que esse é um dos únicos momentos em que a mulher negra é “vista como figura boa e vira gente”. Em suas palavras:

“O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos E nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe neste barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto bá, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe (GONZALEZ, 1980).”

Para a autora Nanah Sanches Vieira (2014), a tarefa da ama de leite exigia a separação de seus filhos naturais. Raramente tinham a permissão de amamentar seus filhos, sendo levadas a abandoná-los em prol do cuidado exclusivo dos filhos dos senhores brancos (VIEIRA, 2014, p.86). As amas de leite eram seres encarnados em corpos que não lhes pertenciam; são imagens de mulheres cativas que não possuem os próprios corpos, nem os próprios filhos; remetem ao corpo em condições de procriação, em disponibilidade para o uso e o abuso, ao corpo definido, *a priori*, pela natureza sensual e procriadora, sobretudo pelas marcas que indicam a possibilidade da reprodução lucrativa.

As amas de leite remetem também à impressão nesses corpos de marcas que dão a ler naquela função e existência uma localização social inferior, além da violência que está neles imposta e cotidianamente é produzida e produtora de assimetrias sociais superpostas: de sexo-gênero, de raça, de classe e condição civil.

A utilização das imagens de amas de leite em álbuns de família ou cartões-postais estabeleceu uma relação de anonimato e apagamento dessas subjetividades, pois na identificação das imagens as legendas indicavam o nome e sobrenome completo da criança branca com o adicional “e sua ama de leite”. Esses dados, que para muitos podem passar despercebidos, revelam-nos muito. A subtração dos nomes dessas mulheres escravizadas reforçava a ideia de propriedade, além de transferir para a criança – que desde muito pequena exercia, de certo modo, a manutenção desta prática colonial – sua herança.

A desapropriação do sujeito fez com que estas mulheres escravizadas tivessem suas identidades apagadas. Neste contexto, podemos dizer que “coisificaram” os corpos destas mulheres, que as tornaram anônimas e desprovidas de identidade. Logo, revisitar essas imagens em diálogo com os referenciais teóricos dos estudos de raça e gênero nos auxilia a retornar a esse trauma colonial e ressignificar a memória coletiva dessas mulheres, uma vez que as imagens utilizadas como eixo central deste capítulo, por muito tempo, foram utilizadas para reforçar o poder que as famílias brancas exerciam sobre esses corpos.

A **imagem 2** retrata a ama Mônica junto ao menino por ela criado. Pela idade do menino, mesmo que ele tenha sido amamentado por Mônica, ela era naquela fase de sua vida a “sua ama-seca”; na sua lembrança, seria a sua “ama de leite”.

Sandra Sofia Koutsoukos (2006), ao tratar da análise dessa imagem, afirma:

“Os adornos escolhidos para a foto de Mônica procuravam expor em público a riqueza da casa a que ela pertencia. Porém escondia, muitas vezes, a história triste da separação da ama do seu filho natural. Uma história que não era contada, mas pressuposta. A referência à existência de uma ama leva à idéia da existência de duas crianças: o bebê senhorial, por ela criado, e o bebê negro, fruto de seu ventre, do qual pouco ficamos sabendo (KOUTSOUKOS, 2006, p. 132).”

O que chama a atenção neste registro é que, apesar de Mônica ter sido adornada com toda aquela reunião de objetos e roupas “emprestadas”, e de não ter ido até o estúdio do fotógrafo por livre e espontâneo desejo, ela não se acovardou diante da câmera e comunicou para além do seu tempo, através da sua expressão firme, de seu olhar que enfrenta a câmera e a cada um de nós. Sua expressão parece nos contar a sua história, e a maneira como Mônica se envolveu no xale, como se fosse um

pano da costa³, ao cobrir o ombro direito, passando por baixo do braço esquerdo e vindo cruzar na frente de seu corpo. O aparente traje de luxo não conseguiu encobrir sua condição de escravizada, contudo Mônica participou na construção da sua própria imagem neste registro fotográfico que ainda hoje suscita debates e reflexões acerca da formação de nossa sociedade brasileira (KOUTSOUKOS, 2006, p. 133).

O rosto de Mônica é o seu retrato, assim como o ombro, que quase escapa do modo como ela se cobre com o xale, e as mãos grossas encolhidas, de veias altas – mãos de quem trabalhou muito ao longo da vida; mãos que não sabiam como se posicionar para a foto; corpo ao qual aquelas jóias possivelmente nunca pertenceram. Considero que, pela expressão de Mônica, revelada nesta fotografia, que a mesma tenha experienciado uma gravidez possivelmente tardia; seu último filho biológico provavelmente tinha, no período do registro, a idade do menino da fotografia. Posando tão bem vestida, estava Mônica calçada ou descalça? Seus pés não apareceram, mas imagino que ela estivesse calçada. Conseguira ela a sua alforria algum dia? O fotógrafo não pediu a Mônica que desviasse aquele olhar porque não quis, ou que se portasse de outra maneira porque também não quis (talvez não tenha nem mesmo reparado); e foi dessa forma que ele conseguiu produzir um dos mais fortes registros de ama de leite que temos no Brasil. Uma foto que, sozinha, evoca tanto de nosso passado quanto de nosso presente.

Lilia Schwarcz (2016), em seu texto sobre os processos de registro fotográficos das amas de leite em estúdios, revela que, na maior parte das imagens captadas das amas de leite, enquanto o pequeno senhor têm nome e sobrenome, a mãe negra é apenas descrita por sua função. A autora evoca a condição de anonimato dessas mulheres negras escravizadas e o constrangimento envolto nesses processos. Em suas palavras:

“É fácil notar como toda a situação que envolve esses documentos é em si constrangedora. As roupas são emprestadas; muitas vezes os adereços também. Além do mais, sabe-se que muitas dessas fotos vinham dos tempos do daguerreótipo, quando era preciso garantir a ausência de qualquer movimento, por cerca de 20 minutos, para que a obra saísse a contento. Por isso, as mães negras seguram forte seus amos crianças, como forma de garantir que as fotos não fiquem tremidas e assim rasuradas. Há também que lembrar quem deveria estar bem à frente dos modelos: justamente os senhores, os proprietários da escravizada, que haviam pago por essas imagens e exigiam bom resultado” (SCHWARCZ, 2016).

³ O Pano da Costa faz parte do vestuário de mulheres africanas, sendo um acessório utilizado em diversos países do continente africano, como Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Congo, Benin e Senegal. É uma espécie de xale, medindo normalmente dois metros de comprimento por sessenta de largura, usado de várias formas: sobre as costas; jogado no ombro - pendendo uma das pontas sobre o peito e a outra sobre as costas; à tiracolo; cruzados na frente; amarrados sobre o busto ou na cintura, como uma faixa estreita ou larga e numa espécie de avental. Ao chegar ao Brasil, o acessório incorporou-se aos trajes das mulheres negras que circulavam pelos engenhos, sobrados, ruas e praças, principalmente das províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Há controvérsias sobre a origem do seu nome. Alguns pesquisadores afirmam que é assim chamado por ter vindo das costas da África (da Mina ou do Ouro), outros por ser utilizado, normalmente, pendendo do ombro para as costas (LODY, 1977).

Um fator importante a ser observado na análise desta imagem é a ausência. Existe uma grande ausência nessa imagem: a filha ou filho da ama de leite, que deixava muitas vezes de ser amamentado, para que o filho do senhor branco recebesse todo aleitamento dos seios da mulher em condição de escravizada. Evidentemente, a tarefa das amas de leite exigia a separação de seus filhos naturais. Raramente tinham a permissão de amamentar seus filhos junto aos dos senhores brancos, sendo levadas a abandoná-los ou perdendo o convívio com seus filhos naturais por razão da comercialização destas vidas.

Mais uma autora que compõe o escopo do presente trabalho, Rita Laura Segato (2006), ao tratar da condição das amas de leite na sociedade brasileira afirma que esses corpos foram constantemente desumanizados. Segundo a autora, “a objetificação do corpo materno - escravizado, negro - fica aqui delineada: escravidão e maternidade revelam-se próximas, confundem-se, neste gesto próprio do mercado do leite, onde o seio livre oferece-se como objeto de aluguel. Maternidade mercenária com um impacto definitivo na psique do infante no que respeita à percepção do corpo feminino e do corpo não branco” (SEGATO, 2006, P.15).

Já o historiador Luiz Felipe de Alencastro (1998), que escreveu no epílogo do segundo volume da História da Vida Privada no Brasil, por ele organizada, defende a seguinte análise a partir da imagem da ama de leite Mônica:

“O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. A imagem de uma união paradoxal mas admitida. Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto (ALENCASTRO 1998, p. 439)”.

E cabe, pois ela diz muito da ambivalência dessas relações que contêm de tudo um pouco: brutalidade e maternidade, afeto e arbítrio.

Talvez por essa razão, e por conta da força e do enraizamento que o sistema escravocrata internalizou em nossa sociedade, a imagem se converteu em símbolo maior. Símbolo cruzado. De tal forma que as profissionais que exercem a função de babás - ofício este que ressurgiu de nosso passado colonial e da figura das amas de leite -, mesmo hoje em dia, apesar de algumas dessas profissionais terem seus direitos trabalhistas garantidos, ainda padecem com a mescla porosa das esferas públicas e privadas. Ou seja, “usam como uniforme uma cor que é igualmente ambivalente em relação à profissão: o branco que indica pureza, limpeza, asseio, mas também invisibilidade social. História é mudança e continuidade; ou melhor, mudança na continuidade. A profissão das babás, que não levam mais o nome de amas e sua vigência é hoje legalizada, sua rotinização ainda causa mal-estar, pois lembra nosso passado recente. Aquele das amas de leite, que eram obrigadas a carregar o doce do afeto com o amargo da escravidão (SCHWARCZ, 2016, p. 4)”.

É importante pensarmos nas consequências da casa grande para a população negra ao longo da história brasileira, que se traduzem na negação dos filhos das mulheres escravizadas, na alta taxa de mortalidade de seus bebês e no esquecimento e marginalização desses indivíduos. Por fim, a representação da “mãe negra” tornou-se um dos temas centrais do período escravocrata brasileiro, pois concentrado nesta figura houve a conversão de um sentimentalismo materno que acabou tentando atenuar esse regime como uma “boa escravidão” – apresentando a afetividade como um possível lado positivo – esquecendo-se da lógica do sistema de posse de uma pessoa sobre a outra e, ainda, camuflando a própria relação hierárquica entre essas mulheres, os senhores e as crianças brancas, às quais também as mulheres negras estavam subordinadas



Figura 4: “Antônio da Costa Pinto com sua ama”, 1861



Figura 5: “Maria Cavalcanti Queiros com ama”, 1860

4. RETRATO DE ANTONIO DA COSTA PINTO COM SUA AMA DE LEITE, BAHIA, 1861. | CRÉDITO DA IMAGEM: F. Villela/Acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação.

5. MARIA CAVALCANTI DE QUEIRÓS COM PETROLINA, PARTEIRA E AMA-DE-LEITE. 1860-1870 | CRÉDITO DA IMAGEM: Alberto Henschel, Alberto Henschel e Anônimo / Acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação

Nas fotografias de Militão Augusto de Azevedo de 1879 (**Imagem 6**) e de Alberto Henschel de 1866 (**Imagem 7**), podemos notar que as amas de leite foram apagadas desses registros, sendo visíveis apenas parte de seus corpos e mãos, nas quais ambas seguram as respectivas crianças em seus colos. Observamos que nas fotografias elas desempenham a incumbência de serem a base de apoio para manterem as crianças quietas de modo que se fizesse o registro, ou seja, essas mulheres não faziam parte desse retrato enquanto personagens humanas, mas como parte do cenário, ou até mesmo como objeto. Inumeráveis registros foram construídos nessa mesma lógica de ocultamento. Essas imagens de arquivo nos revelam a ideia da presença e o apagamento dessas mulheres no seio dessas famílias nas quais foram ignoradas e invisibilizadas ao longo da história.

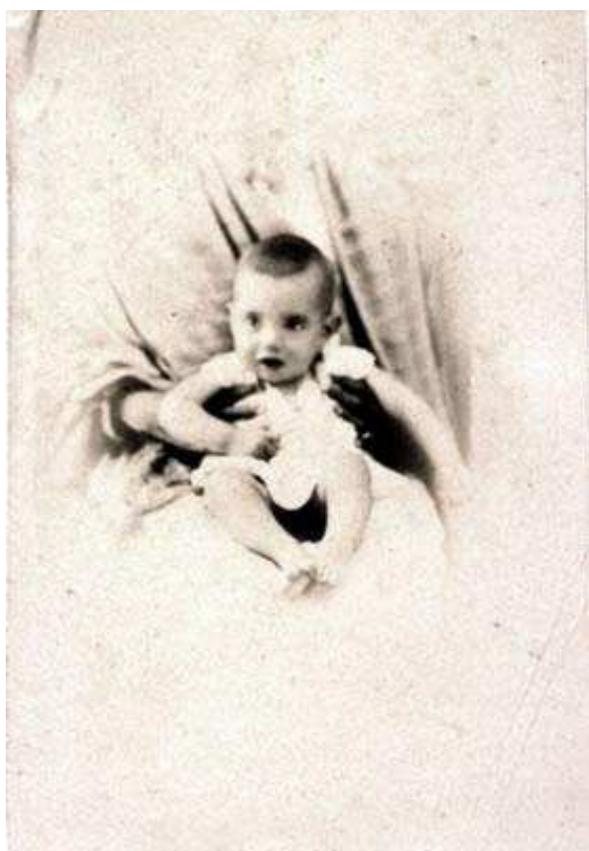


Figura 6: “Retrato de criança no colo de ama”, 1879.

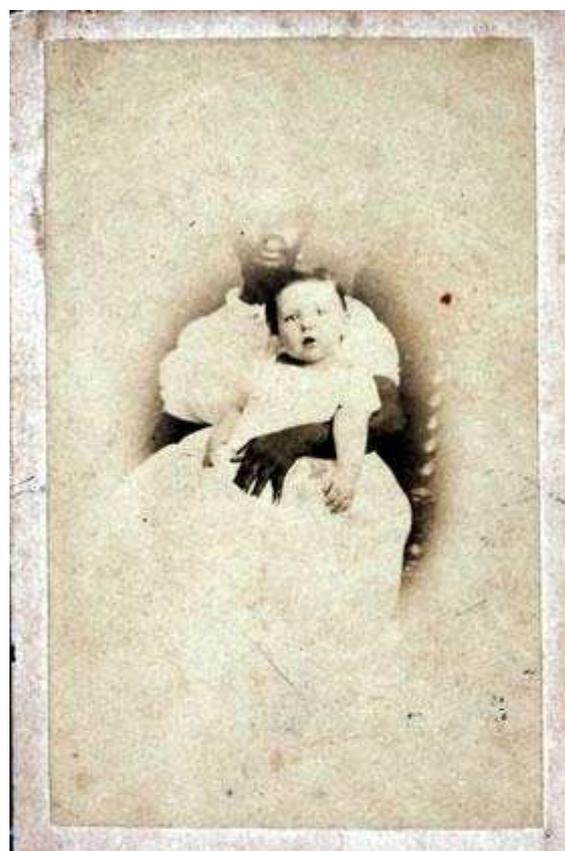


Figura 7: “Maria Cavalcanti Queiros com ama”, 1866

6. RETRATO DE CRIANÇA NO COLO DE AMA, SÃO PAULO, 1879 | CRÉDITO DA IMAGEM: Militão Augusto de Azevedo / Acervo do Museu Paulista.

7. RETRATO DE CRIANÇA NO COLO DE AMA, 1866 | CRÉDITO DA IMAGEM: Alberto Henschel / Acervo Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação.

1.4 - A dívida impagável do colonialismo

O estudo inaugural desenvolvido pela pesquisadora e professora Denise Ferreira da Silva, convoca a racialidade para o centro do debate, analisando como a negridade seria um instrumento para a derrocada do mundo ordenado que conhecemos para a chegada ao mundo implicado. Se no primeiro mundo, não existe possibilidade de pensar a diferença sem separação, no segundo, a existência se promoveria sem a lógica da separabilidade, possibilitando, deste modo, a finitude do mundo segundo o conhecemos, para o surgimento de uma compreensão epistemológica que inaugura uma transformação de pensamento.

Ferreira da Silva (2019) oferece, efetivamente, “o fim do mundo como a gente conhece”, referindo-se a Frantz Fanon e outras/os, e de como superar a racialização, uma inquietação que perdura no centro de todos esses esforços. Visto que para a autora, o mundo que experienciamos é alicerçado por fundamentos que nunca incluíram e tampouco integrariam pessoas escravizadas e indígenas, sujeitas/os submetidas/os a violência da dominação há séculos. A tradição do mundo ao qual conhecemos tem sido basilar para a subjugação racial dos povos originários e da população negra. Ela serviu como pré-condição para a escravidão e o colonialismo, levando, desse modo, à conservação da violência racial. Até o presente, após décadas de resistência, o mundo testemunha inúmeras injustiças e a produção de “no-bodies”⁴, como articula Ferreira da Silva – um termo que se diferencia da noção de “vida nua” concebida pelo autor Giorgio Agamben.

Por fim, o modo como pensamos dentro do paradigma desse mundo aos qual estamos inseridas/os apenas nos propiciaria pensar e falar de discriminação, não nos permitindo desenvolver uma linguagem para ir ao núcleo da violência histórica racial, na qual se ancora, na violência colonial – que se manifesta na ordem física e simbólica, pois mata, explora e também expropria as existências negras não apenas materialmente. Segundo a autora:

Ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, desde a apresentação da versão clássica do materialismo histórico, a produção capitalista (como delineada por Marx e seus seguidores) não interrompeu a expropriação colonial. Na verdade, o contrário ocorreu. Os últimos duzentos testemunharam episódios repetidos da expropriação colonial de terras, trabalho e recursos, garantida por arquiteturas jurídico-econômicas que operam dentro e fora do Estado-nação, ou seja, da figuração mais recente do corpo político liberal. Indubitavelmente encontramos, hoje, a forma jurídica colonial possibilitando o capital global. Considere, por exemplo, os diversos lugares no mundo que se encontram num estado de violência contínua – várias partes do continente africano, bairros economicamente despossuídos e áreas rurais na América Latina e no Caribe, ou bairros negros e latinos dos Estados Unidos.

⁴ Aqui a autora elabora um jogo de palavras com a expressão popular “joão ninguém”, para designar processos de “desaparecimentos”, que, na tradução literal do inglês pode ser lida como “sem-corpo”. A escrita de Ferreira da Silva para apontar tanto a existência da vida após a morte da escravidão, quanto a ausência de valor material da vida do corpo negro.

Violência que, além de facilitar a expropriação de terras, recursos e mão-de-obra, também transforma esses espaços em mercados para a venda de armas e inúmeros serviços e bens fornecidos pela indústria da seguridade (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 180–181)

Desta forma, o conceito de dívida impagável, que dá título ao livro de Ferreira da Silva, relaciona-se ao contínuo sistema de expropriação da existência negra nas sociedades ocidentais, consistindo, conseqüentemente, numa “obrigação que se carrega, mas que não deve ser paga” (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 154). Ou seja, são dívidas no âmbito econômico, mas não na perspectiva ética, por essa razão, não deveriam ser saldadas.

O mundo herdado pela modernidade com suas bases epistêmicas é nomeado pela autora de mundo ordenado, no qual os indivíduos estariam definidos pela racialidade e apartados dos demais que compõem o mundo. Desse modo, o conceito apresentado pela autora tem base na noção de “Plenum”, que se qualificaria no “mundo implicado”, ou seja, um mundo em oposição a ideia de “mundo ordenado”, que segundo a autora foi concebido e arquitetado no sistema escravocrata-colonial, capitalista e patriarcal. Tornando-se, então, a dívida impagável um processo contínuo de expropriação ao qual alguns corpos foram e ainda hoje são submetidos no percurso da história.

O “mundo implicado”, regulado pela referência de “Plenum”, traria a possibilidade de pensar o mundo outramente. O “Plenum”, conseqüentemente, seria a possibilidade de outra vida, em outras concepções, que conceberiam a implicação das pessoas umas nas outras. Ou seja, a coletividade em detrimento da individualidade, visto que baliza a diferenciação entre uma perspectiva de mundo, apresentado por Ferreira da Silva, e o “mundo ordenado” que subjuga, hierarquiza e segrega. Portanto, o “Plenum” é um “mundo implicado”, no qual:

[...] a socialidade não é mais nem causa nem efeito das relações envolvendo existentes separados, mas a condição incerta sob a qual tudo que existe é uma expressão singular de cada um e de todos os outros existentes atuais-virtuais do universo, ou seja, como *Corpus Infitum*” (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 46).

A proposta apresentada pela pesquisadora Denise Ferreira da Silva, posiciona a racialidade no centro do pensamento moderno, depreendendo como a negritude seria um mecanismo para a derrocada do “mundo ordenado” ao qual vivemos e a elevação do “mundo implicado”. Se no primeiro mundo, não é permitido pensar a diferença sem a segmentação, no segundo, a existência se organizaria sem o princípio da separabilidade, viabilizando, conseqüentemente, o fim do mundo de acordo com o que conhecemos, para o surgimento de uma perspectiva epistemológica nova que nos levaria a uma completa transformação de concepções. A autora propoe o desmantelamento do pensamento ocidental – que consolidou e ainda hoje solidifica nossa sociedade – e emancipar a/o escravizada/o das “garras da mercadoria” de forma tal que possamos deforntar a escravidão como uma série de crimes cometido contra a carne e inaugurarmos a partir dessa compreensão crítica um projeto de fim de um mundo e nascimento de outro. Segundo Denise Ferreira da Silva (2019, p. 110).

“A carne ferida, inscrições da violência calculada, registram o que a categoria da negridade esconde: capital morto-vivo lucrando a partir da capacidade produtiva dos corpos escravos e terras indígenas”. (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 110)

Ainda de acordo com a autora, se faz necessário compreendermos como “materialismo cru” (raw materialism), ou seja, de que modo situações atuais podem ser extensão e fazerem parte de composições históricas que já aconteceram ou estão para acontecer e se repetir, ou seja, semelhanças, simetrias e correspondências com outros episódios e padrões de subjugação racial e colonial, entendidos como a violência (passada e futura) fundante do capital global, apreendido e pensado diferentemente. A figura das amas de leite no contexto escravocrata e sua reatualização no ofício das babás na contemporaneidade - função esta exercida majoritariamente por mulheres negras - é uma amostra dessa continuidade. Silva demonstra como o colonial e o racial são partes integrais à sobrevivência e funcionamento da sociedade a qual conhecemos que se estrutura na expropriação e exploração capitalista (FERREIRA DA SILVA, 2017).

É crucial começar com a escravidão exatamente porque um dos efeitos mais produtivos das ferramentas da razão científica, responsáveis por produzir a Categoria da Negridade, é precisamente - algo possível graças à presunção de separabilidade - a oclusão da relação entre trabalhadores escravizados e seus proprietários (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 89).

Por fim, a existência negra é atravessada pela brancura, de acordo com Frantz Fanon (2008, p. 107), com base que o branco é feito pelos mesmos instrumentos que produzem também o negro, de acordo com a noção moderna de humanidade que já carrega em si “uma lei de desumanização progressiva” (CÉSAIRE, 2010, p. 68). A carne branca é composta e agregada historicamente com o sangue coagulado de outros, ou seja, das pessoas negras, cujo fim é necessário para sua autopreservação. São eles sujeitos incapazes - ou relutantes - de se perceberem uma relação com o mundo e as/os outras/os que não seja regulada pela dicotomia sujeito-objeto e pela lógica de expropriação e exploração.

CAPÍTULO II: AMAS DE LEITE VERSUS BABÁS

Introdução ao Capítulo:

O intuito deste capítulo é refletir acerca do ofício das babás e o quanto seus corpos ocupam um lugar racializado e invisibilizado. Buscarei refletir a partir de referenciais teóricos o lugar da babá na sociedade contemporânea, pensando sua existência a partir da historiografia brasileira e das análises sobre a interseccionalidade de raça, gênero e trabalho doméstico, fazendo um comparativo com o lugar ocupado pelas amas de leite no período escravocrata.

2.1 - Babás, uma reatualização do passado

“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.
Dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”
(Grada Kilomba, 2019)

Marilena Chauí em seu livro *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária* (2000), nos apresenta o quanto as marcas da sociedade colonial escravista estão presentes em nossas dinâmicas e nas divisões sociais que inferiorizam e subalternizam determinados corpos; e “essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (CHAUÍ, 2000, p. 90). A autora argumenta que uma das características da “cultura senhorial”, que permanece atualmente, é a do trabalho doméstico como expressão de prestígio e poder. Em suas palavras:

“Por estar determinada, em sua gênese histórica, pela cultura senhorial e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e poder, como se desprende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais corrente sendo o uso de “doutor” quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior e “doutor” é o substituto imaginário para antigos títulos de nobreza), ou da manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica o aumento (ou diminuição) de prestígio e de status, ou, ainda, como se nota na grande valorização dos diplomas que credenciam atividades não-manuais e no conseqüente desprezo pelo trabalho manual, como se vê no enorme descaso pelo salário mínimo, nas trapaças dos cumprimentos dos insignificantes direitos trabalhistas existentes e na culpabilização dos desempregados pelo desemprego, repetindo indefinidamente o padrão de comportamento e de ação que operava, desde a Colônia, para a desclassificação de homens livres pobres” (CHAUÍ, 2000, p.92).



Figura 8: “Babá negra cuidando de bebês em protesto causa polêmica”, Jornal Gazeta do Povo, 2016.

Nanah Sanches Vieira (2014), ao refletir a respeito da figura da ama de leite e das babás no tempo presente, afirma que houve um deslocamento da ama de leite para a ama seca - como mãe substituta -, desenhando os contornos para a chegada das babás como uma espécie de manutenção do privilégio da elite brasileira. A autora afirma que existe um esforço estratégico em suprimir, borrar e substituir a escravidão e suas personagens ao longo de nossa história (VIEIRA, 2014, p. 86). Atualmente, a trabalhadora doméstica é a “mucama permitida” de que nos fala Lélia Gonzalez (1980), um corpo anulado em sua identidade e que ocupa um lugar racializado e subalternizado vinculado ao seu passado escravizado. Dessa forma, segundo Vieira, “há uma continuidade do corpo-escravizado para o corpo-produtivo, muito embora esse tenha permanecido fora das leis que garantem seus direitos trabalhistas” (VIEIRA, 2014, p. 87), diferente de boa parte das categorias do trabalho livre que possuem seus direitos assegurados.



Figura 9: “Obrigar as babás a vestir-se de branco é tirar delas a humanidade”. Jornal Estadão, 2015.

A história do Brasil é permeada pela memória da escravidão de negros africanos no período Colônia (1500 - 1822) e Imperial (1822 - 1889), que compreende a maior parte da história do nosso país. As dinâmicas fundadoras desse período ainda ecoam no presente e exercem forte impacto na cultura brasileira. Ainda hoje, podemos notar a manutenção de divisões sociais e raciais no território urbano e nos espaços domésticos, assim como a preservação de comportamentos que remetem ao período escravocrata. Após o período da abolição, que se deu no ano de 1888, o serviço doméstico continuou a ser exercido, em sua maioria ainda por mulheres negras, porém com uma diferente configuração – muito embora os vestígios da escravidão não fossem completamente apagados em seus padrões de relações que seriam fruto das divisões de classe e raça herdadas do nosso passado, que teve a escravidão, como principal mão de obra do país. A arquiteta Ermínia Maricato, em seu livro *Habitação e Cidade* (1997), afirma:

"Mesmo após a abolição, a abundância da oferta de trabalho manteve a tradição da empregada doméstica - da classe média para cima. Essa é a raiz de uma característica ímpar verificável nas moradias burguesas e pequeno burguesas no Brasil: a separação entre entrada social e de serviço, além do zoneamento verificado no interior da residência, dividindo-a em área de serviço, social e íntima" (MARICATO, 1997, p. 43)

2.2 - Dororidade: A dor e a solidão partilhada pelas babás

“A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor”. Piedade (2019, p. 16)

Entrevistei trabalhadoras babás, mulheres negras, com idades entre 18 e 59 anos. Das onze participantes nove tinham filhos e poucas possuíam companheiros, bem como as que tinham, não necessariamente viviam em situação estável com eles, ou seja, são mulheres que experienciaram os primeiros momentos da maternidade de maneira solitária e por um breve período de tempo, sem a presença de um parceiro afetivo, tendo em vista que muitas delas precisaram retornar ao trabalho no período inferior ao regulamentado pelas normas trabalhistas que asseguram às trabalhadoras a licença maternidade de 120 dias, ou seja, 4 meses⁵. Nenhuma das babás entrevistadas puderam gozar desse direito assegurado de maneira plena, algumas inclusive, precisaram retornar ao trabalho entre 30 e 45 dias. Tendo em vista que muitas das babás enfrentavam e ainda hoje defrontam-se com a informalidade nos seus respectivos empregos.

Investigando as múltiplas violências vivenciadas - especialmente pelas mulheres negras babás - e mobilizando o feminismo negro juntamente ao conceito de dororidade, cunhado pela pesquisadora Vilma Piedade em seu livro *Dororidade* (2019). Compreendemos que esta noção dialoga intimamente com o lugar social das babás, visto que a noção de dororidade surge da necessidade de olharmos para esses corpos - invisibilizados, silenciados, traumatizados e adoecidos a partir de uma perspectiva específica. Segundo Piedade, as dororidades só podem ser compreendidas em sua plenitude por quem também traz em sua pele a cor da noite.

Dororidade trata-se de um conceito, que abriga em si as dores que mulheres negras carregam em suas trajetórias individuais e coletivas. Ao longo do percurso para consolidação desta pesquisa, durante as entrevistas, as babás compartilharam confidências e dores que também são sentidas por suas colegas de profissão, algumas delas foram: a solidão afetiva - situação complexa e que será desdobrada posteriormente -, pois como dedicam-se integralmente ao trabalho doméstico não tiveram oportunidade de construir e manter experiências amorosas; a impossibilidade de

⁵ Para as mães que estão ativas no mercado de trabalho, a licença-maternidade é um benefício conquistado desde 1988 com a Constituição Federal que prevê um salário-maternidade durante o período de licença. E é um benefício assegurado às trabalhadoras registradas sob o regime CLT.

exercerem o direito à maternidade plena, tendo em vista que precisaram retornar ao trabalho dentro de muito pouco tempo após darem à luz; a subalternização a qual estão sujeitas devido a condição de mulheres negras e babás no que tange aos assédios morais, sexuais e a precarização de suas condições de trabalho por não terem direitos trabalhistas assegurados e respeitados; a descartabilidade de suas presenças, visto que, muitas revelaram que ao adoecerem, engravidarem ou manifestarem o desejo de estudar automaticamente foram trocadas por outras profissionais. No depoimento a seguir, Acácia endossa essa situação:

Eu trabalhei numa casa que tinha que dormir todos os dias. A patroa tinha um menino de 8 anos e uma menina de 10 anos. Eu começava a trabalhar às 6 horas porque sou de acordar cedo todo dia. Então, eu descobri um supletivo EJA, de formação de adultos. Era de segunda à sexta das 19h às 22h. Expliquei pra patroa que queria voltar a estudar e que podia deixar a janta pronta, as crianças tomava banho e ir rapidinho pra aula e que depois voltava para dormir, mas antes deixava a cozinha limpinha e sem louça da janta. Essa minha ideia de estudo só durou quatro dias porque no quinto, quando eu cheguei, tava minhas roupinha tudo dentro de umas sacola plástica de supermercado e a patroa já tinha arrumado uma menina que já tava no meu antigo quartinho para ficar no meu lugar. Quando cheguei do EJA ela disse que eu não precisava mais do emprego já que queria estudar. (Entrevista de Acácia, babá, 2023).

Parafrazeando a autora bell hooks, que em um de seus textos diz que se o amor cura, o desamor adoce. Nesse sentido, podemos pensar que a falta de afetividade e solidão que acompanham as mulheres negras historicamente e as que aqui estão representadas nesta pesquisa – por intermédio de seus depoimentos –, a representação social da mulher negra sobre afetividade, oportunidade de formação, maternidade e sexualidade foi construída no imaginário social de maneira estigmatizada tanto pelo fetichismo como pela subserviência. Segundo Lélia Gonzalez, as imagens das mulheres negras estão vinculadas, quase sempre, aos estereótipos de servilismo profissional e sexual, o que diz muito sobre a forma a qual a mulher negra é objetificada, ou seja, tratada como se fosse um objeto, alguém que não há necessidade de preocupar-se, de levar em consideração seus sentimentos, sonhos e desejos. A mulher negra foi e ainda hoje é percebida como uma pessoa que irá satisfazer as demandas, os fetiches, proporcionar prazer e cuidados aos filhos das mulheres brancas. Essa situação foi descrita por uma das entrevistadas desta pesquisa da seguinte forma:

Eu tenho até dificuldade de falar essas coisas, mas eu sinto que falar com vocês me faz bem. Outro dia cês comentaram que saem daqui pensando. Eu também saio porque no serviço a gente não pode falar nada, só escutar e responder só o que eles perguntam. Lá eu me sinto vigiada, fico sempre naquela agonia [aponta com os dedos pro coração repetidamente] de ter que inventar um serviço mesmo tando tudo limpinho: casa, cozinha, fogão, comida feita, louça lavada, criança tomava banho. Os patrão querem me ver trabalhando sempre, então por isso, que lá eu me sinto vigiada já aqui eu me sinto amada. Por isso eu vou contar que eu já tive patrão que tentou mexer em mim. Não foi um, nem dois. Na casa que eu tô agora ninguém faz dessas coisa. Até porque eu nunca deixei, mas nas outras casas já tive patrão que tentavam. Eu era mais nova, magrinha, ajeitadinha e um deles, filho dos patrões, vinha sempre pra cima de mim. Teve uma vez que eu tava lavando umas roupas no tanque e ele se masturbou atrás de mim. Quando eu vi

disse que ia contar pra mãe dele e sabe o que ele me respondeu: “eu sei que você gosta”. (Entrevista de Hortência, babá, 2023).

Sabe-se que o machismo e o racismo consolidou a falsa ideia de que as mulheres negras são sensuais e lascivas. Com isso, abusos sexuais e estupros foram naturalizados nas senzalas. A dor experienciada no período colonial, as marcas profundas ainda hoje vivenciadas tornaram-se estatísticas. Os dados sobre violência sexual expressam isso. Mulheres negras sofreram 73% dos casos de violência sexual registrados no Brasil em 2017. De 2009 a 2017, o número de mulheres negras vítimas de estupro aumentou quase dez vezes segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS)⁶.

Em artigo intitulado “Intelectuais negras”, que integra a Revista de Estudos Feministas, bell hooks, afirma que:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469).

O racismo é um conjunto de práticas que implica numa classificação hierárquica de pessoas com base em sua cor/raça, resultando em benefícios para a população branca e em desvantagens para a população negra (ALMEIDA, 2019). Embora afete toda a comunidade negra - assim como outras comunidades, como a indígena. Elas também carregam outros marcadores sociais, como classe social, religião, nacionalidade, gênero etc., os quais, combinados com sua raça, podem gerar experiências únicas e específicas. A interseccionalidade se refere à área de estudo interessada na conexão entre dois ou mais aspectos sociais de um indivíduo ou grupo de indivíduos (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 1989. Crenshaw (2002) afirma que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A intersecção entre diferentes marcadores sociais pode resultar em situações de opressão. Por isso, estamos investigando a intersecção entre gênero e raça; mais precisamente, o que significa ser

⁶<https://cesecseguranca.com.br/reportagens/a-cor-da-violencia-mulheres-negras-sofreram-73-dos-casos-de-violencia-sexual-no-brasil-em-2017-diz-estudo/>, acesso em 20 de dezembro de 2023.

uma mulher negra em um contexto dominado pelo racismo e pelo machismo. O patriarcado representa um sistema hierárquico baseado na crença na superioridade masculina sobre as mulheres, mantendo os homens no topo da estrutura de poder e deixando as mulheres em uma posição inferior em todos os aspectos da vida social (SAFFIOTI, 2004/2015). O gênero é definido como um "elemento central das relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 86). Essa definição ressalta a natureza socialmente construída do gênero e reconhece que ele é uma das formas através das quais o poder se manifesta.

A investigação realizada pela pesquisadora Claudete Alves Souza (2008) abordou as temáticas da solidão e do afeto vivenciadas por mulheres negras na cidade de São Paulo, assunto até então pouco explorado em estudos sobre questões raciais e de gênero. Para isso, a autora realizou uma análise de casais utilizando observações, questionários e grupos focais. O estudo observacional analisou a presença de casais interraciais em diferentes bairros, incluindo bairros de classe média, regiões centrais e periferia. Um aspecto relevante foi a análise da proporção de casais formados por homens negros e mulheres brancas em comparação com casais formados por mulheres negras e homens brancos. Entre os 973 casais interraciais observados, verificou-se que 77% eram compostos por homem negro e mulher branca, enquanto 22% eram formados por mulher negra e homem branco.

Ainda de acordo com a pesquisa de Claudete Alves (2008), ao analisar os dados levantados por sua pesquisa, ficou evidente que o racismo deixou como marca os estereótipos sexuais em relação às mulheres negras, que também foram usados para justificar a preferência dos homens negros por mulheres brancas em casamentos e relacionamentos mais estáveis. As mulheres negras, por sua vez, eram vistas como parceiras apenas para experiências sexuais e encontros casuais, sendo tratadas como objetos para proporcionar prazer sexual aos homens e depois descartadas.

Ana Cláudia Pacheco (2013), importante pesquisadora, levantou as seguintes inquietações em seu livro "Mulher negra: afetividade e solidão":

Como gênero, raça e outros marcadores sociais operam nas trajetórias sociais e nas escolhas afetivas das mulheres negras selecionadas? Como as mulheres negras selecionadas pensam sobre as experiências da solidão?" (PACHECO, 2013, p. 45).

Pacheco entrevistou mulheres negras que vivem em Salvador (BA) e não tinham parceiros fixos atualmente, ou seja, não estavam em união estável no momento do estudo. Dessas mulheres, algumas eram ativistas e outras não. Elas exerciam diversas profissões, como auditora fiscal, empregada doméstica, fisioterapeuta, dentre outras. Tanto ao pesquisar bibliografias sobre a questão racial brasileira quanto ao analisar as histórias ligadas aos dois grupos de mulheres entrevistadas - as ativistas e as não ativistas -, Ana Cláudia Pacheco (2013) identifica um processo histórico que retira a humanidade da mulher negra, retratando-a como alguém sem emoções, animalizada, hipersexualizada, ou seja, uma pessoa que não merece ser amada nem amar. Isso contrasta com o

tratamento dado à mulher branca ou socialmente embranquecida, que é associada ao padrão de beleza aceitável e, por consequência, que eleva o status daqueles que se relacionam com ela.

bell hooks apresenta-nos essa questão da afetividade e sua importância na vida de mulheres negras, em sua importantíssima obra “Tudo sobre o amor” (2020):

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nós amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente. [...] E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor. (HOOKS, 2000).

Retomando a autora Vilma Piedade (2019, p. 17) é importante depreendemos a etimologia da palavra sororidade, que por sua vez vem de sóror, uma palavra do latim que significa irmãs, ou seja, o feminismo deve ser então ancorado no apoio e na união entre as mulheres. Para Piedade, o conceito de dororidade foi criado para demarcar as especificidades das experiências de mulheres negras na diáspora por se tratarem de vivências e dores muito particulares. De acordo com a autora, dororidade não tem a intenção de substituir o sentido ou o uso da palavra sororidade mas, sim, abrir uma intenção dialógica. Esta nova perspectiva filosófica feminista visa interseccionar a dor de, pelo menos, duas opressões - a de gênero e racial, em especial das mulheres que trabalham no serviço doméstico e que recebem especial atenção da pesquisadora num dos capítulos de sua obra.

Com isso, dororidade carrega em si, ainda, uma violência que não é dita, o silenciamento, o lugar-ausência e o silêncio histórico. A invisibilidade do não ser sendo. Dororidade contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo - e essa dor é preta. Dororidade, de acordo com Piedade, é tomar novamente a narrativa, para que nenhuma preta esteja mais condenada a viver na ausência de si mesma (PIEADADE, 2019).

Eu já passei por tanta tristeza em casa de madame que cê não tem ideia. Eles comem tanta coisa gostosa, mas tanta... Essa semana foi lasanha e fui eu mesma que fiz a pedido da patroa e cê acha que eu comi algum pedacinho? Que nada, voltou a travessa vazia. Outro dia eles tavam comendo chocolate, que eles oferecem pras visitas e pros parentes e comem também na minha frente sem nem oferecer. Eles comem sorvetes de marca que eu nem sei falar o nome porque é estrangeiro, uns potinho pequenininho assim [enquanto mostra para todas nós a dimensão da embalagem com as duas mãos] e eu não como. As crianças me perguntam: “você quer?”. Eu no início era boba e respondia: “sim, só um pouquinho” e eles respondiam rindo: “não vou te dar, ar”. Milena, dá até vontade de chorar porque eu me sinto muito humilhada. E as comidas gostosas do shopping quando eles almoçam lá? Você tem que ver. Eles oferecem pras amiga que encontram lá, pagam almoço pras coleguinhas dos filhos e pra mim nada. E eu lá o dia todo carregando criança quase do meu tamanho há mais de 4 horas. Eu sinto que eles têm prazer de fazer isso com a gente. De comer na nossa frente e dizer que está gostoso e que aquilo não é pra gente. (Entrevista de Margarida, babá, 2023).

Para refletir sobre a formação da identidade racial, é necessário considerar as estruturas do racismo, como a ideia de branquitude. A branquitude é vista como uma construção social e histórica que promove a falsa crença na superioridade racial dos brancos, proporcionando privilégios e acesso a recursos materiais e simbólicos, oriundos da herança colonial e imperialista, perpetuados na sociedade atualmente marcada pelo racismo. Essa construção evidencia as desigualdades raciais que surgem de conflitos de poder, estabelecendo o papel do negro em interações assimétricas com os brancos, sendo o branco considerado o ideal, estabelecendo paralelos entre a cor negra e a inferiorização social (SHUCMAN, 2012).

Maria Aparecida Bento (2002) propõe a ideia do pacto narcísico da branquitude, caracterizado como pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses”. Esse pacto se baseia na defesa dos interesses e na proteção dos brancos iguais, ignorando muitas vezes a discriminação e desigualdade enfrentadas por outros grupos étnico-raciais. Para discutir essa dinâmica de proteção entre brancos, a autora usa o termo 'narcísico' no sentido freudiano de investimento em si mesmo e rejeição ao diferente, promovendo laços através do ódio aos indivíduos negros e do receio de perder as posições de poder e vantagens mantidas hegemônicamente pela branquitude. (BENTO, 2002, p. 105-106).

Ao refletir sobre a condição da mulher negra, Neusa Santos Souza, psiquiatra e psicanalista, apresenta em seu livro "Tornar-se Negro" (1983), reflexões detalhadas sobre a formação da identidade da comunidade negra e suas emoções no contexto da busca por ascensão social, considerando a interseção entre classe e raça. Para alcançar esse objetivo, a autora utiliza entrevistas qualitativas para analisar essas experiências. Em consonância com o campo das emoções, Frantz Fanon (2008) discute a disparidade no tratamento dado às pessoas negras em comparação com as brancas como uma dimensão dual, ressaltando a desigualdade racial internalizada psicologicamente pela estrutura social racista, ilustrada na afirmação de que o "arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro" (FANON, 2008, p. 160). Essa realidade impacta nas experiências emocionais de construção da identidade, conforme destacado no relato de Pedro, um dos entrevistados no estudo de Souza (1983, p. 26): “Minha mãe me dizia: 'você é negro'. Dizia isto me sacudindo... para mostrar que eu não era da mesma origem dela.”

Frente à negação de afeto em relação às pessoas negras em detrimento dos brancos, ocorrem impactos na autoestima desses indivíduos. Bauman (2004, p. 102) argumenta que para desenvolver o amor próprio, é necessário ser amado por alguém primeiro, já que a “recusa do amor – a negação da condição de objeto merecedor de amor – alimenta o auto-ódio. Outros precisam nos amar antes que possamos começar a nos amar”. Nesse cenário, as mulheres negras, atravessadas pela interseccionalidade vivenciam sentimentos de auto desprezo e solidão como consequência do racismo estrutural que limita tanto o acesso quanto a garantia de condições concretas de vida e condições subjetivas que envolvem o bem-estar, como os sentimentos de afeto, e conseqüentemente, a solidão que surge ao não ser escolhida como alguém digna de ser amada, cuidada e desejada para compartilhar a vida.

2.3 - Desvalorização continuada da figura da mulher negra na sociedade

O trabalho doméstico é uma atividade de cuidado que, de acordo com padrões tradicionais, é visto como um trabalho de mulheres. Nesse contexto, o trabalho doméstico remunerado no Brasil consiste num ofício realizado quase inteiramente por mulheres e, em especial, por mulheres negras e de baixa escolaridade. O trabalho doméstico é alimentado pela desigualdade e pela dinâmica social criada principalmente após a “abolição da escravidão”. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), se organizasse um encontro de todos os seus trabalhadores domésticos, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, nota-se que mulheres brancas ganham 30% a menos que homens brancos. Homens negros ganham menos que as mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. De acordo com a amostra de dados, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros, 31,6%, mulheres brancas 26,9% e homens brancos 20,6%. Ainda segundo a pesquisa, as mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e atuantes no trabalho doméstico.

Em diversos países o trabalho doméstico está vinculado à história da escravidão e à divisão sexual do trabalho. No Brasil, principalmente, onde o trabalho doméstico se estabeleceu como uma das principais fontes de ocupação da grande parcela de mulheres negras, com baixo grau de escolaridade e oriundas das regiões mais pobres do país. Trata-se de uma ocupação invisibilizada e continuamente desvalorizada, pois sua importância na organização da sociedade é praticamente ignorada, o que se comprova no fato de ser uma das principais profissões que ainda se mantém na informalidade, por mais que tenhamos conquistado em 2013 a regulação da PEC das Domésticas - Emenda Constitucional que amplia os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas⁶. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,3 milhões de brasileiras trabalham em atividades domésticas. Desse total, apenas 1,5 milhão está registrada com carteira assinada e 2,5 milhões atuam sem vínculo empregatício.

Em 2023, 10 anos após a aprovação da PEC das Domésticas, o número de informais cresce no país. O Brasil tem 5,8 milhões de trabalhadores domésticos, a maioria mulheres negras. Em 2013, 33% das trabalhadoras eram formais. Atualmente, apenas 25% trabalham com carteira assinada. Ou seja, apenas uma em cada quatro domésticas trabalha formalmente. Agravado pela pandemia da Covid em 2020, o emprego doméstico perdeu quase 1,6 milhão de postos.

⁶ Proposta de Emenda à Constituição 478/2010, conhecida como “a PEC das Domésticas”, que revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, com o objetivo de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre empregadas/os domésticas/os e demais trabalhadoras/es urbanas/os e rurais.

A classe média trocou a doméstica de carteira assinada por uma diarista e, na tabulação do IBGE, é uma trabalhadora informal.

A PEC das Domésticas, que foi aprovada em 2 de abril de 2013, e regulamentada dois anos depois, estabeleceu igualdade dos direitos como: jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 semanais; pagamento de horas extras; adicional noturno; descanso de no mínimo de 1 hora e máximo de 2 horas; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho; indenização em caso de demissão sem justa causa.

O trabalho doméstico também tem sido discutido nos meios de comunicação nos últimos anos, principalmente devido às trabalhadoras domésticas terem se tornado personagens de alguns filmes do cinema brasileiro como “O Som ao Redor” (2012), “Recife Frio” (2009) e “Aquarius” (2016) de Kleber Mendonça Filho, “Doméstica” (2011), de Gabriel Mascaro, “Babás”(2010), de Consuelo Lins, “Casa Grande” (2014) de Felipe Gamarano Barbosa, “As Boas Maneiras” (2017) de Juliana Rojas e Marco Dutra e “Que Horas Ela Volta?” (2015) de Anna Muylaert. Todas essas existências dentro e fora das telas do cinema nos faz pensar na reflexão de Achille Mbembe (2017) acerca do quanto o neoliberalismo funciona numa dinâmica de reedição da escravidão negra moderna. Para que esses personagens do sistema capitalista existam é preciso usá-los e explorá-los tal como se escravizados ainda fossem (MBEMBE, 2017, p. 124).

Achille Mbembe, em *A Crítica da Razão Negra* (2017), afirma que o corpo negro não existiu por si só, mas apenas na medida em que serviu para trabalhar para o senhor. Dessa forma, a acumulação primitiva do capital, teorizada por Karl Marx, segundo Mbembe, seria a expropriação da força de trabalho dos negros escravizados. Podendo-se assim afirmar que a exploração do povo africano foi fundamental para a origem do capitalismo como se conhece hoje. O autor argumenta que ainda que a raça e a classe social caminhem juntas, se um dia a luta de classes acabar, o racismo continuaria existindo, pois a raça é mais estruturante do que o conceito de classe social. Uma crítica da razão negra se faz portanto necessária, pois o neoliberalismo, como face atual e devastadora do capitalismo, produz indivíduos descartáveis, em condições de trabalhos informais, precarizados. Todo um contingente de trabalhadores sem direitos, expostos à vulnerabilidade. E, nessa análise, não podemos esquecer que essa política de aniquilamento de determinados corpos revela a sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo e, em especial, no Brasil dos dias atuais. (MBEMBE, 2017, p. 72).



Figura 10: “Entrada social e de serviço”, Jornal do Brasil, 1988.

Dessa forma, apesar da academia e dos movimentos sociais reivindicarem melhores condições de direitos para as trabalhadoras domésticas, é necessário iniciativas mais eficazes para transformação do atual cenário em que muitas mulheres ainda se encontram na informalidade e em condições de exploração de sua mão de obra - com extensas horas de trabalho, sem direito a folgas semanais e descanso. É preciso levantar dados, refletir e problematizar questões referentes a esse ofício; mais especificamente, ao trabalho dessas mulheres que se dedicam ao cuidado das crianças, de modo a dar visibilidade à realidade que vivenciam as babás em suas longas jornadas.

A noção de colonialidade do poder está vinculado à “sobrevivência de legados coloniais em tempos modernos” (BERNARDINO-COSTA, 2008, p. 3). Este conceito indica o fato de que estruturas hierárquicas do sistema colonial não desapareceram após a abolição da escravatura, de forma tal que esses resquícios estão ainda se fazem presentes nos dias atuais, afetando todas as esferas da vida social como, por exemplo, a sexualidade, a subjetividade, o poder e o trabalho (GROSFUGUEL, 2009, p. 5).

Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a dominação e a exploração durante o capitalismo colonial moderno foi fundamentada pela defesa da noção de “raça”, que permitiu a disseminação racista do trabalho e que considera o atual padrão mundial de poder capitalista. É necessário se desconectar do paradigma eurocêntrico de modernidade para notar que ainda temos nas dinâmicas de nossas sociedades latino-americanas, na conjuntura capitalista global, o que um dia configurou-se no modo de produção escravocrata e pré-capitalista. Assim sendo, trazer tal noção para a análise do trabalho exercido pelas babás nos permite sugerir novas reflexões para a visibilidade desse tipo de ofício (QUIJANO, 2005, p. 6)

No intuito de compreender os efeitos do patriarcado para além dos discursos feministas vigentes (europeu e branco), a filósofa argentina Maria Lugones (2008) pensa sobre a regência da colonialidade de gênero, propondo um atravessamento entre dois marcos teóricos: o conceito de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano, com o feminismo das negras dos Estados Unidos e o feminismo de mulheres do terceiro mundo. Sua finalidade é compreender o sistema de gênero colonial moderno tanto em traços gerais quanto em sua concretude detalhada e experienciada por essas mulheres. Esse entrecruzamento permitiria perceber o tamanho e a profundidade histórica da imposição colonial e, deste modo, compreender seu alcance destrutivo. Desse modo, o entrecruzamento da raça, do gênero e do trabalho garantiu trabalho assalariado quase exclusivamente aos homens europeus e brancos - o que ancora a questão do trabalho doméstico no Brasil na agenda da colonialidade do poder (LUGONES, 2008, p. 86).

Neste instante, cabe trazer para a discussão a importante teórica indiana, Gayatri Spivak, dos estudos pós-coloniais, que nos indaga: qual é especialmente o espaço da mulher? (Spivak, 1993, p. 193). Compreendemos que questionar e se debruçar sobre a história das babás na atualidade, a partir da noção de colonialidade do poder e de gênero, se faz necessário para uma reflexão crítica acerca do “mito da democracia racial brasileira” como um pensamento legitimador de uma desejada burguesia brasileira que “mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros” (Quijano, 2005, p.19); e de forma tal que “exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (Gonzalez, 1980 p. 228). Dessa forma, refletir a situação das babás, por intermédio da noção de colonialidade, baseia-se numa busca pela compreensão das hierarquias e da frágil situação em que as mulheres negras se encontram em relação ao mercado de trabalho atual, numa condição ainda herdada de nosso passado escravocrata e colonial.

O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p.123). Se a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América (Quijano, 2005, p. 1).

2.4 - Casos noticiados na grande mídia e impacto da Covid 19

No ano de 2023, o Brasil libertou 3.151 trabalhadores em situações análogas à escravidão, representando o maior número desde 2009, quando foram resgatadas 3.765 pessoas. Apesar desse aumento, é evidente o retrocesso do país nos últimos anos devido à escassez de fiscais do trabalho, atingindo o nível mais baixo em três décadas. Com esses dados alarmantes, o total de trabalhadores encontrados em condição análoga à escravidão desde a criação das equipes de fiscalização móvel em 1995 subiu para 63,4 mil.

As atividades laborais no campo continuam sendo as principais responsáveis pelos resgates efetuados. O cultivo de café foi responsável por libertar o maior número de trabalhadores, totalizando 300 pessoas, seguido pelo plantio de cana-de-açúcar, que resgatou 258 indivíduos. Goiás foi o estado com o maior número de resgates, alcançando 735 casos, seguido por Minas Gerais (643), São Paulo (387) e Rio Grande do Sul (333). Por trás dos dados estatísticos, existem relatos de abusos tanto nos campos quanto nas cidades, evidenciando a persistência do trabalho escravo no Brasil. Os crimes continuam sendo cometidos em fábricas clandestinas, mansões luxuosas e plantações ao redor do país.

“Foram 30 anos sem ganhar salário. Até chegou um ponto de ela não querer deixar mais que eu comesse, que eu tomasse café. Eu só podia ir para meu quarto tarde da noite, não podia conversar mais com ninguém”, relatou uma trabalhadora idosa resgatada e entrevistada em março de 2023. Infelizmente, ela veio a falecer de parada cardiorrespiratória antes de receber qualquer indenização da Justiça. “Eu acordava cedo e só ia dormir quase meia-noite. Além disso, eles me insultavam muito, falavam palavrões. Insultavam minha raça, me chamavam de negra e coisas do tipo. Até que um dia, a Polícia Federal apareceu e tudo mudou”, relatou outra trabalhadora que ainda aguarda por sua indenização. Estas duas mulheres foram resgatadas de situações de trabalho doméstico análogo a escravidão visto que ambas não recebiam salário e viviam aprisionadas por seus “patrões”.

O trabalho doméstico é a área que mais apresenta novos nomes na atualização da "lista suja" do trabalho escravo, cadastro no qual são registrados os empregadores responsáveis por esse crime, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 05 de abril de 2024. A forma de escravidão doméstica, que abrange a exploração de empregadas domésticas, caseiros e cuidadores, corresponde a 43 dos 248 novos casos listados, sendo este o maior acréscimo de empregadores registrado desde a criação do banco de dados em novembro de 2003. Com isso, o número total de patrões responsabilizados chega a 654. Os nomes são adicionados após os autuados exercerem seu direito de defesa em duas instâncias administrativas e permanecem listados por dois anos. Em 2024, 50 empregadores foram retirados após o vencimento do prazo estabelecido. A relação é acessada por empresas, bancos e instituições financeiras para controle de riscos.

Dentre os nomes listados encontra-se o de André Luiz Mattos Maia, identificado como o empregador de Maria de Moura. Ela foi resgatada pelo grupo especial de fiscalização móvel em 2022, aos 85 anos, depois de ter sofrido 72 anos em condições semelhantes às da escravidão – um recorde em termos de escravidão contemporânea. Maria passou por três gerações da mesma família no Rio de Janeiro, sendo responsável pela casa e seus moradores.

De acordo com a inspeção realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os pais de Maria trabalhavam em uma fazenda no interior do estado que estava sob posse da família Mattos Maia. Quando tinha apenas 12 anos, a vítima foi viver na casa do casal proprietário para realizar afazeres domésticos. Após o falecimento deles, passou a residir na casa da filha, continuando suas atividades, incluindo o cuidado com as crianças. Em março de 2024, André Mattos Maia e sua mãe se tornaram réus na Justiça Federal por manterem Maria em condições análogas à escravidão. Se forem considerados culpados, podem ser condenados a cumprir de dois a oito anos de prisão apenas, conforme previsto no artigo 149 do Código Penal. Mattos argumentou em diversas entrevistas concedidas a portais de notícias que “os serviços domésticos prestados por Maria não configuravam trabalho escravo, mas sim uma colaboração voluntária dentro da esfera familiar”, ou seja, a velha e conhecida falácia da vítima ser considerada uma integrante da família – justificativa esta inclusive endereçada muitas das vezes para as trabalhadoras entrevistadas para esta pesquisa por parte de seus patrões.

No entanto, essa pessoa da família teve negado o direito de estudar, de criar laços de amizade fora de casa e até mesmo decidir sobre sua própria vida. A maioria destas trabalhadoras resgatadas nestas condições dormiam num espaço improvisado e frequentemente não tinham acesso a alimentação de qualidade, cuidados de saúde e outras necessidades e direitos fundamentais assegurados. Recentemente, os casos de libertação de trabalhadoras domésticas escravizadas ganharam grande destaque na mídia. Com isso, os vizinhos dessas famílias exploradoras começaram a perceber que as trabalhadoras domésticas estavam vivendo em condições análogas a escravidão e as denúncias aumentaram. Os primeiros dois resgates ocorreram em 2017, seguidos por mais dois em 2018, cinco em 2019, três em 2020, 31 em 2021 e mais 41 em 2022 e 2023, conforme informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Escravidão Contemporânea no Brasil

Desde a década de 1940, o Código Penal Brasileiro estabelece sanções para esse delito. Essas práticas são conhecidas como trabalho escravo contemporâneo, escravidão moderna ou condições semelhantes às da escravidão. Segundo o artigo 149 do Código Penal, quatro elementos caracterizam a escravidão contemporânea no país: trabalho forçado (que restringe a liberdade de ir e vir), servidão por dívida (um tipo de escravidão ligada a débitos, frequentemente obtidos de forma fraudulenta), condições de trabalho degradantes (que desrespeitam a dignidade humana e colocam em risco a saúde e a vida) ou jornada exaustiva (que leva o trabalhador à exaustão total devido à intensidade da exploração, também colocando em risco sua saúde e vida).

A partir da fundação dos grupos especiais de fiscalização móvel, fundamentais no sistema de combate ao trabalho escravo no país, em maio de 1995, mais de 63 mil trabalhadores foram libertados. Esses grupos contam com a participação da Inspeção do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Defensoria Pública da União.⁷

Conforme a definição do Governo Federal, entende-se por práticas análogas à escravidão a submissão de trabalhadores a trabalhos forçados, jornadas exaustivas e condições de trabalho degradantes. A legislação menciona a restrição da liberdade de movimentação do trabalhador, seja por dívidas contraídas que resultem no impedimento do uso de qualquer meio de transporte, seja por outros métodos utilizados para retê-lo no local de trabalho.

No século 21, a chamada "escravidão contemporânea" é manifestada de várias maneiras tanto na região rural quanto na urbana. Apesar de a escravidão moderna não ser a mesma que a escravidão vivida no Brasil por 300 anos, ela ainda guarda resquícios e semelhanças desse período, como a própria cor da pele. Dos resgatados em situações análogas à escravidão, 60% eram autodeclarados negros/os. A grande maioria dos trabalhadores domésticos são mulheres e cerca de 60%, negras. Segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.⁷

De acordo com a lei, algumas situações configuram os casos, como alojamento em condições degradantes, falta de acesso a equipamentos de proteção e água potável, ausência de registro na CLT e desobediência à jornada de trabalho. Além disso, a escravidão contemporânea envolve situações em que a trabalhadora fica somente à disposição do empregador, sem permissão para ter convivência familiar. Assim como ocorreu nos casos brevemente acima citados e que serão desdobrados a seguir.



Figura 11: “Manchete do Jornal Correio Braziliense”, 14 de julho de 2022.

⁷ Informações retiradas dos dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e do Radar do Trabalho Escravo da SIT.

Uma operação conjunta realizada no dia 14 de julho de 2022 pelo Ministério do Trabalho e Previdência de Minas Gerais e pela Polícia Militar resgatou uma senhora de 63 anos de um trabalho análogo à escravidão no qual estava vinculada há 32 anos. O caso ocorreu em Nova Era, na Região Central de Minas Gerais, onde a mulher prestava cuidados a crianças da família, a dois idosos e executava tarefas domésticas em duas residências. Durante as investigações, foi descoberto que a trabalhadora tinha direito a benefícios previdenciários, que eram retidos pelo empregador. Ela nunca recebeu salário, folga ou teve sua carteira de trabalho assinada.



Figura 12: “Manchete do Jornal G1 da Globo”, 13 de maio de 2022.

Aos 87 anos de idade atualmente, em 2024, Dona Maria de Moura foi acolhida na residência da família aos 12 anos e libertada em março de 2022. Esse caso é o mais duradouro já documentado, segundo a promotora do MPT. Os antigos empregadores afirmam que Dona Maria fazia parte da família. Dona Maria residia na casa de Yonne Mattos Maia e André Luiz Mattos Maia, mãe e filho, que eram seus “patrões”. Eles se tornaram réus na justiça em março de 2024 – dois anos após o resgate da idosa em 2022 – e são acusados de submeterem a vítima a condições análogas à escravidão, coação e apropriação indevida do cartão magnético da idosa.

A família de Maria relata que ela mudou-se para a casa da família de Yonne esperando uma vida melhor, mas conforme decisão judicial, isso não se realizou. De acordo com o tribunal, suas visitas à família eram supervisionadas e seu celular era retido pelo empregador. Dona Maria era obrigada a dormir em um local sem lençol, cobertor ou travesseiro: um sofá onde passava as noites atendendo às necessidades da empregadora.

Ao ser resgatada, a saúde de dona Maria se encontrava fragilizada. Nascida em Vassouras, uma cidade do interior do Rio de Janeiro, ela vem de uma família extremamente carente e, aos 12 anos, foi morar na fazenda onde seu pai trabalhava com a família dos patrões. O proprietário da fazenda era o pai de Yonne. A partir desse momento, Maria passou a viver com eles, desempenhando diversas funções que iam desde babá, empregada doméstica até cuidadora de idosos.

Segundo Luiza Batista, importante ativista e coordenadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), em entrevista concedida ao Jornal Correio Braziliense em agosto de 2022, ela reforça que “a maior parte das mulheres em condições de trabalho análogo a escravidão é entregue ainda quando criança para os exploradores com a esperança de que poderão estudar. Os [falsos] patrões prometem para as famílias que elas só vão ajudar em casa e vão para escola, e os pais querem o melhor para os filhos. A gente sabe que existe em todos os estados e normalmente com mulheres acima dos 55 anos”.⁸



Figura 13: “Manchete do Fantástico, TV Globo”, 11 de junho de 2023.

Sônia Maria de Jesus foi resgatada de condições de trabalho análogas à escravidão. O caso aconteceu em junho de 2023, em Florianópolis, Santa Catarina. Libertada da casa de um desembargador, onde vivia desde os 9 anos de idade, Sônia é surda e não aprendeu a Língua Brasileira de Sinais. De acordo com as investigações, ela foi escravizada por 37 anos, fazendo trabalhos domésticos para Jorge Luiz de Borba, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e sua esposa, Ana Cristina Gayotto de Borba. Em depoimento à Justiça, o casal contou que Sônia teria sido agredida pelo pai na infância e que o espancamento seria motivo da surdez. Segundo o desembargador, Sônia tinha entre 12 e 13 anos de idade quando foi morar com ele e a esposa. O casal havia acabado de ter o primeiro filho. Nas palavras do desembargador, Sônia foi morar com o casal porque "gostava de crianças". O casal teve outros três filhos dos quais Sônia cuidou enquanto babá, além de desempenhar as funções de empregada doméstica. Sônia, que sofre de deficiência auditiva, nunca teve educação formal - é analfabeta, enquanto os demais filhos da família são profissionais bem sucedidos com curso superior - não tinha vida social fora do núcleo familiar dos Borba, e não teve acesso à saúde.

Infelizmente o caso da trabalhadora Sônia Maria teve um fim desastroso visto que os patrões foram absolvidos e a mesma regressou para a família sem ter recebido o apoio jurídico adequado, sem

⁸<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/08/5026899-brasil-registra-seis-casos-de-trabalho-escravo-domestico-e-m-um-mes.html>, acesso em 15 de maio de 2024.

sua reintegração social, ou seja, Sônia deparou-se com uma situação inédita no sistema judiciário brasileiro, o que merece destaque e gera perplexidade porque o próprio Poder Judiciário legitimou uma cultura escravagista. Sônia dormia em um quarto separado da casa principal, trabalhava todos os dias da semana sem folgas ou remuneração. Sônia não existia formalmente até os 45 anos de idade, quando teve seu primeiro CPF e Registro Geral (GR) expedido, em 2019. A Sônia assim como as inúmeras trabalhadoras em condições análogas a escravidão é negado o direito à socialização, aos direitos trabalhistas, a educação formal, a constituir família, a gerar filhos e em se tratando desse caso em específico, a Sônia foi negado o direito dela se comunicar, pois até o presente momento a mesma não consegue se expressar nem na língua brasileira de sinais - de acordo com entrevista concedida pelo patrão explorador, que por sua vez também é desembargador Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Sônia não tinha capacidade de aprendizado.



JORNALISMO

PESQUISA

EDUCAÇÃO

Trabalho escravo: família é absolvida em caso de doméstica sem salário desde os 7

Sentença negou direitos trabalhistas e decidiu que mulher era "integrante da família" com a qual vivia. Fiscais do governo falam em jornadas de 15 horas diárias: MPT vai recorrer da decisão

POR NAIRA HOFMEISTER EDIÇÃO CARLOS JULIANO BARROS

17/07/2023



Figura 14: "Manchete do Jornal Repórter Brasil", 17 de julho de 2023.

Outro caso com desfecho desfavorável a trabalhadora doméstica que também era mantida em condições de trabalho análogo a escravidão. A Justiça do Trabalho na Bahia negou indenização a uma mulher de 53 anos que, desde os sete, começou a realizar serviços domésticos para uma família em Salvador. No total, ela passou mais de quatro décadas na residência, sem remuneração. A sentença foi publicada em julho de 2023. Segundo argumentação do juiz que sentenciou o caso, Juarez Dourado Wanderlei: "Em seu âmago, naquela casa, [ela] nunca encarnou a condição essencial de trabalhadora, mas de integrante da família que ali vivia, donde se infere que, sob o ponto de vista do direito, jamais houve trabalho e muito menos vínculo de emprego".

De acordo com a ação movida pelos procuradores do Ministério Público do Trabalho - MPT, quando ainda era uma criança, a empregada doméstica foi entregue pelo próprio pai à família Cruz, para a qual trabalhou por 44 anos. Ao longo desse período, além de fazer todo o serviço doméstico, ela também cuidou dos filhos dos patrões, em jornadas de até 15 horas diárias.

Segundo o MPT, ela não tinha direito a férias e nem a descanso semanal. Em 2021, auditores fiscais do governo federal classificaram a situação como trabalho análogo ao de escravo. Na sequência, teve início o processo judicial movido pelo MPT. A ação pedia que a trabalhadora recebesse os salários retidos ao longo de 44 anos de serviços prestados, além de benefícios nunca pagos, como FGTS, descanso remunerado e 13º. No total, o MPT cobrava uma indenização de R\$ 2,4 milhões.

A trabalhadora se assustou quando soube da decisão do juiz que não considerou que ela de fato exerceu o trabalho doméstico na casa dos patrões exploradores. Para o advogado Dielson Fernandes Lessa, que representa a família Cruz no processo, em entrevista concedida ao Jornal Repórter Brasil, ele diz que a decisão foi adequada e restabelece a justiça neste momento, pois em sua avaliação a família foi vítima de uma calúnia, porque nunca existiu o tratamento de trabalho escravo. Segundo Lessa e a família Cruz, a relação entre a trabalhadora com a família é de mãe e filha, de pai e filha.

Pandemia Covid 19 e a exploração do trabalho doméstico

A pandemia de Covid-19 evidenciou questões estruturais históricas no Brasil, impactando fortemente o trabalho doméstico realizado nas residências, geralmente por mulheres negras. Os marcadores de gênero, classe e raça agravaram-se com a crise gerada pela pandemia. Dois acontecimentos simbólicos ressaltam a desigualdade e a submissão das mulheres negras no trabalho doméstico. O primeiro caso de morte por coronavírus no Rio foi de Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica, da Baixada Fluminense, infectada pelos patrões que residiam no Leblon - Zona Sul do Rio de Janeiro - e retornaram da Europa.



Figura 15: “Manchete do Portal UOL”, 19 de março de 2020.

Outro episódio marcante foi a morte do menino Miguel Otávio, de 5 anos, no Recife, cuja mãe, Mirtes Renata Santana, era também empregada doméstica. Quando a escola fechou, precisou levar o filho consigo para o local de trabalho. Enquanto passeava com os cachorros da família, Miguel ficou aos cuidados da patroa de Mirtes, Sari Corte Real. Ela deixou o menino sozinho no elevador para procurar pela mãe, e foi nesse momento que ele teve acesso à área externa do prédio e acabou

falecendo ao cair do 9º andar. Além desses casos impactantes, também foram descobertos exemplos de exploração de trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia. Destaco em especial o caso das quatro mulheres resgatadas - três delas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais, que serão detalhados adiante.



Figura 16: “Matéria do Jornal G1 da Globo”, 02 de junho de 2020.

Os exemplos acima elencados demonstram como a crise provocada pelo coronavírus afetou de forma distinta mulheres racializadas e em condições sociais e econômicas baixas. É fundamental ressaltar que no Brasil, o vírus foi introduzido pela classe média em suas viagens ao exterior, no entanto, os mais afetados foram aqueles que dependem do trabalho para viver, as comunidades empobrecidas e os povos indígenas. Para além da longa história de desigualdade social no Brasil, a ausência de políticas públicas e o descaso do governo em enfrentar os avanços e impactos da pandemia revelaram a negligência quanto à saúde e à proteção social, principalmente das populações mais vulneráveis.

De acordo com as pesquisadoras Emanuele Mantovani e Silvia Coutinho, desde 2016, a situação das trabalhadoras domésticas tem se tornado mais grave devido à implementação de medidas de controle de gastos, à aprovação da Emenda Constitucional 95 que limita os investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social por duas décadas, e às mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias que aumentam a insegurança no trabalho e a desigualdade social. (MANTOVANI, COUTINHO, 2021).

Com a chegada da pandemia, as atitudes dos representantes do governo federal desrespeitando os procedimentos de segurança, negando evidências científicas e divulgando informações falsas contribuem para agravar ainda mais a crise, que não se restringe apenas ao âmbito sanitário, mas também afeta a economia e a sociedade como um todo. A fim de frear a propagação da pandemia, o distanciamento social é a principal orientação da Organização Mundial da Saúde. Entretanto, para aquelas pessoas que estão no limite da sobrevivência, como é o caso das milhares de trabalhadoras domésticas no Brasil que contam com essa renda, permanecer em casa nem sempre é uma opção viável (MANTOVANI, COUTINHO, 2021).

O trabalho remunerado realizado em domicílio apresenta diversas formas de desigualdade. Primeiramente, destaca-se a questão de gênero, que atribui às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e suas atividades associadas como algo inato. Outro aspecto relevante é a sua origem histórica na escravidão e na exploração das mulheres negras e, posteriormente, das mulheres de baixa renda. Adicionalmente, há uma desvalorização social do trabalho doméstico devido à sua forte ligação com o trabalho não remunerado, explorando as mulheres, sejam elas escravizadas, pobres ou donas de casa. Por último, observa-se que, embora o trabalho doméstico seja essencial para a reprodução da vida, ele não resulta na produção de bens de consumo.

Entretanto, apesar da falta de reconhecimento social, é notável que durante a pandemia, alguns estados como Pernambuco e Pará buscaram categorizar o trabalho doméstico como um serviço essencial, permitindo que as empregadas domésticas continuassem exercendo suas atividades mesmo diante do isolamento social e do fechamento de setores não essenciais. Após a pressão de organizações representativas e das próprias trabalhadoras, tais medidas foram revertidas, mas evidenciaram a intensa exploração subjacente a essa forma de trabalho (ÁVILA, FERREIRA, 2020).

A origem da organização das trabalhadoras domésticas remonta a 1936, quando a primeira associação foi criada por Laudelina de Campos Melo em São Paulo. Antes de 1972, essas trabalhadoras não possuíam nenhum tipo de direito social ou trabalhista. Foi somente nesse ano que a Lei 5.859 garantiu o direito à carteira assinada, vinte dias de férias por ano, bem como benefícios previdenciários e de saúde (BIVASCHI, 2014).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, as trabalhadoras domésticas passaram a ter acesso a diversos direitos trabalhistas, como salário mínimo garantido como remuneração mínima, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado uma vez por semana, férias anuais de trinta dias, licença-maternidade, aviso prévio proporcional e aposentadoria. Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, em 2015, esses direitos foram regulamentados. No entanto, com a aprovação da Reforma Trabalhista em 2018, esses benefícios, que já não eram uma realidade concreta no dia a dia dessas profissionais, tornaram-se ainda mais distantes (BIVASCHI, 2014).

O trabalho doméstico remunerado não segue a mesma lógica de produção de mais-valia, o que gera uma forma distinta de exploração. Nas jornadas extenuantes que mesclam o trabalho remunerado com o não remunerado em casa, o tempo de vida das trabalhadoras é o recurso expropriado. Essa realidade intensifica as disparidades entre diferentes grupos de mulheres, pois quem contrata obtém tempo para investir em si mesmo, estudar ou trabalhar, enquanto quem é contratado não possui essa mesma flexibilidade. Apesar das supostas conquistas trabalhistas, na prática, esses direitos raramente se concretizam completamente para as trabalhadoras domésticas. Vide os casos apresentados nesta dissertação de situações de trabalhos análogo à escravidão.

Madalena Gordiano: envolvidos no caso da mulher que viveu 40 anos em situação análoga à escravidão em MG são ouvidos em audiência

A ação é referente a uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra quatro pessoas da família Milagres Rigueira.

Figura 16: “Matéria do Jornal G1 da Globo, 14/03/2023”. Caso ocorrido em 27/11/2020.

Madalena Gordiano, é uma trabalhadora doméstica que foi mantida sob regime análogo à escravidão por 38 anos em que esteve sob custódia da família mineira Milagres Rigueira – primeiro nas cidades de São Miguel do Anta e Viçosa, por 24 anos, e depois em Patos de Minas, onde morou os últimos 14 anos. Madalena foi retirada da casa do professor universitário Dalton César Milagres Rigueira após denúncias de vizinhos ao MPT (Ministério Público do Trabalho) no dia 27 de novembro de 2020. Durante todo o tempo em que prestou serviços à família, enquanto babá e empregada doméstica – Madalena sofreu abusos e abandono em uma rotina de total precariedade. Dalton e seu advogado de defesa alegaram que Madalena "não era considerada como empregada, mas sim uma pessoa da família".

De acordo com a denúncia enviada ao MPT, Madalena passou a morar aos oito anos de idade com Maria das Graças Milagres Rigueira devido a mãe biológica de Madalena não ter condições de criar seus filhos. Apesar de Maria das Graças ser professora e de sua família ter escola na cidade, com boas condições financeiras, a mesma retirou Madalena dos estudos para que ela se dedicasse exclusivamente aos trabalhos domésticos. Aos 12 anos de idade, ela mudou-se para Viçosa para seguir prestando serviços aos Rigueira. Esta fase da vida de Madalena durou até 2006, quando Dalton, filho de Maria das Graças, foi chamado para ser professor de uma universidade. Por conta de uma divergência familiar, Madalena foi “repassada” – como um objeto de posse – para Dalton anos antes de se mudar para Patos de Minas.

Madalena foi obrigada a casar-se com Marino Lopes da Costa, de 78 anos – tio de Dalton –, apesar de nunca ter tido alguma relação com Marino. Dois anos depois, o ex-combatente de guerra morreu e Dalton passou a sacar, no lugar de Madalena, uma pensão no valor de R\$8 mil reais. Neste cenário a trabalhadora não recebia pelos serviços prestados e tampouco a pensão devida. Suas obrigações diárias consistiam em cuidar das filhas de Dalton e de todo o serviço doméstico da casa. Madalena atualmente segue em liberdade, conseguiu o direito de receber a pensão devida e o caso segue em justiça para o pagamento das indenizações referentes aos anos de serviço prestado à família que a explorou por quase 40 anos.



Figura 17: “Matéria do Jornal Correio Braziliense”, 28 de janeiro de 2021.

Duas mulheres foram resgatadas na zona norte do Rio de Janeiro em situação análoga à escravidão. Uma delas é uma idosa de 63 anos que foi encontrada na última segunda-feira (23) em uma casa no bairro de Abolição, na zona norte da cidade do Rio. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Rio, a mulher trabalhou por 41 anos sem receber salário e sem direito a férias. Ela foi resgatada por equipes da Operação Resgate —uma ação do MPT em 18 de janeiro de 2021 - contexto de pandemia.

Segundo o MPT do Rio, a idosa foi encontrada dormindo em um cômodo sem energia elétrica e com os pertences armazenados em uma caixa de papelão. A mulher contou que, ao longo dos anos, trabalhou para diversos membros da mesma família exercendo o ofício de babá, empregada doméstica e cuidando de um dos integrantes da família que ficou doente. No entanto, ela nunca recebeu salário, nem teve direito a férias e vínculo empregatício registrado na carteira. De acordo com depoimento da vítima, ela começou a trabalhar para a família como doméstica, quando tinha 22 anos de idade. No tempo que a idosa passava fora da casa, recolhia latinhas na rua, mas o dinheiro que conseguia com a venda do material reciclado era recolhido pelos patrões. O MPT constatou também que além de manter a mulher em condições análogas à escravidão, os patrões da idosa sacaram o auxílio emergencial, no nome da vítima - auxílio pago pelo governo federal e destinado a trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. Infelizmente este foi mais um caso em que os empregadores respondem pelo crime em liberdade - até o momento em que esta dissertação é escrita.

No dia seguinte ao resgate da idosa acima mencionada, ou seja, no dia 19 de janeiro de 2021, uma segunda mulher, de 52 anos, foi encontrada em situação semelhante. A empregada doméstica foi localizada em um imóvel no bairro de Vila Isabel, também na zona norte do Rio de Janeiro. Ela prestava serviço para a mesma família desde 1989. Segundo o órgão, ela não tinha folgas e, além dos serviços de babá e dos trabalhos da casa, cuidava de uma pessoa com Alzheimer. A mulher dormia em um colchonete no chão, próximo à cama do paciente de quem ela cuidava, e guardava todos os seus pertences em um armário dentro do banheiro. A vítima também teve o auxílio emergencial sacado, segundo a Operação Resgate, porém os patrões negaram o saque. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, em ambos os casos as mulheres não tinham cartões nem contas bancárias. Também não tinham acesso a telefone.

Uma terceira mulher também foi identificada em condições análogas à escravidão, nesta mesma semana de janeiro de 2021, na Zona Sul do Rio de Janeiro. No entanto, ela não foi resgata pois os patrões concordaram em pagar as verbas rescisórias da vítima. A mulher trabalhava mais de 60 horas semanais e estava sem poder sair de casa há mais de 6 meses, informou o MPT. A empregadora assinou a rescisão no momento do resgate e a trabalhadora teve sua liberdade restabelecida.⁹

A propósito, é comum que o dia a dia dessas profissionais seja repleto de abusos, assédios das mais variadas ordens e exploração - como vem sendo apresentado no percurso desta pesquisa. Esses problemas são encobertos por discursos que tentam fazer com que a empregada doméstica seja vista como parte da família, quando na realidade isso só serve para desvalorizar sua relação de trabalho e os direitos que lhe são devidos. A pandemia da Covid-19 no Brasil intensificou essa exploração, uma vez que muitas mães empregadoras impuseram como condição para manter o emprego que suas trabalhadoras não retornassem às suas casas, evitando assim transporte público, deslocamentos, contatos com familiares e vizinhos, e qualquer outra situação que pudesse representar o risco de contágio (MARTINS, 2020).

Deste modo, a permanência no emprego também colocou as empregadas domésticas em risco de contágio, pois além de precisarem se deslocar em transporte público, elas realizam suas funções dentro de residências que não são as delas, interagindo com indivíduos alheios ao convívio e sobre cujos corpos não possuem controle. De fato, à medida que as empregadoras e os empregadores se locomovem, participam de eventos sociais, promovem festas em casa, frequentam a praia, o shopping ou viajam, eles expõem essas trabalhadoras ao contágio, como foi o caso da empregada que faleceu no Rio de Janeiro (IPEA, 2020).

Isso demonstra apenas uma pequena parte da vulnerabilidade e desigualdade presentes no trabalho doméstico remunerado. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), outro dado relevante é que 56,5% das trabalhadoras estão na faixa etária de 40 a 59 anos, seguidas pelas idades entre 25 e 39 anos (28,7%), sendo o grupo menor o das mulheres com idade entre 14 e 24 anos (6,3%), apontando para um envelhecimento nessa categoria. Em relação à raça/cor, 33,1% das trabalhadoras são brancas, enquanto o dobro, ou seja, 66,1%, são negras ou pardas.

Diante das observações sobre a situação do trabalho doméstico, seja remunerado ou não, e sua ligação com a divisão de tarefas por gênero, raça e classe, é claro que os conflitos existentes no Brasil não surgiram apenas por causa da pandemia de Covid-19. Eles são fruto de condições estabelecidas ao longo da história e da sociedade brasileira desde os tempos coloniais. O que a pandemia fez foi intensificar algumas dessas questões e revelar outras que antes permaneciam veladas sob uma aparência de “normalidade”.

⁹<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/01/28/rj-mulher-que-trabalhou-41-anos-sem-salario-e-resgatada-por-forca-tarefa.htm>, acesso em 15 de maio de 2024.

2.5 - Hereditariedade do ofício

“Eu sou babá, minha mãe foi babá e minha avó foi babá.
Eu sonho todos os dias que minha filha não seja
porque é muita humilhação que a gente passa”

Hortência, babá entrevistada, 47 anos.

De maneira tradicional, o trabalho doméstico se firmou em relação à afetividade, à manutenção do lar e aos cuidados com a família e os filhos. É difundido socialmente como uma tarefa feminina, realizado em nome do amor e da tão difundida disponibilidade materna. A definição de trabalho doméstico segundo o Dicionário crítico do feminismo, escrito pela socióloga Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), define a atribuição como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família conjugal e parental – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (SCHWEBEL, 2009, p. 257).

No estudo inaugural sobre trabalho doméstico no Brasil, a socióloga e feminista brasileira Heleieth Saffioti se interessou pelos “delicados problemas teóricos descortinados pela presença da mulher nos empregos domésticos em formação social capitalista, onde persistem formas de trabalho marcadamente não-capitalistas” (SAFFIOTI, 1978, p. 16). Saffioti, na obra referida, explica que o trabalho doméstico nos países desenvolvidos é executado pelas donas de casa num modo de trabalho doméstico gratuito. Contudo, nos países subdesenvolvidos, existe a presença das trabalhadoras domésticas num regime de contratação, que exercem uma importante função na economia nacional.

Boa parte da bibliografia especializada e consultada para esta pesquisa, indica que, a partir da década de 1970, a presença de mulheres no mercado de trabalho no Brasil cresceu rapidamente. É evidente que as mulheres alcançaram o mercado de trabalho e concomitantemente novas contradições se estabeleceram numa dinâmica de desigualdades salariais, ausência de creches públicas, omissão de solidariedade dos homens, episódios de assédio, dentre outras. Contudo, esses estudos dificilmente apresentam uma análise que viabilize inclusões diferenciadas como, por exemplo, a condição das mulheres negras e a opressão do racismo nesse sistema. Isto é, estas mulheres, em sua grande maioria são oriundas das camadas populares, pouco foram favorecidas com as conquistas relacionadas ao trabalho no que diz respeito às mulheres brancas de classe média e alta.

Ao pensar sobre a influência da intersecção de raça e gênero na vida das mulheres brasileiras e sobre a trajetória dessas mulheres, a pesquisadora Sueli Carneiro (2003) elucida que, enraizado em uma percepção branca e ocidental, a “formulação clássica do feminismo” não é o bastante para analisar a condição de todas as mulheres nas sociedades colonizadas e multirraciais. Dessa forma, a presença de mulheres negras dentro do movimento feminista vem enegrecendo-o, defendendo “uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Beatriz Nascimento, em seu texto *Mulher negra no mercado de trabalho* (1976), afirma que é necessário compreender as diferenciações entre mulheres brancas e mulheres negras, pois a mulher negra sempre trabalhou e isso nunca foi sinônimo de libertação e, por conta dos resquícios de nosso passado colonial, essas mulheres ainda hoje continuam ocupando posições que se assemelham às de suas ancestrais, isto é, os precários trabalhos domésticos. Em suas palavras:

“Dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial[, a] mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito” (NASCIMENTO, 1976, p. 104).

A partir da pesquisa de campo e das narrativas das babás, deparo-me também com outra especificidade do trabalho doméstico no Brasil, que é a hereditariedade desse ofício. Pergunto às onze babás, representadas por esta pesquisa, com quem elas aprenderam a exercer esse trabalho e todas respondem remetendo as mulheres mais velhas de suas próprias famílias, ou seja, suas mães, tias e avós. Com isso, podemos afirmar que as trabalhadoras entrevistadas são majoritariamente filhas, netas e sobrinhas de empregadas domésticas, reforçando o quanto as ressonâncias do passado assombram o presente de maneira inquestionável, trazendo à tona problemas historicamente não resolvidos. Hortência, responde:

“Eu comecei a trabalhar de babá quando tinha 14 anos pra ajudar a minha mãe que já estava ficando velha e muito cansada. Ela foi babá também, mas eu já ajudava ela antes disso porque ela me levava de pequenininha pra ajudar na casa dos patrões dela” - Hortência.

Para além de Hortência, Margarida, Magnólia, Rosa, Acácia e Íris reforçam:

“Ih, menina, na minha família todo mundo é babá ou doméstica. Eu queria outra vida porque isso aqui é difícil, vou te contar. Eu vivo no trabalho. Não tenho tempo de ver meus filhos, de fazer minhas coisas. Se tivesse tido chance ia ter estudado pra ter uma vida melhor” - Margarida.

“Aprendi a ser babá brincando e cuidando dos filhos dos patrões da minha mãe. Às vezes ela não tinha com quem me deixar e levava pr’eu trabalhar com ela. Não podia mexer em nada e só podia brincar quando eles queriam e a brincadeira tinha que ser sentada, não podia correr igual lá no morro” - Magnólia

“Minha mãe foi babá, eu sou babá e minha filha também é. Eu não queria isso pra ela porque é muita dor. É um trabalho honesto, mas que machuca também a gente” - Rosa

“Essa coisa de trabalhar em casa de família tá na minha família desde tanto tempo... Mãe conta que minha bisa já lavava, passava, engomar e cuidava dos filhos das famílias ricas lá da terra dela e cortava um dobrado, viu?” - Acácia

“Eu posso dizer assim... que a profissão da minha família é trabalhar em casa de família. Acho que minha avó ensinou pra minha mãe que ensinou pra mim. Assim de observar, sabe? Mas eu não quero passar isso pra minha filha não - Íris

A mestiçagem brasileira, enaltecida por Gilberto Freyre (1933), revela interseccionalidades (AKOTIRENE, 2019) que fazem parte do contexto histórico e continuam a emergir até os dias atuais dado o processo em que as marcas temporais de uma exclusão étnica e racial são presentificadas nos relatos e lembranças destas trabalhadoras que recordam a profissão das mulheres que as antecederam o que por sua vez desnuda a formação histórica brasileira calcada na escravidão. Todos os relatos dessas mulheres num misto de dor e de alegria por serem ouvidas, ao longo da pesquisa para este trabalho, me fez recordar de um importante artigo da intelectual Grada Kilomba, chamado *A Máscara* (2010). Discorre a autora:

“Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero re-contá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros(as)’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”¹⁰ (KILOMBA, 2010, p. 2)



Figura 16: “Escravizada Anastácia” de Jacques Etienne Arago, 1817

O uso da máscara nas mulheres negras escravizadas se justificava como algo necessário para o impedimento de que essas não alcancem algo que era permitido apenas aos senhores brancos, ou seja, o direito à fala. Dito tudo isso, recordamo-nos da fala de uma das babás, num dos encontros que promovemos e que todas estavam presentes, que revelou emocionada:

“Eu gosto muito de ter alguém pra quem contar as minhas histórias.
A gente que é babá parece invisível. Ninguém escuta a gente,
ninguém se interessa pelo que a gente sente. Às vezes parece
que a gente nem existe. Aí vem você, moça estudada, querer ouvir a gente.
Eu me sinto muito feliz. Me sinto mais gente, sabe?” – Acácia

A fala de Acácia, mulher negra, de 44 anos e que exerce o ofício de babá há 19 anos, evidencia o quanto precisamos romper com as máscaras e os silenciamentos ¹⁰ que ainda hoje invisibilizam e oprimem determinados corpos e existências. No domínio da opressão de uma raça sobre a outra, a boca transformou-se no órgão de opressão por primazia, por se tratar do órgão que poderia verbalizar verdades desagradáveis acerca do processo e período colonial, esta necessitou ser severamente cerceada, dominada e colonizada (Kilomba, 2010, p. 3). Foi por intermédio desse projeto de sociedade que o colonialismo criou identidades e dessa maneira legitimando umas e deslegitimando outras, estabelecendo de forma desigual o poder de articulação, e até mesmo poder de existência, pois privilegiou certos grupos em detrimento de outros. O que nos faz lembrar de uma definição de Kilomba (2010), ao dizer que a mulher negra é o Outro do Outro. Em suas palavras:

“As mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres. Nós no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que conceitos de raça e de gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2010, p. 9)”

Djamila Ribeiro, importante intelectual negra e filósofa, em seu livro *O que é Lugar de Fala?* (2017) evoca a teoria de Kilomba para aprofundar essa reflexão. Diz-nos a autora:

“Para Kilomba, é necessário enfrentar essa falta, esse vácuo, que não enxerga a mulher negra numa categoria de análise. Kilomba sofisticou a análise sobre a categoria do Outro quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe-se o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro (RIBEIRO, 2017, p. 38)”

¹⁰ Quando nos referimos à autora Kilomba ou ao silenciamento, não é o silêncio apenas que queremos dizer, mas a imposição desse silêncio a alguém. Silenciamento forçado.

Michel Foucault, no livro *A Ordem do Discurso* (1996), discute a partir do incômodo diante do que é o discurso em sua prática objetiva de coisa proferida ou escrita; inquietação de sentir sob essa ação, cotidiana e delicada, poderes e perigos que não se imagina ou não se quer enfrentar; inquietação de mensurar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 2012, p.8). Além das considerações acima, o autor nos indaga com o seguinte questionamento: “*Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?*” (FOUCAULT, 2012, p.8).”

Continuando, Foucault enfatiza que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p.9). Em uma sociedade como a brasileira, na qual os negros ainda são silenciados quando tentam nomear suas dores ou evidenciar as injustiças às quais estão submetidos, a fala de Acácia, quando diz que está feliz por ter a oportunidade de falar e ser ouvida, ecoa e ressona profundamente ao encontro das proposições levantadas pelo autor. Essa mulher negra em seu cotidiano não pode falar, seu direito à voz é negado.

Retomando a discussão acerca da hereditariedade do ofício, ao romperem com o silêncio imposto a elas, estas trabalhadoras por intermédio de seus depoimentos nos convocam a analisarmos de perto a repetição do trabalho doméstico realizado por elas e por suas antepassadas. Seus testemunhos são fundamentais para considerarmos a complexidade que surge ao entrelaçar os aspectos de raça, classe e gênero. Nesse contexto, podemos notar uma interseção significativa, onde as principais executoras desse serviço foram e são majoritariamente mulheres negras. Esse diálogo se torna relevante, visto que, conforme dados estatísticos revelam, esse tipo de atividade, segundo Sorj Bila (2014), atua de forma indireta como uma espécie de libertação para mulheres brancas de classe média, possibilitando que busquem outras oportunidades profissionais. No entanto, ainda continua sendo a principal porta de entrada e permanência para as mulheres negras no mercado formal de trabalho. Quando discutimos a suposta liberdade feminina nos dias atuais, é importante entender que essa liberdade, em certos casos, está diretamente ligada à desigualdade entre classes sociais e raças. Mulheres brancas muitas vezes repassam as tarefas domésticas para outras mulheres, criando um cenário onde a liberdade desfrutada por um grupo é mantida pelo trabalho árduo de outras. Esse desequilíbrio estrutural revela uma dinâmica complexa, na qual a emancipação de algumas mulheres é, em certo sentido, fruto da opressão de outras, que por sua vez são mulheres negras.

Analisando o contexto brasileiro, Matilde Ribeiro (2008), intelectual e ativista dos movimentos negro e feminista, destaca: “obtivemos avanços na agenda política? Sim, muitos!! Porém, não o suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada” (p. 98). Dessa forma, o trabalho doméstico é uma atividade que se insere em estruturas de poder e privilégio que há muito tempo têm subjugado mulheres negras a posições de subalternidade que combinam opressões de gênero, raça e classe.

CAPÍTULO III: BABÁS NO TEMPO PRESENTE

Introdução ao Capítulo:

O capítulo se pautará em tópicos que foram bastante recorrentes ao longo do trabalho de campo nas narrativas das babás, tais como: o uso do uniforme branco, a interdição da presença das babás nos espaços e filhos naturais *versus* filhos do patrão.

3.1 - Uniforme branco e Interdição das babás nos espaços

“O uniforme é uma forma de mostrar pros outros que a gente é babá, entende? É um status pra patroa passear com a gente levando o carrinho de branco. Pra eles isso é chique, eu acho. É assim que eu percebo e eu não gosto de ter que usar isso (apontando pro uniforme)”

Violeta, babá entrevistada, 32 anos.

Em algumas profissões, o uniforme é usado, mas no caso das empregadas domésticas, incluindo as babás, ele não protege, serve para mostrar o lugar dela. O uniforme é o selo da sua posição. As atividades domésticas são o grande bolsão de emprego das mulheres, em especial as negras. Trata-se de uma atividade fortemente sexuada. Uma posição desvalorizada, invisível e de elevadíssima desproteção. Mesmo com todos os incentivos do governo para que a carteira de trabalho das trabalhadoras domésticas fosse assinada, sua grande maioria permanece na informalidade.

A diferenciação entre trabalhadoras domésticas e outras posições de trabalho não se apresenta apenas na norma da legislação trabalhista. Socialmente, o trabalho doméstico, sendo mais específico o das babás, ainda é julgado como um trabalho menor e subalterno. No ano de 2012, ficou amplamente conhecido o caso da babá que foi impedida de entrar em um clube de luxo no Rio de Janeiro por não estar uniformizada, o que irrompeu inúmeras discussões acerca do trabalho realizado por essas mulheres, em especial as mulheres negras. Na publicação do dia 19 de janeiro de 2014, o jornal *Correio Braziliense* expôs um artigo nomeado “Uniforme sem discriminação”, no qual o intuito foi apresentar que “trabalhadores domésticos e prestadores de serviço residentes em Brasília preferem usar a roupa geralmente fornecida pelos patrões”. Por intermédio de depoimentos de cinco trabalhadoras, a jornalista chegou à conclusão de que a maioria das empregadas de Brasília não se importava com tal condição. No contexto em que venho pesquisando para o mestrado, as falas se diferenciavam das listadas por essa matéria jornalística, pois, no relato das entrevistadas, o uniforme exerce um marcador de diferenciação e é imposto a elas numa tentativa de distanciá-las e deixar evidente para a sociedade que estes corpos estão a serviço de determinada família, “*subjugado[s]*”

numa relação de poder marcado[s] em uma posição social, ocupando o lugar da abjeção com o apagamento do sujeito (SANCHES, 2014, p. 93).

“Eles dizem que o uniforme branco é importante porque dá pros outros verem que a gente tá limpinha, mas eu não acredito nisso, não. Eu acho mesmo é que eles gostam de mostrar pros outros que tem empregada, que tem babá. Acho que é status pra madame, cê entende? A mãe do Vitinho é novinha, mas exige que eu chame ela de senhora. É um negócio de dizer quem manda, que tá pagando” - (Entrevista de Magnólia, babá).

“Eu odeio esse uniforme. Vê se tem cabimento usar isso? Tu fica correndo atrás de criança o dia todo em parquinho, em shopping, em festinha, nos lugares, o dia inteiro. Aí quando olha já tá toda suja e bota roupa pra lavar de novo e de novo. É porque não é eles que lava” - (Entrevista de Hortência, babá).

“Quando a gente vai passear no cinema, no shopping ou viajar a gente quer ir bonitinha, arrumadinha, com uma roupinha ajeitadinha, mas nem pode porque pra tudo quanto é canto a gente tem que tá com esse raio de uniforme, essa roupa horrorosa. A roupa chega primeiro que a gente nos lugares. Todo mundo já sabe de longe que você é serviçal, que você é babá. As pessoas nem olha na minha cara com esse uniforme, eu sou a babá, só. Você acredita que as pessoas vem falar com o Carlinhos, param o carrinho, brincam com a criança e nem bom dia pra mim? É, nossa vida é assim. A gente é tudo invisível” - (Entrevista de Acácia, babá).

“Dizem que é porque a gente trabalha com criança que tem que vestir branco, mas porque os avós, a mãe, o pai, os tios não usa também? Se fosse assim, ia tá tudo de branco. Todo mundo, mas não... Tá só a babá” - (Entrevista de Margarida, babá).

Dialogando com os depoimentos, Sanches (2014) sugere que em nossa sociedade existe essa necessidade de diferenciação dos corpos a todo momento, numa tentativa *“de ordenação e classificação hierárquica das coisas e, conseqüentemente, uma rejeição ou condenação do que é inapropriado ou contraditório. O uniforme marca, reconhece e aceita o corpo da babá em sua função de trabalho, mas deixa pistas de sua localização na cena social: de ser ontológico que não faz parte da interação em sua condição de sujeito, uma vez rotulada, a trabalhadora doméstica tem seu lugar definido no quadro social brasileiro que se conserva aristocrático, patriarcal e racista, e que nos constitui enquanto Brasil (SANCHES, 2014, p. 94).”*

Ainda de acordo com Sanches:

“Torna-se imprescindível compreender as relações entre babás e crianças e patrões em suas complexidades e as trajetórias corporais não-lineares ou frontais. A história do trabalho doméstico no Brasil e a produção de critérios para classificar as relações sociais que desembocaram no deslizamento da ama de leite para a ama seca são permeadas de fissuras e confusões (SANCHES, 2014, p. 95).”

O depoimento das outras mulheres exposto acima e de Rosa, a seguir, ilustram bem as diferenciações que o uso do uniforme exerce no cotidiano e na dinâmica social das experiências das babás.

“Eu sou muito vaidosa. Já deu pra vê, né? (rindo para mim e para as outras babás enquanto diz) Gosto do meu cabelo arrumadinho, das minhas roupinha, de usar bijuteria, essas coisas... Aí... a gente tem que andar igual alma penada de branco pra cima e pra baixo. Assim, eu tenho pra mim que é pra dizer pros outros: é minha empregada, tô pagando, é minha. Eu sinto isso desse jeito”
- (Entrevista de Rosa, babá).

O incômodo das babás revela o lugar ao qual esse trabalho está vinculado na sociedade brasileira. Durante o trabalho de campo e nas entrevistas, muitas se disseram extremamente desconfortáveis com a imposição do uso dos uniformes, todas verbalizaram que não gostam que alguém defina as roupas que deveriam usar. O relato de Rosa expressa que o uso do uniforme demarca uma relação de propriedade, oriunda de um passado de escravidão.

A condição à qual as babás estão expostas nos permite perceber que não estamos diante de uma relação trabalhista de livre contratante, mas de submissão. Marilena Chauí (2000) reforça a perversidade das relações entre patrões e domésticas no Brasil ao afirmarem que quanto mais criadas, mais a elite se percebe como superior. O cruzamento das histórias das onze entrevistadas confirma a realidade dessas babás, em sua maioria negra, que desde muito jovens trabalham numa dinâmica de transição histórica entre o trabalho não pago do período da escravidão para um trabalho precário no qual ainda hoje não são reconhecidas enquanto sujeitos e profissionais. Inúmeros são os abusos aos quais essas mulheres estão submetidas. Segundo elas:

“Tem casa que a gente passa fome, menina. Magnólia, cê lembra a casa da passa fino? (risos de cumplicidade) Deus me livre! Menina, aquilo ali era spa de babá. Eu não podia comer nada da geladeira e nem da despensa deles. A patroa todo dia passava olho pra ver se eu não tava comendo as coisa dela. Eu tinha que comprar minha comida do meu dinheiro e quando não tinha, passava fome” - (Entrevista de Violeta, babá).

“Onde eu tô agora tudo é separado. Não posso usar os mesmos talheres, do mesmo papel higiênico, beber do copo deles. As coisas das empregada é tudo separado. Parece até que a gente tem bactéria ou germes. A comida então. Pra eles tudo do bom, pra gente das coisa mais barata. Teve um dia que a patroa veio me dar um leite que tava até fora da validade. Pra você ver” - Acácia “Eles preferem jogar comida fora do que dá pra gente comer. Dá até tristeza ver aquelas comida cara tudo indo pro lixo e às vezes a gente ali do lado com fome” - Magnólia

As experiências de Acácia, Dália, Flora, Hortência, Violeta, Íris, Magnólia, Margarida, Melissa, Rosa e Tulipa sinalizam para a condição geral das trabalhadoras domésticas no Brasil. Das onze entrevistadas, seis começaram a trabalhar entre 14 anos ou menos, muitas vezes trabalho doméstico desempenhado em troca de um teto pra dormir e poucas vezes comida decente, visto que muitas delas revelaram passar privações nas casas que trabalharam por serem impedidas de comerem a mesma comida dos patrões. A nossa duradoura “dinâmica da casa grande” assegura que ter

empregados é uma comprovação de ascensão social e que jovens negras e pobres irão servir à elite branca brasileira.



Figura 17: “Babá num clube de elite do Rio de Janeiro”, Jornal Pragmatismo Político, 2016.

Durante o período da pesquisa para a realização deste trabalho, desenvolvi algumas atividades com as babás para além da observação e das entrevistas, uma delas foi apresentar artigos de jornais em torno da discussão do trabalho doméstico abrangendo diferentes temas. A resposta foi tão positiva no primeiro encontro que do segundo em diante elas também lembraram casos midiáticos que nem eu mesma tinha mapeado, um deles envolvendo uma atriz global chamada Fernanda Lima. Dália, babá de 21 anos, trouxe o caso abaixo, como pauta, pois estávamos trabalhando a questão do uso do uniforme branco. Ao que ela diz:

“Eu liguei pra minha mãe contando que a gente leu as matérias que cê trouxe. Eu gostei muito daquele dia. Voltei com o Xandinho [nome fictício] pensando. Aí contei pra minha mãe e ela me contou de um caso que aconteceu que ela lembra porque a casa que ela trabalhava, os patrões eram conhecido dessa atriz. A patroa da minha mãe ficava elogiando e defendendo ela [atriz Fernanda Lima], mas minha mãe via as babás tudo trabalhando de branco. Aí dei o google depois da ligação do zap e achei, ó, tá aqui, até mandei pra mãe depois [falando enquanto mostra o link da matéria aberta em seu celular pra mim e para as demais babás]” (Depoimento de Dália, babá).

O caso que a mãe de Dália indicou para nossa atividade é referente a uma foto publicada pela atriz e apresentadora Fernanda Lima no Instagram em 03 de agosto de 2015. O caso foi veiculado nos principais portais de notícias da época - e causou grande polêmica, pois envolvia duas funcionárias que atuavam como babás dos dois filhos da atriz. Na postagem do instagram - que tivemos acesso por

intermédio do artigo da Revista Veja - a mesma inscreveu: “Aqui em casa não tem essa de babá vestida de branco! Ó o grau das mina!”, acompanhada da hashtag #nannystyle, na imagem das babás Ângela e Tayane Dias. A partir de então, abriu-se uma série de discussões sobre racismo que envolveu a própria atriz, na ocasião ela rebateu as críticas de seus seguidores, mas o assunto continuou mal resolvido.



Figura 18: “Fernanda Lima é acusada de racismo após publicar foto das babás na internet”, Revista Veja, 2015.

No dia que Dália compartilhou conosco essa reportagem, pesquisei em outros portais de notícias que haviam noticiado o mesmo caso e de fato surgiram registros fotográficos das trabalhadoras uniformizadas em diferentes situações junto da atriz o que me fez recordar do relato da mãe de Dália - que ainda hoje atua como trabalhadora doméstica e babá.



Figura 19: “A lição que fica do caso Fernanda Lima e as babás negras”, Jornal Pragmatismo Político, 2015.

Não é possível afirmar que houve racismo no ato de Fernanda Lima compartilhar as fotos das trabalhadoras em seu instagram, mas em meio aos questionamentos gerados a partir da publicação da apresentadora surge uma constatação: ou as celebridades aprendem que a democracia racial brasileira é uma falácia e se abrem para um debate crítico e sério ou permanecerão sendo confrontadas na internet, pois a partir do surgimento das redes sociais acabou-se o tempo em que insinuações racistas ou postagens reveladoras sobre as tensões raciais passavam despercebidas.

No artigo da Revista Veja, é disponibilizado os prints da discussão envolvendo a postagem em questão. Num deles, Lima rebate o comentário da atriz e ativista negra Tatiana Godoi que dizia: “O mais triste desse país não é o fato de estarem vestidas de branco ou não, é o fato de sempre vermos pelo passado escravocrata esse tipo de foto, a sinhá branca falando: ‘Olha minhas negras não vivem na senzala, são da casa’. Pode até tratar bem mas infelizmente elas sempre serão as babás e a sinhá sempre será a boazinha tipo Princesa Isabel. Um dia, neste país, ainda vamos ver os negros no poder e não só subalternos como nessa fotografia”.

Fernanda responde Godoi de maneira questionável, vide que em seu texto podemos notar uma postura classista, assistencialista e reforçando o ideário de amizade forçosamente corroborado por patroas e patrões: *“Querida, essas meninas são filhas de uma grande amiga e não trabalhavam. Quando tive meus meninos, liguei pra ela perguntando se elas queriam uma oportunidade de trabalho porque eu estava disposta a ensinar, já que saquei que, apesar de difícil, a profissão de babá pode ser muito rentável. Desde então elas convivem com a nossa família, comemos na mesma mesa, conversamos e trocamos confidências como amigas. E ainda as remunero muito bem”.*

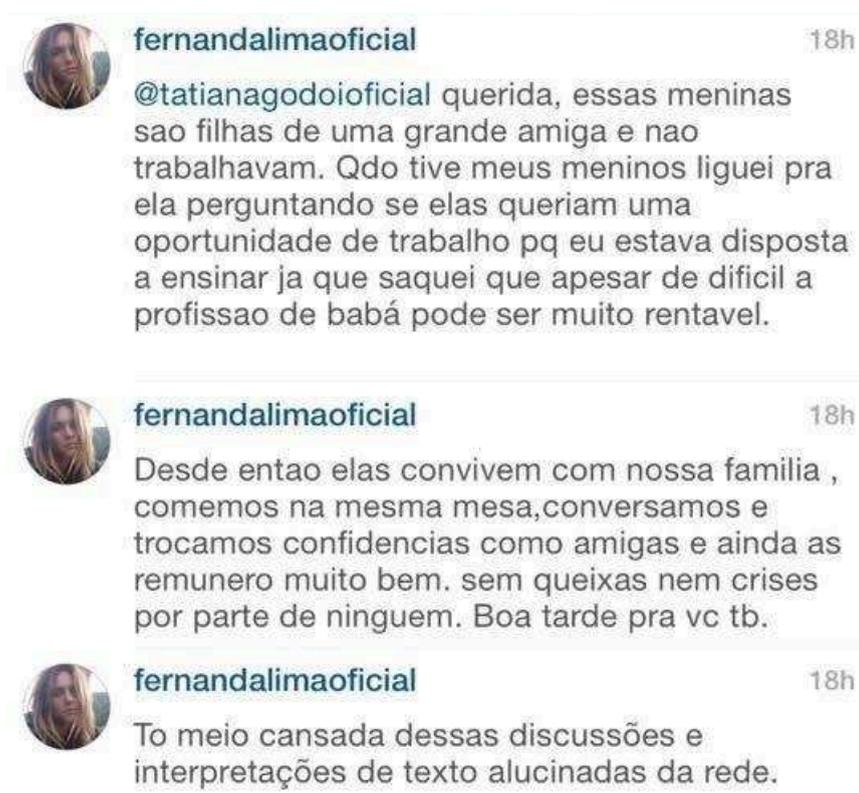


Figura 20: “Fernanda Lima é acusada de racismo após publicar foto das babás na internet”, Revista Veja, 2015

Ao realizar entrevistas com mulheres negras trabalhadoras domésticas e empregadoras brancas da Zona Sul carioca notou-se que a percepção destes grupos, em torno da obrigatoriedade do uso do uniforme, destoa radicalmente. Para as trabalhadoras é perceptível que o uso de tal indumentária é um mecanismo de distinção e de marcador da diferença - na palavra de muitas, “o uniforme serve para mostrar para a sociedade quem é a serviçal” - por sua vez, para as empregadoras, seria uma forma de trazer profissionalismo ao ofício. Seguem abaixo, alguns fragmentos das entrevistas produzidas no percurso desta pesquisa:

Se a babá disser que quer usar uniforme, tudo bem, mas acho raro alguma querer de verdade vestir aquilo, fala sério! Eu uso branco por precisão e posso te dizer que detesto! Essa história da gente usa branco pra tá limpinha é lorota. As patroa joga pra cima da gente e a gente finge que acredita. Não tinha precisão de uniforme, é só pedir pra gente usar uma calça bonitinha e uma camiseta ou até se oferecer pra comprar essa mudinha de roupa pra gente trabalhar se não gostarem das nossa simplezinha (Entrevista de Flora, babá, 2022).

O mundo sempre foi assim, gente, não tem o que mudar. O que as pessoas querem? Que a babá use as roupas dela pra ir ao shopping, a um restaurante mais fino, a uma festa ou a uma viagem de férias acompanhando os patrões? É lógico que é pra diferenciar, e também para padronizar, é um uniforme e ponto, e evita que elas usem roupas inadequadas para o trabalho e para certos eventos, porque caso contrário, a gente ainda precisa chamar a atenção delas criando uma situação constrangedora porque muitas não entendem. Eu sou a favor de todos os funcionários domésticos usarem uniforme, sim. Só é contra o uniforme quem nunca teve uma empregada doméstica ou uma babá que usasse aquelas blusas super curtas, decotadas e indecentes e na frente do seu marido. Ou aquelas calças de cintura baixa na frente das visitas. Isso acontece direto, pode ter certeza! (Entrevista de Bazília, empregadora, 2023).

As babás surgiram, quando uma mãe precisava de alguém que cuidasse de seu recém nascido, então era necessário que a pessoa que fosse cuidar da criança tivesse conhecimentos de enfermagem e usasse branco. Afinal a higiene é primordial para não correr risco de contaminações e etc... Essa acredito que seja a base, e com o passar do tempo a profissão tomou outros rumos. Acredito que as profissionais não se sintam ofendidas em usar uniforme, acho que até gostem. Afinal é uma demonstração de capacidade, de um trabalho que ela exerce. Se médicos usam, enfermeiras usam, as babás também devem. (Entrevista de Floriza, empregadora, 2023).

O uniforme serve sim pra separar e mostra pros de fora quem é a patroa - mãe do bebê e quem manda - e quem é a serviçal e empurradora de carrinho. (Entrevista de Íris, babá, 2023).

Eu não acho o uso de uniforme pelas babás uma discriminação. Muitos profissionais usam e por vários motivos, inclusive para diferenciá-los. Quando vamos a um prédio, farmácia, loja, hospital, é interessante sabermos quem é quem, ou seja, quem é o porteiro, o farmacêutico, a vendedora, o médico, o enfermeiro e tantos outros exemplos. E com as babás, assim como não queremos vê-las com uma roupa inapropriada, também não queremos que as tomem como mães da criança, não é? Nada contra, viu, mas a mãe sou eu, né? Eu acho um emprego digno, honesto e necessário, não vejo vergonha em usar uniforme e quem deve decidir isso é o

empregador. Se a babá não quiser, pode procurar um “patrão” adequado a ela, ou seja, que não se importe com a falta do uniforme. (Entrevista de Bazília, empregadora, 2023).

Eu não me sinto confortável usando o uniforme. Pra te ser sincera, eu sinto até um pouco de vergonha porque ele faz eu me sentir menos pessoa, invisível, entende? E fica escancarado pra todo mundo a profissão que eu tenho, mas óh, não quero dizer com isso que tenho vergonha de ser babá. Eu vejo minha profissão como um trabalho honesto. O que eu tô tentando dizer é que o uniforme me faz sentir menor, mexe com a minha autoestima (Entrevista de Dália, babá, 2023).

3.2 – Filhos naturais versus filhos dos patrões: maternidade transferida



Figura 21: A “turma de branco” se concentra entre Leblon e Ipanema, Site Café Viagem, Nov, 2022.

A partir da década de 1970, houve um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos abordam as diferentes realidades vivenciadas, o que dificultou a percepção de que as contradições apontadas como problemas sociais na época já eram uma realidade para as mulheres negras, principalmente aquelas situadas em camadas e regiões empobrecidas: desigualdade salarial, falta de creches, jornadas extenuantes, entre outros. Da mesma forma, elas pouco se beneficiaram das conquistas alcançadas pelas mulheres brancas de classe média.

De acordo com bell hooks (2000), o feminismo no passado negligenciou a importância de abordar e combater as hierarquias raciais, ignorando a relação entre raça e classe. Esse aspecto fica evidente quando consideramos a interseccionalidade, conceito que surgiu da reflexão de que as mulheres não vivenciam as mesmas realidades. Destaca-se também que mulheres brancas, por terem mais facilidade em fazer suas demandas serem ouvidas nos espaços políticos, não podem ser consideradas como a representação universal do feminismo.

De acordo com Suely Costa Gomes (2002), para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, se fez necessário que as mulheres - em sua grande parte brancas - precisassem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres - estas, por sua vez, racializadas. No cenário brasileiro, essas são práticas de longa duração histórica que reafirmam o conceito de maternidade transferida. Essa transferência atualiza desigualdades históricas no que tange a questão racial e econômica se comparado os acessos de mulheres brancas versus mulheres racializadas a direitos sociais, educacionais, econômicos próprios das relações de poder e subordinação que presidem a montagem da sociedade que conhecemos hoje (GOMES, 2002, p.2).

Através dos tempos, a maternidade transferida desnuda as violências enraizadas na estrutura social do Brasil. A transferência de responsabilidades domésticas - relacionadas ao cuidado de coisas e de pessoas em circunstâncias diversas - se dá porque não há outra alternativa. Essas práticas, com pouco apoio do setor público, consolidaram extensas redes de proteção e dependências armadas na intimidade das casas. Tal transferência alicerçou pactos de convivência a partir dos encontros de muitos homens e mulheres de terras distantes, de diversas correntes migratórias chegadas ao Brasil - africanas e europeias - nos séculos XIX e XX que formataram práticas domésticas nas quais muitas maternidades transferidas foram concebidas. Em uma grande diversidade de pactos em torno dos afazeres domésticos, as mulheres encontraram meios informais de remunerá-los que, de certa maneira, redefiniram, a cada tempo, as desigualdades entre elas. Mulheres pobres - escravizadas de ganho a serviço de seus senhores ou livres - sempre tiveram muitos afazeres nas ruas, tantas vezes extensões de obrigações domésticas. Por outro lado, em diferente padrão de sociabilidade, respectivo às camadas sociais médias e altas, limita as saídas das mulheres do espaço doméstico. Esse padrão apoia-se em laços de dependência entre mulheres de classes diferentes instaurando desigualdades. Nessas relações, a maternidade transferida de umas para outras mulheres foi uma regularidade que se reafirmou ao longo da história. (GOMES, 2002, p.3).

Sei lá, parece que estamos na época da escravidão. Eu penso que o certo era pelo menos na folga os pais darem atenção às crianças. Eu penso assim: quem fez o filho é que deveria cuidar, criar, alimentar, banhar, trocar e levar pra passear nos lugares, pelo menos no final de semana. A gente é importante pra cuidar dos bebês e dos maiorzinho enquanto a mãe e o pai trabalham, claro. Até porque é nossa profissão e a gente precisa dos nossos salários. Mas poxa, tem mãe que não trabalha, passeia o dia inteiro e a criança ali, tadinha, de lado, largada, só com a babá. No final de semana, feriado é a mesma coisa. Elas ficam de um lado pra outro passeando toda emperequetada e os pequenininho de escanteio. Quando levam a criança pra algum passeio é com a gente empurrando o carrinho vestida de branco e elas lá tudo bonitona entrando de loja em loja comprando coisa pra elas e nós carregando as criança. Elas nem dão atenção. (Entrevista de Acácia, babá, 2023).

A noção de maternidade transferida, conceito cunhado por Suely Costa Gomes, “deu visibilidade a nexos políticos, econômicos e sociais de práticas do cotidiano doméstico. Nas regiões de assalariamento tardio, como no Brasil, a produção doméstica de famílias organiza diversos modos informais de sobrevivência” (GOMES, 2002, p.7).

Quando os pais trabalham, eles voltam pra casa, mas as babás continuam cuidando das crianças em tempo integral, 24 horas. Eles nem olham a criança direito, sabe? Terceiriza pra gente mesmo. Quando eles vão a uma festa, visitar os amigos e familiares e levam a criança, levam a gente junto para lá pra não terem que tomar conta dos filhos. É assim também quando tem festinha de algum coleguinha num salão de festa ou na casa dos pais da criancinha que tá aniversariando. A gente leva o presente junto com a criança [que elas cuidam] e vamos nós de novo. A mãe quando vai fica pouquinho tempo e vão embora e muitas vezes nem aparece. Nas festinha de aniversário se você olhar de um canto tão só a gente de branco e do outro lado as crianças. As festas de aniversário vão só as babás, menina, só as babás. **(Entrevista de Dália, babá, 2023).**

Mulheres mais abastadas se conectaram com milhares de mulheres de diferentes classes sociais dedicadas às atividades domésticas, realizando uma variedade de tarefas intermináveis e trocando diversas formas de retribuição. A decisão de buscar estudo, trabalho e igualdade com os homens, ou simplesmente permanecer no ócio através da maternidade transferida entre as mulheres, resulta em constantes acordos (e conflitos) domésticos. No Brasil, desde o século XIX até a década de 1960, essas batalhas são alimentadas principalmente pela defesa de um modelo específico de maternidade, o qual concede direitos apenas a determinadas mulheres. Nesse contexto, as reivindicações feministas por igualdade em relação aos homens revelam sua limitada eficácia na abordagem das desigualdades entre as próprias mulheres. Mesmo sendo uma abolicionista, é possível notar que Nísia Floresta, feminista dos anos 1830, não incluía em suas demandas a busca pela igualdade entre as mulheres (COSTA, 1996; AUGUSTA, Nísia F. B., 1989).

Cê acredita que as mães quase não ficam com a criança? Tô falando de verdade. Elas chegam do trabalho, falam rapidinho com a criança e logo mandam a gente levar a criança pra outro canto. Quem leva a criança no médico é a babá, quem leva pra escola é a babá, quem leva pro parquinho é a babá, quem leva pra praia é a babá, quem leva nos aniversários é a babá, tudo é a babá. Eu acho um absurdo. Fora que a gente fica 24 horas por dia com a criança todos os dias porque muitas de nós mora na casa dos patrões e dormimos no quarto com a criança. Quando a criança fica doente ou tem algum pesadelo é a gente que acorda a noite pra acudir porque eles [os patrões] não acordam não. Eles não tão nem aí. **(Entrevista de Melissa, babá, concedida a mim em 2023).**

Em junho de 2020, o Brasil testemunhou a trágica morte de Miguel, uma criança que caiu do nono andar de um prédio de luxo no centro de Recife. Com apenas cinco anos, Miguel estava na companhia de sua mãe, Mirtes Renata Santana de Souza, empregada doméstica e babá que, mesmo diante das recomendações de isolamento da OMS - Organização Mundial da Saúde, continuava seu trabalho na casa dos patrões. Essa terrível tragédia destacou de forma cruel a desigualdade social e o racismo estrutural presentes em nosso país. Mesmo durante a pior epidemia enfrentada pela humanidade em anos recentes, muitas trabalhadoras domésticas se viram obrigadas a continuar trabalhando com medo de serem demitidas.

No contexto da pandemia, as empregadas domésticas se viram sem opção ao serem obrigadas a comparecer a locais de trabalho com alto risco de contágio, desde o transporte público até o contato direto com outras pessoas. Essa situação realçou a falta de suporte já conhecido no cuidado com seus

filhos. Esse triste episódio evidenciou o antigo dilema enfrentado por muitas trabalhadoras domésticas, que há muito tempo desempenham suas funções e também a responsabilidade de serem chefe de família em um país onde mais de 110.716 certidões de nascimento (emitidas em 2023) não mencionam o nome do pai, conforme dados do Portal da Transparência do Registro Civil. Em outras palavras, essas mulheres trabalhadoras sustentam seus lares e filhos de forma solitária em um país onde milhões de pessoas crescem sem a presença paterna registrada. Além disso, as babás entrevistadas nessa pesquisa enfrentam a falta de vagas nas creches públicas. Diante desse cenário, surge uma questão: enquanto as babás se dedicam aos cuidados dos filhos de seus empregadores, quem cuida de seus filhos?¹¹

A trabalhadora que eventualmente precisa levar seus filhos para o trabalho o faz apenas por falta de alternativa. Não há qualquer envolvimento das crianças no trabalho de suas mães e a exposição à desproteção é evidente, como foi o caso do menino Miguel. Durante as entrevistas com as babás, foi observado que muitas delas não podiam levar seus filhos ao trabalho. Nessas situações, algumas relataram ter confiado muitas vezes a seus filhos mais velhos, também crianças, a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos enquanto saíam para trabalhar. É importante ressaltar que essa não foi uma escolha, mas sim a única saída diante da urgência de prover o sustento familiar. Deixar o filho aos cuidados de outra criança ou levá-los para um ambiente laboral que não assegure a segurança e o conforto essenciais para seu bem-estar e desenvolvimento constitui uma violação do direito da criança de desfrutar da infância, receber proteção especial, atenção e todos os recursos e chances necessários para se desenvolver plenamente, com dignidade e liberdade, da mesma forma que os filhos dos patrões cuidados por essas trabalhadoras.

À vista desta discussão em torno da desigualdade entre as mulheres - empregadoras brancas e babás racializadas -, durante a realização deste trabalho, o tema da maternidade foi constantemente abordado pelas babás entrevistadas. Grande parte delas teve ou encontrou dificuldades na possibilidade de exercer o papel de mãe. Os relatos foram reveladores e emocionados, pois ficou evidente como grande parte dessas mulheres negras não pode cuidar de suas próprias crianças - muitas delas não tiveram apoio dos companheiros e se responsabilizam solitariamente por essa incumbência. Contudo, o que ficou evidente é a existência de uma solidariedade feminina de cuidados cujas avós, tias e vizinhas compartilham dessa delicada tarefa de criação. Infelizmente, o Estado ainda se apresenta ineficaz no auxílio de serviços prestados nesse aspecto - faltam instituições públicas de acolhimento às crianças, como creches populares que possam suprir as necessidades dessas mães de terem seus filhos próximos ao trabalho em tempo integral. Muitas delas não conseguem matrículas nas creches para seus filhos, o que nos comprova o quanto as mulheres pobres e negras encontram-se à margem, social e historicamente, de suas próprias maternidades.

¹¹ Ainda de acordo com o levantamento, por dia, são quase 500 registros feitos sem a identificação de paternidade da criança, as chamadas certidões com pai ausente. Entre janeiro e 11 de agosto de 2022, o nome dos pais não constaram em 105 mil certidões de nascimento. Em 2023, no mesmo período, o número subiu para mais de 110 mil documentos — aumento de quase 5%. Do total de crianças que nasceram em todo o país em 2023 — 1.614.232 nascimentos —, 6,8% entram na estatística das certidões com pai ausente, ainda segundo os dados do Portal da Transparência do Registro Civil

“Eu tive minha filha, mas minha mãe criou ela. Tive ela e precisei logo trabalhar porque senão quem ia botar comida na mesa? É difícil tá aqui e saber que ela tá longe, que não tô vendo ela crescer, que não tô acompanhando ela. Eu dou tudo pra minha mãe e pra ela, mas criar mesmo eu não criei.” - (Entrevista de Acácia, babá).

O que tem se apresentado de maneira evidente nas falas das babás, no decorrer dessa pesquisa, é que aos pobres, e em especial às mulheres negras, restam poucos programas assistenciais oferecidos pelo Estado para acolher seus filhos. Suas redes de apoio se resumem às irmãs mais velhas, avós maternas ou vizinhas, que se sensibilizam com sua condição ao assumirem cotidianamente a difícil tarefa de acolhimento e criação de filhos que não seus.

“Meu filho chama a minha mãe de mãe porque ele fica mais com ela do que comigo. Eu sinto uma falta danada dele, mas fazer o quê? Ou eu trabalho aqui e mando as coisinhas pra ele ou não tenho como sustentar. Eu penso nele a semana toda. O último aniversário dele eu perdi. Tava trabalhando” (Entrevista de Hortência, babá).

Enquanto aos filhos das trabalhadoras domésticas é destinada a ausência da figura materna, por outro lado, aos filhos dos patrões é possibilitada toda atenção, presença e afeto tanto de seus familiares quanto da mesma babá que não pode endereçar aos seus filhos naturais a mesma dedicação. Isso ficou evidente no percurso desta pesquisa por intermédio das entrevistas realizadas e no relato de Magnólia, mãe de quatro filhos e que exerce o trabalho de babá por 45 anos:

É muito triste ter de dar amor, carinho e dengo aos filhos das patroas enquanto as nossas crias estão lá ao deus dará. Um dos meus filhos teve uma fase que entrou pro movimento e eu penso que se eu tivesse podido tá perto, cuidando, vigiando, isso não tinha acontecido. Hoje graças a deus ele não mexe mais com essas coisa, mas querendo ou não os nossos filhos crescem mais largado e sem a nossa proteção. Enquanto os filhos das nossas patroas vivem numa redoma de vidro os nossos vivem desprotegido. (Entrevista de Magnólia, babá, concedida a mim em 2023).

Em sua pesquisa com mulheres migrantes da América Latina e seus empregadores na Alemanha, Encarnación Gutiérrez-Rodríguez destaca que as interações entre empregadores e empregadas são marcadas por uma dualidade peculiar: a distância profissional convive com a intimidade imediata. Quando aplicamos essa análise ao contexto brasileiro do trabalho doméstico, percebemos que, sob os resquícios da sociedade escravocrata, fatores como raça e classe também contribuem para excluir certos espaços (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, p.2).

Nos lares, os arranjos são moldados por divisões sociais que mantêm separados os corpos das empregadas e dos empregadores, mesmo quando compartilham o mesmo espaço residencial. No enfoque micro do ambiente privado, convergem diversas realidades sociais relacionadas à saúde, educação, moradia, trabalho e alimentação. Por outro lado, na perspectiva macro, emergem diferentes posturas geopolíticas ancoradas em relações antagônicas de diferenciação e hierarquia (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, p2).

Neste contexto, o "afeto", entendido como um conceito abstrato, situacional e intrinsecamente inserido no discurso, atua como uma força ou elo que une esses indivíduos. Embora o afeto possa ser analisado tanto pelo que é explicitamente dito quanto pelo que não é verbalizado, investigar esta última questão é fundamental para compreender o afeto.

Diante deste "sombreamento" causado pelo afeto, é possível estabelecer uma conexão com a noção de "fronteira" proposta por Gloria Anzaldúa. Geograficamente, a fronteira remete à separação entre territórios nacionais que divide um local do outro. Contudo, a fronteira também possui uma dimensão identitária, influenciando os processos de construção e fragmentação das identidades. Ela reúne cruzamentos, culturas e indivíduos em trânsito que constroem suas identidades a partir de múltiplas influências e relações de poder diversas (ANZALDÚA, 1987, p.23)

A fronteira é híbrida e dinâmica e está em constante movimento. Mostra-se como um espaço de transição e fluidez, representando a diversidade de experiências ali vividas. Considerada como um ponto de encontro entre culturas distintas e por vezes conflitantes, a fronteira é caracterizada pelo choque e pela complexidade. Ao pensar na fronteira como um local de intersecção cultural e, ao mesmo tempo, uma barreira para os indivíduos, podemos visualizar o afeto como uma fronteira simbólica presente no trabalho doméstico. A dualidade do afeto carrega consigo tanto a intimidade quanto o sentimento de não pertencimento, conforme mostram os dados levantados nesta pesquisa com as babás. A dinâmica desloca as trabalhadoras em um constante movimento entre a inclusão e a exclusão do ambiente familiar e profissional (LOBO, 2015, p.47).

Às trabalhadoras domésticas é dito que são como se fossem parte da família, mas a elas não é ofertado o mesmo tratamento destinado aos integrantes legítimos desta mesma família, ou seja, a essas mulheres são negados inúmeros direitos - trabalhistas, educacionais, econômicos e o de exercerem sua maternidade plena. O seu afeto e sua atenção acabam por ser sugados integralmente pelos patrões e especialmente pelos filhos destes. Como fica evidente na constrangedora entrevista realizada no programa "Mil e uma tretas"¹² na qual duas apresentadoras - mulheres brancas e de elite - entrevistam suas respectivas babás negras que estão visivelmente constrangidas.

As apresentadoras do programa são duas mulheres brancas que estão no centro da imagem, da esquerda para direita: a atriz Thayla Ayala (de vestido verde, rosa e marrom) e a blogueira Julia Faria (de conjunto marrom). As babás estão nas laterais de ambas as apresentadoras, que por sua vez também são suas patroas. Sendo elas: Kelly Cristina (de azul), babá do filho de Thayla e Marici Silva (de verde), babá do filho de Julia.

O diálogo entre entrevistadoras/patroas para com suas entrevistadas/babás é construído de maneira superficial com perguntas que não complexifica questões presentes no universo das personagens envolvidas, ou seja, não se incorpora no roteiro de perguntas tópicos relacionados a

¹² O programa em questão trata-se de um videocast veiculado no youtube e também disponibilizado nas plataformas de streaming sonoro. <<https://www.youtube.com/watch?v=IoPeYiZB4cU>>, acesso em 30 de abril de 2024.

discussão de raça, gênero e classe. Muito pelo contrário, é perguntado as babás como elas enfrentaram o puerpério, a depressão pós parto sendo a essas trabalhadoras negado o direito de se resguardarem para cuidarem de seus filhos e de si próprias, pois ambas responderam unânimes que precisaram retornar ao trabalho com seus filhos ainda recém nascidos, “pois caso contrário elas e seus filhos passariam necessidade”. É naturalizado pelas entrevistadoras/patroas a impossibilidade dessas trabalhadoras exercerem a maternidade e muitas das vezes a emoção delas ao dizerem que sentem falta de seus filhos por não poder criá-los tendo em vista que ambas trabalham de segunda à sábado como babás dos filhos das entrevistadoras.



Figura 22: Programa Mil e uma tetas. Tema “Babás”. Apresentadoras entrevistam suas babás. 22 de abril de 2024.

A noção de maternidade transferida, da autora Suely Gomes, acima explicada, é retomada nas respostas das babás entrevistadas para o programa “Mil e uma tetas”. A apresentadora Julia Faria, revela que sua filha Cora, chama a babá Marici Silva de mãe devido a intensa relação delas. No que a outra apresentadora, Thayla Ayala diz morrer de ciúmes do amor que o filho Chico nutre por sua babá, Kelly Cristina. Ela diz: “eu morro de ciúmes, pois o Chico é completamente apaixonado por ela”. Revendo a entrevista algumas vezes noto que a fala seguinte da atriz acerca desse sentimento é cortada na edição final, pois fica evidente o desconforto da mesma a respeito da conexão entre seu filho e sua babá. O que me fez recordar de inúmeros relatos das trabalhadoras acompanhadas neste estudo, uma delas é Flora, babá que disse enfrentar problemas com os ciúmes das patroas:

Trabalhei cuidando de uma menina, a criança assim que começou a falar as primeiras palavras, por volta de 1 ano e meio começou a me chamar de mamãe. Eu corrigia e explicava dizendo que não, que era a tia, a babá, mas ela continuou. Fui mandada embora pela patroa pouco tempo depois. Tenho certeza que foi por causa disso, porque a menina cismou em me chamar de mãe. Isso porque eu era da família, imagina se não fosse. (Entrevista de Flora, babá, 2022).

No âmbito do trabalho doméstico, a patroa não se confunde com a trabalhadora que presta o serviço. A interação entre elas é caracterizada pela transmissão de emoções não expressas verbalmente que delineiam as divisões de raça, classe e gênero existentes entre elas. A título de exemplo, destaca-se a relação doméstica conhecida pela expressão "quase da família". Neste contexto, a estrutura imbuída de sentimentos estabelece indicadores como o espaço na casa designado à "trabalhadora", as tarefas que lhe competem, a (des)compensação financeira, sem necessidade de explicitar em palavras os significados envolvidos em ser "quase da família" (PEREIRA, 2022, p.219).

A questão está no fato de o afeto operar no campo do pré-cognitivo. Dessa forma, quando não é expresso em palavras, não é acessado e ponderado pela mente consciente, transforma-se em apenas mais um meio de micro poder que se impõe sobre alguns indivíduos. Por refletir padrões amplos de dominação, como o racismo e o machismo, é visto como algo natural, atemporal e, por conseguinte, invisível (PEREIRA, 2022, p.219).

No trecho seguinte da entrevista do programa, Ayala revela sentir ciúmes do amor que a babá Kelly nutre pelas crianças que já cuidou anos antes de se tornar babá de seu filho, pois a trabalhadora mantém contato via telefone com as crianças em questão. Desvelando nessa declaração uma relação de posse para com a babá entrevistada como se esta só pudesse devotar amor e atenção ao seu filho e nada mais nem mesmo ao filho biológico da própria trabalhadora.

As babás entrevistadas no programa revelaram que não contaram com rede de apoio ou auxílio para que pudessem cuidar de seus filhos. Ambas disseram que suas melhores versões são enquanto babás e não como mães, pois as duas deram à luz a seus filhos quando eram muito jovens e não tinham tempo e preparo para exercerem a maternidade. As babás entrevistadas no programa "Mil e uma tretas" disseram que os filhos tinham muitos ciúmes dos filhos dos patrões, pois elas se dedicavam exclusivamente na criação dessas crianças de segunda a sábado e também levavam consigo as fotografias deles na carteira e no celular. Esses relatos coadunam com os das babás entrevistadas para esta dissertação visto que as trabalhadoras que venho acompanhando revelaram o mesmo fenômeno. Nas palavras de Rosa:

Meus filhos tem ciúmes de todas as crianças que cuidei até hoje porque eu acabei sendo mais mãe dessas crianças do que dos meus filhos, né? Porque pros filhos dos patrões fica a nossa melhor versão de mãe. A mãe que não grita, que não bate, que não chama a atenção, que tem paciência... porque a gente não pode gritar com os filhos dos patrões, né? Imagina! Aí a gente trabalha anos em casa de família direto e quando vai pra casa no domingo não tem cabeça e paciência pra ser uma mãe atenciosa porque tá exausta. (Entrevista de Rosa, babá, 2022).

De acordo com a historiadora Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 1976 in RATTS, 2006) é imprescindível comparar a situação da mulher branca e da mulher negra. Para ela, a mulher negra sempre desempenhou papel ativo no trabalho, porém isso não resultou em emancipação. Devido às marcas deixadas pelo nosso passado colonial, as mulheres negras continuam ocupando espaços semelhantes aos de suas antecessoras, como os empregos domésticos precários. Em resumo,

compreender o atual cenário de desigualdade racial e pobreza no Brasil requer considerar a exclusão das mulheres negras – tais como amas-de-leite, amas-secas, trabalhadoras domésticas e babás bem como de seus filhos – a elas/e/eles negadas/os o direito a terem a presença de suas mães – e da população afro-brasileira dos projetos nacionalistas que foram elaborados até hoje.

3.3 - Adoecimento psíquico das babás

“A gente é da família até a gente ficar doente” – Rosa

Nos últimos anos, as ciências sociais têm dado uma atenção especial às questões relacionadas à saúde das/dos trabalhadoras/es. No entanto, certas categorias de trabalhadores têm sido deixadas de lado nesse debate, possivelmente porque são consideradas "inferiores" e, por isso, negligenciadas. Este é o caso das babás, um grupo de trabalhadoras cujas condições de saúde e doenças permanecem tão pouco visíveis quanto o próprio trabalho que realizam. Neste segmento, propõe-se analisar alguns aspectos por intermédio de uma abordagem qualitativa que se desenvolveu a partir da observação, do registro sistemático das impressões do campo e longas entrevistas com as babás com base em um roteiro semiestruturado.

No que diz respeito ao grupo pesquisado, formado principalmente por mulheres negras trabalhadoras domésticas, pode-se concluir com base nos resultados obtidos que o silenciamento imposto sobre esse trabalho não implica simplesmente um silenciar. O discurso em torno da empregada doméstica não é diminuído, porém é conduzido de forma diferente, por diferentes indivíduos e sob diferentes perspectivas, visando diferentes propósitos. Há pouca discussão sobre o impacto negativo na saúde mental e emocional dessas mulheres. De acordo com FOUCAULT (1996, p. 30):

Aquilo que se recusa dizer, ou que se proíbe mencionar, a descrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz, preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer; COMO são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

O trabalho das babás é marcado por regras de disciplina intensamente estressantes que permeiam seu espaço e sua rotina como o uso do uniforme como marcador da diferença; longas jornadas de trabalho; ter de afastar-se de seus filhos, amigos e familiares; estar sob constante vigilância e em alguns casos sendo observadas por câmeras; residir no emprego durante toda semana e ter de viver num espaço que as aproximam e ao mesmo tempo as separam dos seus empregadores,

ou seja, a disposição dos cômodos dentro de uma residência que separa claramente áreas permitidas e proibidas para a trabalhadora assim como os utensílios, comidas e espaços. Os arquitetos costumam posicionar o quarto da empregada o mais próximo possível da área de serviços em seus projetos de edifícios. Isso não só limita a identificação funcional da babá e da trabalhadora doméstica com tarefas como lavar roupas, cozinhar e limpar, mas também reforça a ideia de que a convivência com ela deve se restringir à prestação do serviço, mantendo-a isolada do convívio social. Esse tipo de trabalho é caracterizado pela invisibilidade na vida diária (ZURUTUZA, BERCOVICH, 1986).

O espaço da sala, por exemplo, é principalmente reservado para os membros da família. A mesa de jantar deve ser do tamanho adequado para acomodar todas as pessoas que moram na casa. Nesta dinâmica, existe uma vigilância constante que é ajustada pelas regras e medidas preventivas adotadas ou pelo jogo de punição e responsabilização. Há um perigo representado pela presença de uma "intrusa". Ela cuida da limpeza, mas ao mesmo tempo representa uma ameaça por estar envolvida na intimidade familiar. Portanto, procura-se mantê-la separada, tanto fisicamente quanto simbolicamente, numa tentativa contínua de evitar sua intrusão (TAMANINI, 2000, p. 53).

É sabido que a avaliação do processo de adoecimento pode ser compreendida não apenas levando em consideração os fatores biológicos, mas também os aspectos culturais. A doença não se limita apenas ao indivíduo afetado, ela vai além, visto que nem sempre existiu como uma realidade natural e um conceito cultural associado a ela. À medida que o indivíduo é impactado pela enfermidade, passa a experienciá-la e, conseqüentemente, a atribuir-lhe novos significados em um processo pessoal que, no entanto, acaba sendo compartilhado de alguma forma por todos aqueles ligados à pessoa adoecida. Ao falar sobre as origens de suas enfermidades, as pessoas normalmente estão tentando entender os motivos pelos quais a doença se manifestou em determinado momento. Essa busca por significado inclui diferentes aspectos da vida da pessoa e, ocasionalmente, a experiência de ficar doente adquire um caráter simbólico que ajuda o indivíduo a se sentir conectado à sociedade como um todo (TAMANINI, 2000, p. 54).

Os resultados das entrevistas e das observações de campo evidenciam que os sentimentos mais comuns vivenciados pelas babás são o cansaço físico e emocional, tristeza, insegurança, ressentimento, falta de motivação, culpa e solidão. Estes sentimentos são agravados pela conscientização em relação ao racismo. De acordo com as entrevistas e observações feitas no campo, tais sentimentos se manifestam sobretudo através de dores musculares, quadros depressivos e ansiedade - descritos por algumas das entrevistadas como uma "dor na alma", "uma tristeza constante", "um peso no coração" - resultado de vários fatores como carga excessiva de trabalho, distância de seus filhos, impossibilidade de terem uma vida social plena, salários baixos, falta de oportunidades profissionais e um ambiente permeado por tensões e desconfiança. Esses elementos culminam em um sentimento generalizado de desilusão, conforme retratado no depoimento a seguir:

Eu não sei te explicar o que se passa aqui dentro. Eu sinto uma tristeza que fica aqui comigo todo tempo parece até que passa pra carne [enquanto toca seus braços e pernas]. Falam muito de

depressão, né? Não sei se eu tenho isso, mas sei que tenho muita tristeza. Esse trabalho é um trabalho que deixa a gente triste com o tempo, né? **(Entrevista concedida por Magnólia, 2023)**

Em boa parte dos relatos, além da tristeza, também é mencionada a ansiedade, que está ligada à sensação de falta de privacidade, à constante necessidade de abdicar de suas vidas, estudos, programas pessoais, ao excesso de tensão emocional e à impressão de se tornar uma escravizada:

Na casa que eu trabalho, não posso ficar no celular porque a patroa não gosta, ela vigia e briga se pega a gente no celular. Quando preciso falar com minha mãe ou outra pessoa da família, finjo que vou no banheiro pra conseguir responder alguma mensagem. Pra escrever pro meu filho e até pra elas aqui [apontando para as colegas babás que estão ao seu lado] preciso às vezes escrever à noite, debaixo do cobertor. Eu durmo no quarto com a criança. Lá tem duas camas, a criança que eu cuido dorme na cama de cima e eu, na de baixo. Então, à noite, muitas das vezes é o tempo que eu consigo saber de casa e das colegas. Já escrevi muita mensagem chorando embaixo do cobertor, chorando de tristeza, de raiva, de solidão. A casa toda tem câmera, só no quarto da criança tem duas. Eu tenho medo de estar escrevendo no meu celular e aquilo estar sendo observado pela patroa. Eu sinto que esse trabalho faz a gente sentir esse peso emocional, essa ansiedade. Só de falar pra você o meu coração chega a acelerar. **(Entrevista concedida por Iris, 2023)**

Depressão, crise de pânico, ansiedade, pesadelos com as empregadoras anteriores devido ao terror psicológico vivenciado por muitas das babás entrevistadas. Algumas, expressaram que, com frequência, sonham com as antigas casas e as ex-empregadoras lhe dando ordens de maneira intimidadora e cruel:

Eu não tenho assim um laudo, um dado de médico porque a gente não tem condição de ir em psicólogo como as patroas, mas eu percebo que devo ter ansiedade e depressão. Teve um domingo à noite que eu cheguei parar na UPA [Unidade de Pronto Atendimento], cê acredita? Me bateu uma agonia de ter que voltar pra cá no dia seguinte. Me deu um pire paque, o coração acelerou, o peito queimou, uma agonia. Aí quando cheguei na UPA disseram que era crise de ansiedade. Tomei um remédio lá, fiquei em observação e fui melhorando. Não esqueço desse dia porque a médica perguntou: tem alguma coisa estressando a senhora em casa ou no trabalho? Ali eu entendi que esse trabalho traz isso, mexe com o meu emocional. **(Entrevista concedida por Violeta, 2023)**

Já tive sonhos de acordar com o coração acelerado, com crise de pânico e dor de cabeça. Ultimamente tem acontecido direto. Eu sonho com uma patroa que eu tive no passado. Mas no sonho ela não é só aquela patroa ela também se mistura com outras patroas que foram muito ruins comigo, que me judiaram mesmo. É como se fosse elas e as outras também. É um terror psicológico porque parecem fantasmas e fica no nosso inconsciente. **(Entrevista concedida por Acácia, 2023)**

Dia desses, eu fui na loja americana com meu filho e vi o chocolate na prateleira da marca que a criança que cuidei no trabalho antes desse que tô agora gostava, era uma menina de 4 anos. Ela adorava aquele chocolate, ela sempre me oferecia e esperava eu dizer que queria pra depois me dizer em seguida: "eu tenho, mas não vou te dar". Parece uma coisa pequena essa lembrança,

mas essas coisas marcam a gente. A mãe dessa menina sentava perto de mim na hora do almoço - enquanto eu tava comendo a comida velha de mais de quatro dias requentada que a cozinheira deixava na geladeira das empregadas. Essa patroa se servia das comidas mais frescas e gostosas. Ela comia camarão, filé mignon, salmão e dizia na minha frente o quanto aquela comida era gostosa. Enquanto eu comia a comida velha. Aquilo que ela fazia comigo era a mãe dizendo o mesmo que a filha me dizia com o chocolate: eu tenho, mas isso não é pra você. Esses casos marcam a gente que nem brasa na pele. (Entrevista concedida por Margarida, 2023)

Íris, Violeta, Acácia, Magnólia e Margarida não são as únicas que vivem ou viveram experiências traumáticas que de alguma forma as adoeceram emocionalmente. No mesmo ciclo de entrevistas, Flora, babá por 12 anos, revelou que, ao retornar a uma loja de grife que frequentava com os antigos patrões, se percebeu angustiada e paralisada, sem reação. De acordo com suas palavras, acredita que teve uma crise de pânico/e/ansiedade por se reconectar com aquele espaço e as lembranças que ele revolveu nela.

As cargas fisiológicas e mentais não têm uma forma visível que vá além do corpo humano. Elas só podem ser entendidas em relação ao corpo. As cargas mentais têm a mesma natureza que as fisiológicas, pois se tornam tangíveis por meio dos sintomas manifestos no corpo. Englobam tudo aquilo que resulta em um peso mental excessivo. Essas cargas mentais só existem na interação entre pessoas e objetos, e ganham materialidade nos seus processos mentais e corporais (TAMANINI, 2000, p. 55).

De acordo com Kofes (2001), a origem do emprego doméstico no Brasil está intimamente ligada à herança da escravidão. Segundo Viotti da Costa (1980), era comum alugar ou vender escravizados para trabalhar em casas, sendo que o termo "alugado" passou a ser usado para se referir às empregadas domésticas. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, as mulheres que desempenhavam serviços domésticos continuaram sendo equiparadas aos escravos (Gorender, 1980). A discriminação associada ao trabalho doméstico surge de sua conexão com a condição de escravo e, por conseguinte, com sua desvalorização social. Durante o período colonial, a posição social era muitas vezes determinada pela identidade racial, havendo uma equivalência entre cor da pele e o tipo de ocupação realizada; ou seja, ser negro frequentemente significava ser submetido à escravidão e realizar tarefas menosprezadas pela sociedade (SILVA; ARAÚJO; MOREIRA; BARROS, 2017)

O psiquiatra francês Louis Le Guillant (2006) dedicou parte de seus escritos ao estudo do impacto do trabalho na subjetividade das empregadas domésticas. Em dois textos publicados em 1963, intitulados Incidências psicopatológicas da condição de "empregada doméstica" e o caso das "Irmãs Papin", o autor procurou revelar as consequências do trabalho doméstico na saúde mental. Ele observou um aumento no número de empregadas domésticas entre os pacientes psiquiátricos do hospital em que trabalhava, na França. No primeiro desses textos, Le Guillant destaca a influência das pressões sociais nos distúrbios mentais destas trabalhadoras:

Em meu entender, elas constituem um modo de abordagem indispensável à compreensão do fato psiquiátrico. Com efeito, a situação das domésticas (...) constitui uma ilustração, excepcionalmente demonstrativa, de mecanismos psicológicos ou psicopatológicos muito mais gerais. Na verdade, ela situa-se em uma das dimensões fundamentais da condição humana: dominação versus servidão, dimensão insuficientemente explorada - convém reconhecer - pelo psiquiatra. (Le Guillant, 2006, p. 243).

De acordo com o autor, a experiência vivenciada pela empregada doméstica deixou ou deixará marcas significativas na vida e formação das mulheres, mesmo para aquelas que não exercem mais essa função. Ele observa que a maioria dessas trabalhadoras vinha de áreas rurais. Vale ressaltar que, embora em situações diferentes, as babás entrevistadas nesta pesquisa também são provenientes de regiões periféricas - geograficamente no interior - e se deslocam para a capital do Rio de Janeiro, na Zona Sul. Le Guillant defende que o termo "condição de empregada doméstica" refere-se à posição social de uma pessoa determinada por sua condição financeira, habilidades, ocupações e profissão (p. 254). É essa situação que desperta o ressentimento que, juntamente com a sensação de humilhação, é frequentemente mencionada pelas pacientes em suas conversas. A humilhação se manifesta nos detalhes associados à condição de ser empregada doméstica: como se veste, como é seu quarto, até mesmo na forma de se comunicar, além das relações de subordinação e dependência. Para Le Guillant, as empregadas domésticas são primeiramente marcadas pela humilhação em sua realidade diária. Além disso, elas carregam consigo sentimentos contraditórios em relação aos patrões e à afeição que nutrem pelas crianças da família. Essas trabalhadoras vivem um relacionamento próximo com a família, porém envolto em dependência e isolamento. Dessa maneira, seus conflitos são enfrentados e sentidos de forma individual, mas que por sua vez são coletivos quando analisamos os relatos destas trabalhadoras em conjunto (SILVA; ARAÚJO; MOREIRA; BARROS, 2017)

Trabalhar como empregada doméstica deixa marcas profundas na formação da sua subjetividade, moldada pelos conflitos com os empregadores e pela solidariedade dentro do grupo de trabalho, ou seja, pelo coletivo ao qual pertencem. De acordo com Le Guillant (2006), é inadequado separarmos o que parece ser individual do que constitui uma característica do grupo, já que discriminações e humilhações fazem parte das narrativas tanto individuais quanto coletivas dessa categoria. A expressão "como da família" é usada pelos patrões para justificar a suposta necessidade de confiança na relação de emprego doméstico, conforme observado por Gusmão (2007). No entanto, nos seus relatos, nenhuma trabalhadora se via como integrante da família; pelo contrário, muitas percebiam a clara separação como nos depoimentos de Hortência, Flora e Rosa a seguir:

Tinha uma empregada no meu prédio que era faz tudo igual nós aqui. Ela tinha sido babá de tanta gente da mesma família que chega dá um nó na minha cabeça, mas vou tentar explicar. Ela foi babá de uma menina, que anos depois cresceu e teve um filho; desse filho que essa menina teve, quando virou mulher, ela foi babá. Esse filho cresceu e casou com uma moça e teve uma filha. Adivinha quem foi a babá? Pois é, a mesma pessoa que naquele tempo já era uma senhora mais ou menos como eu sou agora. Então, cê tá contando? Ela foi babá e empregada nessa família por muito tempo. Sabe como foi o fim dela? Você não vai acreditar. Ela ficou doente assim de cabeça, entende? Começou a trocar as coisas, a ver coisa, a falar com pessoas que a gente não via e não conseguia mais trabalhar como antes porque ela era trabalhadeira, viu,

aquela ali como trabalhava. Aí quando ela ficou ruim da cabeça, os patrões dela procuraram um parente dela e desovaram ela lá na Baixada Fluminense. Tô te falando a verdade. E sem aposentadoria, sem uma ajuda pra senhora e pro parente dela que morava num cortiço. Eu sei porque eu fui lá visitar e conheci o lugar. Era de cortar o coração. Cadê o amor? Cadê aquela conversa de é como da família? Na mesma semana arrumaram uma mocinha assim da nossa cor pra fazer o trabalho lá e tão fazendo a mesma coisa com ela e assim vai... (Entrevista concedida por Hortência, 2023)

A gente que é babá sabe que não pode ficar doente. O negócio é complicado porque você pode até ir no médico, pegar um atestado e receber os dias pra se tratar, mas é complicado. Primeiro porque já é difícil a gente ser liberada pra conseguir ir no médico. Segundo que quando você consegue ir, você vai, mas não consegue se tratar, sabe por quê?. Você pega o atestado, mas você vai voltar para a casa do seu patrão e vai ficar de repouso na casa do patrão? Então assim, é muito complicado o trabalho doméstico, sabe? Porque a maioria de nós mora no serviço e como cê vai se tratar no serviço? Ainda mais dessas doenças emocionais. Já uma outra profissão, isso é possível. Por isso que eu e as menina a gente sempre fala que não dá para dizer que o nosso trabalho é como um trabalho qualquer (Entrevista concedida por Rosa, 2023)

A gente é da família até a gente ficar doente, até a gente se recusar a trabalhar num feriado, até a gente dizer que quer estudar a noite, até pedir pra assinar nossa carteira, até colocar limite. A gente é da família até que a gente não sirva mais pros patrões porque aí eles vão encontrar outra empregada rapidinho pra dizer que é da família e explorar e fazer ela ficar doente igual fez com a gente. Não foi ninguém que me contou não, eu vi acontecer com esses olhos. (Entrevista concedida por Flora, 2023)

Segundo Kofes (2001), ser chamada de “membro da família” não é algo verdadeiramente sentido pelas empregadas domésticas. Isso é visto mais como uma tática ou estratégia ideológica utilizada pela patroa, que se vê obrigada a acolher uma pessoa estranha que irá participar, em alguns aspectos, da vida familiar:

A expressão “membro da família” expressa um mecanismo ideológico fundamental nessa relação, mas não no sentido de que os agentes envolvidos estejam iludidos por um real falso. Talvez nenhuma das parceiras (polares) dessa interação acredite no que afirma essa frase, mas nesse caso não se trata de acreditar ou não. O efeito ideológico dessa afirmação, do ponto de vista da patroa, é que ela torna possível a aceitação de uma pessoa socialmente estranha dentro de casa, compartilhando o cotidiano da família. Trata-se de uma justificativa, em seus próprios termos, quase como uma estratégia de “efeito adequado”. Essa expressão, no que concerne às empregadas, expressa outra estratégia, que é abrir vias de acesso que estruturalmente ainda lhe são fechadas. (Kofes, 2001 p. 178).

Em todos os relatos recolhidos para a construção desta pesquisa, foi possível perceber a presença do ressentimento, da humilhação e contradições vivenciadas pelas mulheres que trabalham como babás, em relação aos seus empregadores e membros da família. De acordo com Le Guillant (2006), a frustração, humilhação, sentimento de inferioridade, fadiga e ressentimento fazem parte da difícil realidade enfrentada por essas profissionais.

Durante a pesquisa, tornou-se evidente que compreender a situação da trabalhadora doméstica requer a contribuição de diversas disciplinas, conforme os princípios da psicologia do trabalho. Isso exige ampliar o conceito de trabalho, relacionando-o a contextos históricos e sociais para uma melhor compreensão da "condição de empregada doméstica", termo valorizado por Le Guillant (2006). Nas narrativas das babás, percebe-se um sentimento forte de ressentimento diante da desigualdade nas relações materiais e simbólicas, ligado ao sentimento institucionalizado de humilhação (como o uso de uniformes que as torna distinguíveis da "outra classe" dos patrões; quartos modestos; comida e utensílios separados e diferentes dos patrões; humilhações; entrada pelos fundos; longas jornadas de trabalho; desconfianças; piadas ofensivas e constante vigilância).

Os dados apresentados nesta pesquisa, por intermédio dos relatos, entrevistas e observação de campo demonstram que o trabalho das babás impacta negativamente em sua subjetividade e significativamente em sua saúde mental, ou seja, sua existência como um todo. A construção da identidade por meio do trabalho e a busca por reconhecimento se entrelaçam de forma inseparável com a sensação de vulnerabilidade social, econômica, profissional e existencial. Entretanto, é possível notar que as trabalhadoras domésticas entrevistadas para esta pesquisa demonstraram em suas histórias uma capacidade crítica e reflexiva sobre suas próprias condições, o que faz delas também agentes, pois narram e refletem sobre suas trajetórias de maneira autônoma, crítica e com muita consciência de si mesmas.

3.4 - Stella do Patrocínio: um estudo de caso

Eu estava em lugares grandes iguais a este
 A serviço a trabalho e a estudo
 Sou profissional: lavo passo
 engomo encero cozinho
 Estava em lugares grandes iguais a este
 A serviço a trabalho e a estudo
 Eu bacharelei no estudo
 Estou aposentada de casa de família
 Sou da família, sou familiar

(PATROCÍNIO, 2001, p. 71).

Ao longo do percurso construído nesta pesquisa - sempre em diálogo e em parceria com as babás - questões pertinentes ao universo de suas trajetórias pessoais e profissionais foram conduzindo a escrita deste trabalho. O tema da saúde mental foi um dos últimos a tomar contornos, talvez por se tratar de um tema delicado, íntimo e ainda envolto de muito estigma em nossa sociedade. Em meados de 2023, duas trabalhadoras revelaram em um de nossos encontros sofrer de depressão e outros transtornos psíquicos. O corajoso gesto destas trabalhadoras abriu fendas para que outros relatos similares viessem à tona trazendo a discussão da saúde mental destas trabalhadoras para o centro da roda que partilhávamos e para este estudo. Em paralelo a esta dissertação, venho

pesquisando de maneira independente dois artistas brasileiros que foram adoecidos pela estrutura social-racista brasileira sendo eles Bispo do Rosário e Stella do Patrocínio. Estes dois nomes chegaram em minha vida, de maneira mais íntima, quando em 2013 passo a integrar a equipe de profissionais da Colônia Juliano Moreira - localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro - como produtora e pesquisadora no Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea - espaço que estive vinculada por três anos e que inscreveu em mim o amor e a reverência a Bispo e Stella. A pesquisa inicial em direção a este tema se desdobrou na concepção do filme “Eu preciso destas palavras escrita” (2017), curta metragem sobre o artista sergipano Bispo do Rosário, realizado no período em que ainda atuava no Museu profissionalmente.

A seguir, apresentarei brevemente os dois artistas em questão, a começar por Arthur Bispo do Rosário (Japaratuba, Sergipe, 1911 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989) foi um artista visual negro brasileiro que, por sofrer de esquizofrenia paranoide, foi aprisionado em diversas instituições psiquiátricas, vivendo por quase 50 anos numa delas, a Colônia Juliano Moreira. O conjunto de sua coleção de obras agrega 802 peças com diferentes técnicas, com destaque para a costura e o bordado em tecido, em formas de fardões e estandartes - sua produção foi construída com objetos cotidianos, encontrados na instituição em que viveu internado, uma produção em artes visuais reconhecida nacional e internacionalmente.

Stella do Patrocínio (Rio de Janeiro, Brasil, 1941 - 1992) foi uma poeta negra brasileira, que também atuou no trabalho doméstico e ganhou reconhecimento somente após sua morte, depois de trinta anos de sequestro em ambiente manicomial. Stella tornou-se uma pessoa psiquiatrizada - “doente mental”, como ela dizia, aos 21 anos de idade após receber o diagnóstico-sentença que a reteve aprisionada por 30 anos. Seu reconhecimento póstumo se deu devido a publicação do livro *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* (2001, Azougue Editorial), organizado pela poeta e filósofa Viviane Mosé. O livro foi editado com gravações das falas de Patrocínio captadas pela artista plástica Carla Guagliardi entre 1986 e 1988, além de transcrições de outras conversas feitas pela psicóloga Mônica Ribeiro de Souza. Muitas das lembranças vivenciadas no trabalho doméstico, sua relação com a cidade e sua condição enquanto mulher negra dentro e fora do espaço manicomial são trazidas à luz da poética de Stella por meio de seus falatórios - maneira que a artista nomeava suas poesias orais e performáticas.

Ambos artistas foram involuntariamente internados na Colônia Juliano Moreira - local conhecido como fim de linha. A CJM é um território composto de 77 quilômetros quadrados de terra onde se situa a colônia psiquiátrica Juliano Moreira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foi a fronteira que Bispo do Rosário e Stella do Patrocínio involuntariamente atravessaram quando estavam caminhando livremente na rua. Stella ao ser capturada pela polícia por supostamente ter “esquizofrenia hebefrênica, evoluindo sob reações psicóticas”. A colônia onde viveu até sua morte física confirma como a violência da escravidão e do colonialismo se perpetua em uma temporalidade não linear. A Colônia foi construída em 1924 no terreno onde ficava um antigo engenho de açúcar do século 19, o Engenho D'Água, sendo que a edificação da senzala foi transformada no refeitório dos pacientes do hospício (LIMA, 2021).

Quando o adoecimento psíquico surgiu nos relatos das babás, fui automaticamente lançada a poética crítica e confessional de Stella acerca do adoecimento psíquico, do trabalho doméstico e da estrutura racista brasileira que ainda hoje empurra as mulheres negras para relações de trabalho e experiências sociais-afetivas que remontam ao período colonial. De acordo com a pesquisadora Diane Lima:

O falatório foi capturado para que ao fim ele pudesse testemunhar contra a única estratégia de fuga e sobrevivência de Stella: a oralidade e a experiência sonora negra. Como podemos perceber com a escuta dos falatórios, fica claro em todas as gravações que o seu enunciado não fala sobre a loucura, e sim sobre um processo de adoecimento institucional devido à condição racial que Stella experienciava (LIMA, 2021)

De acordo com o fragmento extraído dos arquivos sonoros da poetisa Stella do Patrocínio, a mesma tinha plena consciência de que por mais que tivesse estudo e outros anseios ainda assim fora capturada e agarrada, segundo suas palavras, para exercer o trabalho doméstico:

“Eu trabalhava em casa de família
Fazia todos os serviços. Qualquer um serviço
Depois que eu terminei o estudo.
Ela me pagava (parte inaudível)
Disse que eu precisava ser muito domesticada
Ser doméstica e trabalhar em casa de família”¹³

Stella rememorava com precisão os sobrenomes dos antigos patrões a que esteve vinculada enquanto trabalhadora doméstica:

“A família Monteiro continua aqui veio de longe pra cá/
Mudou de nome/ a família Brito Cunha mudou de nome veio do Rio de Janeiro pra cá/
E mudou o nome/ Família Brito Cunha família Monteiro família Lafayette”¹⁴

A casa mencionada por Stella, em algumas de suas poesias em torno dessa temática, se refere à residência das famílias, ou seja, os lares onde moravam as famílias para as quais ela trabalhou como empregada doméstica e babá durante seu breve período em liberdade, já que foi internada com apenas 21 anos de idade e não mais saiu de lá permanecendo aprisionada por 30 anos. Esses locais talvez indiquem que ela tenha residido também, conforme indicado pelo adjetivo "domesticada", citado no trecho destacado acima, que revela ordem, dever e obrigação. As memórias destas casas e famílias para as quais Stella trabalhou seguem a perseguindo segundo um relato extraído de um de seus arquivos sonoros:

“Se eu pegar a família toda de cabeça pra baixo e perna pra cima/
Meter tudo dentro da lata do lixo/ E fazer um aborto/
Será que acontece alguma coisa comigo?/ Vão me fazer alguma coisa?”¹⁵

¹³ Trecho do arquivo sonoro - contendo a voz de Stella do Patrocínio - n. 01 de Carla Guagliardi, intitulado “tem mais de 12 anos”

¹⁴ Trechos do arquivo sonoro - contendo a voz de Stella do Patrocínio - n. 01 de Carla Guagliardi, intitulado “tem mais de 12 anos”

¹⁵ Trecho do arquivo sonoro - contendo a voz de Stella do Patrocínio - n. 02 de Carla Guagliardi, intitulado “só presto”

No Brasil, os manicômios não são expressões do holocausto nazista e, sim, dos navios negreiros, conforme pode ser identificado a partir de uma perspectiva racial pela professora Sônia Barros, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). O manicômio foi uma das instituições reprodutoras do racismo e da violência no Brasil enclausurando majoritariamente corpos negros em sua arquitetura de horror. Sara Ramos (2022), uma das mais importantes pesquisadoras de Stella do Patrocínio explicita que:

No conclave entre Eco e Exu, o placar não está zerado, tampouco a dívida; mas o tempo espirala: atravessada por forças de asfixia – a polícia, a literatura, o serviço doméstico, o eletrochoque –, Stella do Patrocínio abre seu falatório exuriano à criação de rotas de fuga e ao revide, à fabulação estética no espaço da clausura. E é nessa opacidade que baila o falatório – nem somente poesia, nem testemunho, tampouco quaisquer outras classificações que, sozinhas, não se bastam (RAMOS, 2022).

Stella expressa em seus testemunhos-anseios o desejo de se apartar da família ou das famílias com as quais trabalhou. Num dos fragmentos de ser falatório revela:

Se eu rasgar aquela pesada no meio de meio a meio,
der der der lambada no chão, na parede, jogar fora,
no meio do mato, ou do outro lado de lá do muro,
é um malezinho prazeres [...] Matar a família [do cientista] toda.
Que faça um carro, bote tudo morto e vá pra longe.¹⁶

Stella foi uma daquelas que lutaram para não ser corroída dentro do hospício e em seu sistema de produção de morte, transformando a dor de sua existência enquanto mulher negra, pobre e trabalhadora doméstica em discursos poéticos insubmissos. Recebendo o diagnóstico de esquizofrenia, ela foi internada em 1962, com apenas 21 anos, no Centro Psiquiátrico Pedro 2º no Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, foi transferida para a Colônia Juliano Moreira, onde permaneceu até falecer em 1992 (GOUVEIA, Rachel, 2021).

Após concluir o ensino médio, Stella trabalhou como empregada doméstica na mesma casa onde sua mãe, Zilda Francisca do Patrocínio, também trabalhou. Surpreendentemente, ambas foram internadas no Núcleo Teixeira Brandão, da Colônia Juliano Moreira, simultaneamente. Mesmo enfrentando a cruel sentença de viverem "a morte em vida", a poetisa não teve a oportunidade de dividir o mesmo espaço com sua mãe no hospício, embora existam relatos escassos de poucos encontros entre elas no local. Stella permaneceu afastada de seus parentes dentro e fora dos limites impostos pelo manicômio, embora tenha recebido algumas visitas esporádicas de sua irmã e sobrinho enquanto esteve na Colônia (GOUVEIA, Rachel, 2021).

¹⁶ Trecho do arquivo sonoro - contendo a voz de Stella do Patrocínio - cd2_01 - 6'53' de Carla Guagliardi

De acordo com a pesquisadora Rachel Gouveia (2021), é importante nos atentarmos como a abordagem manicomial aprisiona corpos e subjetividades que não se encaixam na concepção de "homem universal" e são associados ao perigo, à violência e à irracionalidade. Para a população negra e pobre, a internação psiquiátrica é parte das políticas e estratégias racistas e econômicas do Estado, como podemos observar na vida de Stella, de sua mãe e de Bispo do Rosário. Estas pessoas foram impactadas pelo racismo, pelo trabalho precarizado e pelo classismo, foram encaminhadas para hospitais psiquiátricos para um destino de morte simbólica. Como Lima Barreto enfatizou em "Cemitério dos vivos", no contexto do hospício, "o negro é a cor mais cortante".

Ao aproximar os falatórios poéticos de Stella com os depoimentos das babás, percebi pontos de contato no que tange a criticidade presente nas reflexões dessas trabalhadoras acerca de suas condições enquanto mulheres negras na sociedade; na consciência de que foram empurradas pela estrutura social brasileira para o trabalho doméstico, a dimensão da hereditariedade deste ofício entre as entrevistadas e o quanto esta função as adoeceram abrindo feridas e promovendo fraturas que remontam ao nosso passado colonial.

Stella, em um de seus poemas, afirma ser do tempo do cativo, porque compreende a maquinaria-fantasmagórica que há por detrás dos encarceramentos de corpos pretos desde os tempos de sua bisavó. Ela diz em voz alta: Clarice, Celeste, Meritempe, Luzadia, Adelaide – nomes sobre os quais talvez nunca saibamos muito além do carinho com o qual ela os profere (RAMOS, 2022)

Devido aos entrelaçamentos entre os relatos das babás acompanhadas neste estudo e aos materiais sonoros e transcritos de Stella do Patrocínio, decidi aproximá-las para além do campo teórico. Levei para alguns de nossos encontros presenciais trechos das poesias de Stella como também os arquivos sonoros para apresentar as babás e o resultado foi muito revelador, pois a partir do falatório atemporal e profético de Stella, as babás se sentiram identificadas e também convocadas a refletirem a partir de suas existências por intermédio dos ecos exusíacos de Stella que borram fronteiras temporais. Passamos a fabular o que Stella teria se tornado caso não fosse aprisionada por internações e violências produzidas dentro e fora do hospício. Encorajada por essas trocas decidi realizar o curta "Stella do Patrocínio a gênese da poesia", para também compor parte da minha pesquisa de mestrado – um eixo deste trabalho que encaro como mais lúdico, artístico e poético. O desejo de desenvolver um projeto em torno de Stella, a princípio vinha sendo construído desde 2017 numa pesquisa paralela e independente que se transformaria num roteiro de longa metragem. Contudo, o curso dessas águas se encontraram e considerei aproximar esses dois mundos – o de Stella, o das babás e do cinema que venho produzindo de maneira autoral há mais de 10 anos.

Após muito empenho e trabalho, consegui em meados de 2022, uma verba para desenvolvimento de roteiro de longa metragem para o projeto de Stella do Patrocínio. Um recurso modesto que inicialmente previa apenas o levantamento de uma pesquisa para concepção do roteiro do longa e a realização de um teaser para no futuro tentarmos captar novos recursos para a filmagem do longa-metragem em homenagem a Stella. Contudo, no decorrer das pesquisas paralelas – a de Stella e das babás – que seguiam de maneira independentes, fui compreendendo que ambas se

reatoalimentavam de alguma forma e dialogavam intimamente. Ao final de 2023, após minha banca de qualificação, opto por realizar também um curta metragem mesmo com baixíssimo recurso, decido juntamente a uma equipe de amigas e amigos generosas/os a materializarmos Stella e seus falatórios-presenças no mundo. É importante ressaltar que toda equipe trabalhou por remunerações módicas, visto que o recurso que dispúnhamos não era destinado a produções de um filme - que abrange custos altos -, mas apenas para a escrita de um roteiro de longa. A partir desse cenário, gostaria de expressar minha eterna gratidão a cada profissional que acreditou e abraçou este filme ¹⁷.

O curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” foi roteirizado no final de 2023; pré-produzido e rodado em janeiro de 2024 e montado entre os meses de fevereiro e março. Em abril e maio do mesmo ano, fizemos a correção de cor e o desenho de som. De tal forma o filme ficou pronto a tempo de ser apresentado para a banca de defesa do mestrado como uma parte mais artística e poética da pesquisa, pois trata-se de uma tradução do que foi e teria sido Stella e tantas outras mulheres negras que adoecidas pelo trabalho doméstico e pelo racismo brasileiro foram aprisionadas nos manicômios e no estigma da loucura. Este filme é uma oferenda fílmica a Stella do Patrocínio e a todas as trabalhadoras domésticas do presente e do passado. Não posso deixar de agradecer à minha orientadora Janaína Damaceno que pacientemente e generosamente acolheu a mim aceitou postergar por duas vezes a data da entrega desta dissertação devido a esses anseios paralelos a uma escrita e entrega formal de dissertação.



Figura 23: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024

A pesquisa bibliográfica, documental e de imagens para a concepção do filme seguiu concomitantemente a do mestrado o que por vezes causou um certo atordoamento provocando até um pequeno atraso para a finalização da escrita da dissertação. No entanto, acredito que construir esse filme foi importante para materializar de forma concreta o falatório de Stella e também as

¹⁷ Ficha técnica do filme: Milena Manfredini (direção, pesquisa e roteiro); Juliana França (Stella do Patrocínio); Juliano Viana (Exu Orixá); Antoine d’Artemare (Fotografia); Renato Carlos (Assistência de câmera); Raquel Lazaro (som direto); fotografia still e montagem (João Araió); Andreza Ferreira (figurino); Ricardo Mansur (desenho de som).

fabulações que construía juntamente as babás em torno do que imaginávamos ao pensarmos nela. Quando citava Stella para as babás, fazia questão de apresentá-la de acordo com sua grandeza, da maneira como ela mesma se via e como eu também a vejo. Gestar esse filme foi uma declaração de amor não só a Stella, mas às mulheres que mesmo adoecidas por essa estrutura racista, sexista e desigual do trabalho doméstico encontram diferentes formas de resistir e existir criando para si mesmas mundos outros. Fabular uma Stella que caminha hoje livremente pelas ruas filmando, enunciando e gravando sua própria voz é algo que só o cinema é capaz de operar e essas imagens, quando apresentadas as babás - que são co-autoras desta pesquisa - foi como abraçá-las de alguma forma. Segundo Dália, babá de 21 anos e Tulipa de 18 - as trabalhadoras mais jovens entrevistadas para essa pesquisa - o filme as fez sentir mais conectadas à Stella e encorajou a sonhar com outras possibilidades de existência:

Conhecer a Stella me deu vontade de sonhar, de estudar, de ser artista como ela era. Ver uma mulher parecida com a gente que conseguiu ser poeta e artista, mesmo tendo sido babá e empregada doméstica me faz querer ser maior, grande como ela era. Esse filme e a Stella me fez querer tantas coisas... quem sabe até voltar a estudar (**Tulipa, babá, 2024**)

Depois que cê começou a trazer os textos da Stella eu comprei um caderninho e passei a rascunhar umas coisas. Fazia muito tempo que eu não escrevia sem ser aquela escrita de escola obrigada ou de lista de mercado. Eu tô com vontade de escrever e quem sabe ser poeta, professora ou artista. Ela escrevia tanta coisa que a gente hoje entende e sente. Como cê disse naquele dia eu acho que sou um pouquinho de Stella também (**Dália, babá, 2024**)



Figura 24: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024

“Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” é um filme que se ancora na palavra entoada de Stella e ainda hoje eternizada nos arquivos sonoros gravados por Carla Gagliardi entre 1986 e 1988. Construir o filme a partir do falatório de Stella era a premissa do projeto em respeito a sua existência e memória. Os arquivos sonoros, as transições dos diálogos e o livro “Reino dos bichos e dos animais é meu nome” foram os norteadores para a construção do roteiro do curta. Para mim era importante impregnar-me de Stella, respirar o ar que ela sopra a cada vez que a ouço e na reta final desta

dissertação passei a partilhar meu amor e devoção por Stella com as babás que escrevem junto comigo esta dissertação. O roteiro do filme foi se modificando até uma semana antes da filmagem porque a cada vez que me reconectava com Stella, sua voz-presença me revelava novas possibilidades de cenas. Foi desse modo que me ocorreu a ideia de criar o encontro de Stella com o Orixá Exu no filme, por exemplo. Num final de tarde de uma sexta-feira quente, depois de ouvir obsessivamente Stella por horas a fio dias seguidos, em casa sozinha, me chegou num sopro quente a ideia: Stella precisa encontrar Exu no filme, pois ela era/e/é uma grande cartógrafa e caminha(va) longas distâncias mapeando estados, cidades, bairros e ruas. Ou seja, se Stella é a mulher que desbrava lugares e encruzilhadas, esses espaços, no campo da espiritualidade são regidos por forças que para muitas/os é invisível, mas que para mim e Stella não¹⁸. Exu é o sentinela desses espaços e o mensageiro entre os mundos. E foi seguindo esse sopro quente que instantaneamente escrevi para Juliano Viana - amigo-irmão, grande ator, coreógrafo e bailarino -o convidando para essa nova empreitada.



Figura 25: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024

A voz de Stella - presente nos materiais de arquivos sonoros - conduziu a abertura de cada cena do roteiro, guiou as diárias de gravação, a montagem e a busca pelas imagens de arquivo. Para mim era muito importante imprimir no filme os deslocamentos geográficos de Stella pelos bairros da Zona Sul do Rio - trajeto este conhecido intimamente por Stella devido ao seu trabalho em casas de família e também pelas babás que escrevem este trabalho comigo - igualmente seu deslocamento pelos estados. Stella amava a liberdade, caminhar e percorrer o mundo - em seu falatório ela enumerava os lugares que percorreu, inclusive, uma das primeiras cenas que abri no roteiro foi de imagens de estrada, de Stella se relacionando com o mundo em suas pesquisas enquanto cartógrafa.

O trabalho doméstico também era uma temática significativa a qual não podia ser abandonada visto que Stella não esquecia de seu passado e as violências implicadas no ofício que ela e sua mãe desempenharam antes de serem sequestradas e psiquiatrizadas. Stella se recordava dos

¹⁸ Conjugo Stella no tempo presente propositalmente, pois Stella vive dentro de mim e dentro de cada pessoa que permite ser afetada/o por sua voz-presença

sobrenomes das famílias de seus antigos patrões e do quanto foi obrigada a exercer essa função sendo “domesticada” - para o serviço doméstico - mesmo concluindo seus estudos, ou seja, tendo uma formação e outros anseios de profissão. Partindo dos vestígios deixados por Stella, busquei imagens de arquivos de babás nos acervos, o que tornou-se uma empreitada hercúlea, visto que existe um regime de invisibilidade das presenças negras em geral - em especial dessas trabalhadoras nos arquivos. O único fragmento encontrado e incorporado no filme, trata-se de uma babá ainda adolescente, de pele retinta, que sentada de frente a uma praia no Rio de Janeiro tem sobre seu colo o peso de uma criança branca que tem quase o seu tamanho e invade seu espaço. A criança em questão reclina seu corpo e seu peso por sobre a jovem babá que encara o cinegrafista e a nós. Seu olhar é como uma flecha do tempo a revolver o passado colonial que alicerça as bases deste país.



Figura 26: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024



Figura 27: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024

A discussão em torno do adoecimento provocado pela experiência manicomial é presente no falatório de Stella, muito embora Patrocínio recuse o uso da palavra “loucura” ao referir-se ao seu diagnóstico, preferindo chamar de “doença mental”, rejeitando desse modo qualquer associação àquela arquitetura de horror a qual fora lançada. Um trecho que manifesta essa recusa, entre vários outros, é o poema abaixo (ZACHARIAS, 2020):

Eu estava com saúde
 Adoeci
 Eu não ia adoecer sozinha não
 Mas eu estava com saúde
 Estava com muita saúde
 Me adoeceram
 Me internaram no hospital
 E me deixaram internada
 E agora eu vivo no hospital como doente

(MOSÉ, 2001, p. 51).



Figura 28: Frame do curta “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” - 2024

Stella foi sequestrada e carregada para onde eram encaminhados “os casos incuráveis” e considerado “o terror das internadas”, segundo a escritora Maura Lopes Cançado, em seu livro *Hospício é Deus*, lançado em 1965, escrito enquanto permaneceu internada no hospital psiquiátrico Gustavo Riedel, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2024):

Fica em Jacarepaguá e contam atrocidades acontecidas lá. [...] Cercada de matas espessas, as doentes fugitivas são comidas por animais ferozes, contam. Composta por vários hospitais, homens e mulheres, velhos, imundos, comida infame, camas sujas com percevejos e outros bichos, muitos doentes dormem no chão, sobretudo apanham muito. Não se faz tratamento nas doentes por se considerá-las irrecuperáveis. Várias aparecem grávidas. Os pais das crianças são, geralmente, os próprios funcionários” (CANÇADO, 1965)

Desse modo, um dos eixos do filme “Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” precisava abarcar o terror da colônia que era implacável em produzir doentes como Cançado bem diferenciou a loucura da doença mental - de algum modo como Stella também o fez: “O número de doentes é grande e poucos são os loucos” (CANÇADO, 1991, p. 27). Mobilizo materiais de arquivo da Colônia Juliano Moreira para imprimir minimamente nas imagens o que foi o aprisionamento em massa de pessoas negras, operado pelas instituições psiquiátricas brasileiras num país profundamente racista.

“Stella do Patrocínio e a gênese da poesia” é um filme que busca homenagear uma mulher atemporal, que abriga em si muitas ancestrais e que nunca deve ser esquecida, assim como as trabalhadoras domésticas retratadas neste estudo e as que vieram antes de nós. Por elas e para elas este filme e esta dissertação são ofertados enquanto um exercício que trafega nas confluências do cinema, das artes visuais e da antropologia. Que Stella continue ecoando suas vozes-presenças e que possamos rememorar-la e também não esquecer as mulheres negras que nos antecederam sobrevivendo ao trabalho doméstico e que abriram caminhos para que nós hoje aqui estivéssemos. Que a poética de Stella continue abrindo fendas do tempo para que possamos ser nutridas pelo seu falatório-exusíaco que embaralha temporalidades e encurta distâncias.

3.5. Amas de leite e babás pelas lentes do cinema

“Quem filma não se ausenta por completo do resultado da obra e nela deixa marcas e traços muitas vezes imprevistos”.

(SOUTO, 2019, p. 133)

Desde o início do século XXI, diversos filmes latino-americanos e brasileiros têm colocado a empregada doméstica como personagem central de suas histórias. De acordo com Deborah Shaw (2017), essa tendência é vista como um novo tema importante no cinema latino-americano recente, buscando abordar as desigualdades sociais e nacionais através das relações íntimas do cotidiano entre padrões e empregadas no ambiente doméstico. Alguns exemplos desses filmes são: *O pântano* (Lucrecia Martel, Argentina, 2001); *A teta assustada* (Claudia Llosa, Peru, 2009); *O menino-peixe* (Lucía Puenzo, Argentina, 2009); *A criada* (Sebastián Silva, Chile, 2009); *Recife Frio, O som ao redor e Aquarius* (Kleber Mendonça Filho, 2009, 2012 e 2016); *Babás* (Consuelo Lins, 2010); *Trabalhar cansa e As boas maneiras* (Juliana Rojas e Marco Dutra, 2011 e 2018); *Doméstica* (Gabriel Mascaro, 2012); *Do outro lado da cozinha* (Jeanne Dosse, 2013); *Casa grande* (Fellipe Barbosa, 2014); *Que horas ela volta?* (Anna Muylaert, 2015); *Travessia* (Safira Moreira, 2017) e *Roma* (Alfonso Cuarón, México, 2018).

De acordo com Mariana Souto (2016, p. 35), ao criar um corpus a partir de uma coleção de filmes, ela propõe uma abordagem denominada por ela como constelação fílmica. Nesse método, a "leitura constelar se caracteriza pela liberdade de estabelecer ligações entre partes dispersas". Souto explica que o corpus organizado gera uma tensão entre aspectos específicos e a totalidade. É essencial analisar individualmente cada filme para captar detalhes particulares da obra e, ao mesmo tempo, distanciar-se para visualizar a coleção como um todo. Ao agrupar os filmes, torna-se possível observar suas interações mútuas e as relações que surgem, influenciadas pela iniciativa da pessoa que os reuniu ou pelas próprias conexões entre os objetos (SOUTO, 2016).

Nesta seleção especial de filmes, optamos por seis produções cinematográficas brasileiras: *Babás*, *Do outro lado da cozinha*, *Que horas ela volta?*, *Aquarius*, *As boas maneiras* e *Travessia*. A escolha

foi baseada no fato de que todos eles abordam a questão do trabalho das babás e a forma como são representadas, especialmente o estereótipo da "mãe-preta", presente em cada um desses filmes, de maneiras únicas.

A película *Babás* apresenta a visão pessoal de sua diretora sobre a representação das babás no Brasil, desde o fim do século XIX até os dias atuais. A cineasta destaca o trabalho dessas profissionais que cuidaram de suas próprias crianças e também entrevista outras para explorar suas experiências. A obra começa com a imagem de uma mulher negra segurando um bebê branco em seus braços, provocando reflexão sobre a diversidade brasileira e examinando como essas trabalhadoras são retratadas em registros públicos e arquivos pessoais. Por meio da análise de imagens históricas, o documentário busca entender as relações atuais entre empregadores e empregadas domésticas, além do papel que desempenham na dinâmica íntima da família dos patrões.

Do outro lado da cozinha, de Jeanne Dosse, é um documentário em primeira pessoa que retrata a visita da cineasta à sua antiga babá. O filme traz à tona memórias do passado. Em meio a algumas imagens de arquivo pessoal, há uma fotografia em que Zelita, sua antiga babá, está ao fundo com um avental azul. Não é possível vê-la com nitidez e destaque, pois está parcialmente oculta pela avó da cineasta, que traça um vestido branco. A foto mostra um evento familiar em que os membros se reuniram e parecem estar posando para outra câmera, já que quase todos estão olhando na mesma direção. Pela disposição das pessoas na foto, é possível inferir que Zelita foi capturada acidentalmente na imagem. Assim como tantas outras babás registradas ocasionalmente nos arquivos domésticos brasileiros e apresentadas por Lins em sua película.



Figura 29: Frame do filme *Babás* (Consuelo Lins, 2010)



Figura 30: *Do outro lado da cozinha* (Jeanne Dosse, 2013)

Consuelo Lins e Jeanne Dosse ocupam uma posição ambígua como realizadoras/patroas/e/filha da patroa - em se tratando de Dosse -, figurando em relações contratuais que as transformam em personagens do filme, ou seja, ambas são lançadas no centro da história sem chance de manter distância ou neutralidade. As interações sociais que investigam são aquelas das quais participavam pessoalmente - Lins enquanto aquela que contrata o serviço da babá e Dosse que é cuidada por uma babá que é remunerada por sua mãe para tal (SOUTO, 2016).

Os filmes *Babás* e *Do outro lado da cozinha* retratam trabalhadoras que atuam nas residências de empregadoras de classes sociais média e alta, gerando interações que tornam difusas as fronteiras entre o espaço público e privado, entre vida profissional e pessoal, assim como entre formalidade e intimidade. Segundo Carla Barros (2007), a intimidade pode amenizar as dinâmicas de poder, porém também tem o potencial de confundir expectativas, levando os envolvidos a se sentirem em posição incerta, sem clareza sobre seus direitos e responsabilidades – a recorrente expressão “ela é quase da família” evidencia não apenas uma dissimulação, mas está intrinsecamente ligada à própria formação da ambiguidade e à complexidade dessas interações fundamentadas em uma dependência mútua. Enquanto desfaz a seriedade e suaviza comandos, a intimidade emocional esconde as diferenças de poder e encobre atitudes autoritárias. Com frequência, a interação com essa alteridade é marcada por um intenso desconforto, medo ou paranoia – o perigo do estranho de classe que está presente dentro da própria casa (SOUTO, 2019).

No filme de ficção *Que horas ela volta?*, Jéssica (Camila Márdila) chega a São Paulo vinda de Pernambuco para prestar exame vestibular. Ela fica na casa dos patrões de sua mãe, Val (Regina Casé), empregada doméstica e no passado babá para esta mesma família. A presença de Jéssica na casa desencadeia os conflitos da história, pois o ambiente estava artificialmente tranquilo antes dela chegar. A presença de Jéssica desestabiliza a falsa harmonia presente nas relações de poder entre patrões e empregadas. Jéssica possui um olhar curioso, agitado, que questiona e desnaturaliza tudo o que é considerado normal. Suas ações desafiam as normas enraizadas nas relações da residência e perturbam os donos, exigindo que eles se esforcem para justificar e expressar diversas desigualdades e restrições implícitas como por exemplo: Por qual motivo não pode dormir no quarto de hóspedes? Por que é impedida de entrar na piscina? Por que não pode comer do mesmo sorvete de Fabinho? Por que não pode circular pela área social da casa? A presença de Jéssica altera as relações de poder previamente estabelecidas entre empregadores e empregados. Numa das sequências do filme que demarca a cisão entre patrão e empregada é a que o patrão Carlos (Lourenço Mutarelli) mostra a Jéssica uma fotografia na qual sua mãe aparece. Enquanto a família empregadora posa para a foto desfrutando de um momento de lazer à beira da piscina, Val, vestida com o uniforme de babá, segura uma mangueira de jardinagem ao fundo da imagem. Em destaque estão Carlos e Fabinho, quando pequeno, acompanhados por duas meninas e um cachorro. Essa cena apresenta a hierarquia presente no trabalho doméstico e a falácia do discurso de que as empregadas são como se fossem da família.



Figura 31: Frame do filme *Que horas ela volta?* (2015)



Figura 32: Frame do filme *Que horas ela volta?* (2015)

Aquarius, filme de ficção dirigido por Kleber Mendonça Filho, narra a vida de Clara (Sônia Braga), uma jornalista que reside em um apartamento que é alvo de disputa por parte de uma empresa imobiliária. Clara ocupa o último imóvel do edifício e é pressionada a vender sua propriedade. A película difere dos demais por não ter o tema do trabalho doméstico como pauta principal. Em alguns momentos da trama, a relação entre Clara e suas empregadas é abordada de forma secundária, servindo como pano de fundo para compor a construção da protagonista e suas contradições. Na metade do filme, durante um encontro com a família na sala de Clara, os parentes de diferentes idades se reúnem: o sobrinho com sua noiva, a cunhada e o irmão, em busca de fotos para o casamento do filho. A cada álbum aberto, memórias são revividas. Uma das fotografias revela o falecido marido de Clara com um dos filhos, ao lado de uma mulher negra trajando uniforme branco ao fundo. Embora não seja possível distinguir seu rosto claramente, os sinais expressam sua identidade: a vestimenta branca, o lenço sobre a cabeça e os ombros curvados denotam seu papel como empregada/babá na casa da família. Clara vira-se para seu irmão e pergunta: "Reconhece essa mulher? Como era mesmo o nome dela?" A babá tem os braços esticados em direção ao bebê e a boca aberta, como se estivesse falando com a criança. Parte da cabeça e das costas da babá estão fora de foco na imagem. Clara tenta lembrar o nome da trabalhadora, menciona que ela era excelente cozinheira, mas que acabou roubando as joias de sua mãe. Ao que sua cunhada responde: "É, mas é inevitável. A gente explora elas, elas roubam a gente de vez em quando e assim vai, né?". Instantes depois Clara recorda-se do nome da trabalhadora: Juvenita.

Durante a noite, Clara sonha com Juvenita, vestida de branco enquanto lava a louça em silêncio. Ao terminar o trabalho, a trabalhadora se encaminha em direção à câmera, entra no quarto onde Clara dorme e retira uma caixa de joias do armário. Senta-se na cama, abre a caixa e pega um colar e brincos de pérolas e os olha fixamente. Enquanto isso, Clara a observa deitada, como se estivesse imobilizada. Juvenita retorna do passado para o presente, escapando dos contornos da fotografia e assumindo uma forma concreta no tempo presente.



Figura 33: Frame do filme Aquarius (2016)

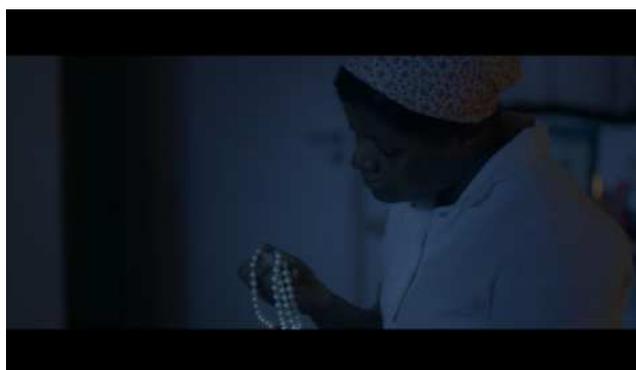


Figura 34: Frame do filme Aquarius (2016)

Nas fotografias de família presentes em "Do outro lado da cozinha", "Que horas ela volta?", "Aquarius" e em algumas fotos de "Babás", a presença discreta e quase invisível das trabalhadoras domésticas evoca uma sensação de espectros. De acordo com Esther Peeren (2014), o termo "espectro" remete a algo visível que causa terror. Para a autora, a ideia de spectralidade não se limita

apenas aos fantasmas do passado que assombram o presente, mas também contempla os fantasmas vivos que são gerados no presente. A representação das empregadas domésticas como seres sombrios, vivendo nas sombras, sem traços nítidos, pode causar perturbação. As babás nas fotos estão em segundo plano em comparação com a família, quase como fantasmas sem contorno. Segundo Souto aponta:

A ideia do vulto é sintomática de certa relação com a alteridade que se constroi nos filmes. Ela não se relaciona somente ao sobrenatural, mas à descorporificação do outro e, portanto, à sua incapacidade de falar, de se expressar, de ser. O outro é reduzido a um vestígio, um rastro, uma sombra. O vulto pode funcionar como anúncio de morte, um mau agouro, um perseguidor. A figura da sombra personifica tudo o que o sujeito não reconhece em si e sempre o importuna, direta ou indiretamente. (SOUTO, 2016, p. 178–179)

As boas maneiras é um longa-metragem dividido em duas partes, sendo a primeira focada na relação entre Ana (Marjorie Estiano), uma mulher branca, de elite, grávida, e sua babá Clara (Isabél Zuaa), uma mulher negra retinta, oriunda das camadas populares. Ana encontra-se excluída da família por ter traído seu noivo e engravidado, enfrentando uma gestação repleta de complicações e pesadelos. Com alguns poucos meses até o parto, Ana inicia sua busca por uma babá para a criança e é desse modo que conhece Clara. Os saberes técnicos de enfermagem de Clara foram os motivos que levaram Ana a contratá-la. O serviço, inicialmente circunscrito aos cuidados do recém-nascido, sofreu mudanças e Clara se vê obrigada a atuar enquanto empregada doméstica - acumulando funções. Por conta da necessidade financeira, ela acaba concordando com a situação. Conforme os dias se passavam, Clara nota uma mudança no comportamento da sua patroa, principalmente durante as noites de lua cheia. Sonâmbula passa a procurar carne fresca em noites de lua cheia. Entre Ana e Clara desenvolve-se um relacionamento amoroso marcado por dualidades, onde a babá se entrega emocionalmente, mesmo mantendo-se submissa à patroa. Quando Ana falece no parto, seu bebê literalmente rompe suas entranhas ao nascer: um lobisomem. Clara, salvando o recém-nascido cujo cordão umbilical estava enrolado em sua garganta, opta por criá-lo em casa e o nomeia Joel conforme a escolha prévia de Ana. Na segunda parte do filme se passam sete anos. Clara agora trabalha em uma farmácia e Joel é um garoto diferente dos demais, sendo proibido de sair durante as noites de lua cheia ou consumir carne. Para evitar contratemplos, Clara o acorrenta e o tranca próximo às suas transformações mensais. Assim que amanhece, ela corta seus pêlos densos e corta suas unhas na tentativa de manter segredo e preservar a vida do menino.

Após a apresentação do filme, um pouco mais extensa por se tratar de um longa metragem ficcional, vamos revisitar algumas cenas para analisar o relacionamento entre a trabalhadora Clara e Ana, sua empregadora que posteriormente torna-se sua amante. Vamos nos concentrar especialmente na primeira parte do filme, quando Clara atua enquanto babá e empregada doméstica. A cena inicial do longa nos apresenta Clara chegando ao prédio de Ana para uma entrevista de emprego. O ambiente parece tenso desde o início. Podemos sentir a personagem nervosa esperando para entrar, enquanto a voz de um porteiro a orienta a usar o elevador de serviço. A entrevista em si ocorre de maneira um tanto desconfortável, com Clara demonstrando insegurança e relutância em fornecer referências de seus trabalhos anteriores.

Ana explica que está precisando de alguém para dormir no emprego e ajudá-la com todas as tarefas domésticas, como cozinhar. Imediatamente, Clara questiona se a contratação não era somente para o posto de babá. Ao que a empregadora esclarece que seria temporário e promete a contratação de outra funcionária após o nascimento do filho, mas precisa de auxílio imediato devido ao tamanho da casa. A promessa de uma nova contratação não se cumpre assim como a de ajudar, visto que em nenhum momento do filme Ana executa qualquer serviço doméstico, deixando que todas as responsabilidades recaiam sobre Clara como: fazer compras, limpar a casa, fazer comida e pintar o quarto do bebê.

Certa noite, Ana revira a geladeira em busca de carne fresca, enquanto Clara tenta impedir. A trama sugere que a patroa está em transe, mas é revelador o fato de que ela agride a empregada. Inicialmente com gestos discretos, evoluindo para beijos e culminando em mordidas e arranhões. O assédio sexual e violência sofrida por Clara fazem alusão aos abusos históricos enfrentados por mulheres trabalhadoras. Apesar de consentir de certa forma com os avanços da patroa, Clara segue realizando suas tarefas domésticas, mantendo uma relação marcada pelo esquecimento da patroa no dia seguinte após o transe e pelo afeto e submissão de Clara.



Figura 30: Frame do filme Boas Maneiras, 2018



Figura 31: Frame do filme Boas Maneiras, 2018



Figura 32: Frame do filme Boas Maneiras, 2018



Figura 33: Frame do filme Boas Maneiras, 2018

O filme romantiza a ligação entre as personagens, a situação de assédio enfrentada pela babá e os frequentes cortes que Clara faz em si mesma para satisfazer a patroa com seu próprio sangue. Isso evidencia uma entrega total e absoluta por parte de Clara para com sua empregadora. A relação

entre babá e patroa sofre uma transformação no filme com a morte de Ana e a adoção da criança, da qual Clara assume o papel de mãe. Seu sacrifício em amamentar, mesmo não sendo a mãe biológica da criança, nutrindo-a com seu próprio sangue nos remete ao passado das amas de leite tão longamente descrita nesta dissertação. Enquanto Clara doa seu sangue para o bebê-lobisomem é expressado o simbolismo de dedicação marcada pela dor e pelo fardo que ela e tantas outras mulheres carregaram.

No sexto e último filme da lista de obras cinematográficas selecionadas para este estudo, chegamos ao importantíssimo *Travessia*, curta-metragem dirigido pela cineasta baiana Safira Moreira. O filme é inspirado na reflexão sobre o apagamento histórico da população negra. O curta inicia com fragmentos de uma fotografia em preto e branco de uma mulher negra segurando um bebê branco em seu colo, olhando diretamente para nós, espectadores. No verso da fotografia, há uma anotação à mão acompanhada da seguinte legenda: "Tarcisinho e sua babá. Dias D'Ávila, 15-11-63". O cenário parece ser uma casa, com paredes ao fundo. Em volta da babá, percebem-se plantas e um pequeno caminho. Dias D'Ávila, local descrito no verso da fotografia, fica a 50km de Salvador e, nos anos 1960, era um destino de férias frequentado pela elite baiana. Enquanto mergulhamos nos fragmentos da imagem de Tarcisinho e sua babá, somos embalados por um poema de Conceição Evaristo recitado pela irmã da cineasta, a bailarina e pesquisadora Inaê Moreira.

A imagem da trabalhadora não nomeada se mescla com as lembranças da bisavó de Moreira. O retrato da "babá de Tarcisinho" revela a marginalização de sua memória ao não lhe conferir dignidade através de um nome, assim como ocorreu nos registros fotográficos das amas de leite apresentados no primeiro capítulo desta dissertação. A análise dessa imagem nos remete à tradicional falta de registros fotográficos das famílias negras no Brasil - algumas mulheres negras deste grupo, muitas vezes foram registradas por famílias brancas, exercendo serviços domésticos e retratadas como figurantes ou numa posição fantasmagórica igualmente demonstrada na análise fílmica das obras acima analisadas.



Figura 34: Frame do filme *Travessia* (2017)

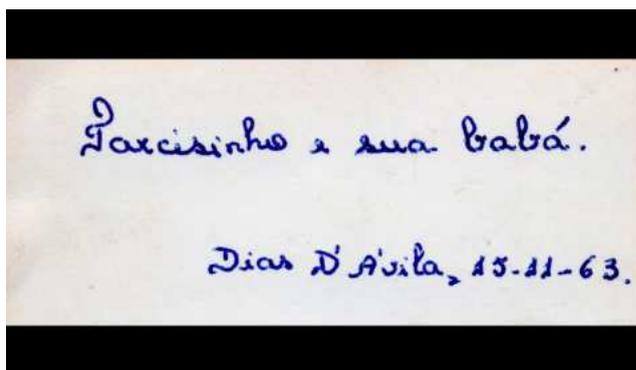


Figura 35: Frame do filme *Travessia*(2017)

Safira Moreira realiza um filme que representa uma investigação sobre aquelas que foram sistematicamente excluídas dos registros fotográficos e da narrativa histórica. Esse gesto não tem o objetivo de corrigir a ausência do nome e da história da mulher negra em questão, cuja identidade se resume apenas à sua função no ambiente de trabalho. No entanto, Moreira realiza um importante

gesto ao inserir na história a imagem dessa trabalhadora, que teve seu nome negado. O documentário *Travessia* nos convoca a mirarmos seus olhos, seu corpo e seus movimentos ao carregar o menino branco. Ao ser trazida para o filme, por intermédio da captura desta fotografia antes esquecida e descartada pela família de Tarcisinho, podemos nos conectar com essa ancestral do futuro, que representa muitas de nós e que poderia ser nossa bisavó, avó, mãe ou tia.

3.6. Imagens das Amas de leite e babás ressignificadas pelas artes visuais

As amas-de-leite, conhecidas como mães pretas, exerceram uma profunda influência na história da vida privada no Brasil. Atualmente, as circunstâncias ligadas ao trabalho doméstico, majoritariamente desempenhado por mulheres negras, ainda refletem características escravistas do período colonial. De acordo com a pesquisadora Alecsandra Matias de Oliveira (2023), nessa época, para os afazeres íntimos e sensíveis, as escravizadas mais higienizadas, robustas e com menos traços africanos eram selecionadas nas senzalas ou então as negras "perfeitas" eram alugadas ou vendidas em anúncios de jornais. Essas mulheres eram consideradas mercadorias caras e desempenhavam funções maternas de certa forma, já que cuidavam das crianças brancas desde a amamentação até os cuidados na infância. Essa dinâmica cruel escravizou o corpo e o afeto dessas amas, num contexto complexo que fundiu opressão e relações familiares. As imagens das amas-de-leite negras são bastante conhecidas, sendo registradas entre meados do século 19 e início do século 20 como brevemente apresentada no início desta dissertação, por intermédio da técnica fotográfica - presentes na coleção Francisco Rodrigues (Fundação Joaquim Nabuco, Recife – PE) fonte de pesquisa consultada e incorporada neste estudo.

Renata Felinto, artista visual e pesquisadora, evoca e ressignifica as imagens de mulheres escravizadas que não podiam ser donas de suas vidas e tampouco de suas imagens registradas. Em sua obra-performance *Axexê da negra ou o descanso das mulheres que mereciam ser amadas* (2017), Felinto realiza um rito simbólico e poético em homenagem a todas as mulheres negras que atuaram como amas e mães de brancos/as pertencentes à elite escravocrata durante o período colonial e imperial no Brasil, enterrando-as após reverenciá-las em fotografias. O *Axexê* representa uma cerimônia fúnebre extremamente realizada para um praticante do candomblé que veio a falecer, na qual o ritual de iniciação dessa pessoa é desfeito. Desse modo, ocorre a dessacralização do corpo antes considerado sagrado, que inclui a devolução dos objetos pessoais da pessoa iniciada utilizados nos rituais, acompanhado de músicas, danças, consulta ao Jogo de Búzios, remoção ou permanência de assentamento, banhos e outras práticas (OLIVEIRA, 2023).

Retomando a performance, Felinto relembra-se todas as amas de leite, inspirando-se em um ritual do candomblé no qual, após a morte do iniciado, a espiritualidade é libertada por meio desse rito de passagem. Dessa forma, são sepultadas as fotos das amas de leite conhecidas por nós e também uma cópia da obra *A negra* (1923), de Tarsila do Amaral, para libertar todas as mães negras que experimentaram essa condição. Simultaneamente, o ritual também liberta as filhas das amas que,

de certa forma, continuaram a servir os filhos da elite brasileira. No *Axexê da negra ou o descanso das mulheres que mereciam ser amadas* enterra-se esse passado de violência.

Segundo Oliveira (2023), a obra *A negra* (1923), de Tarsila do Amaral, se tornou um desafio artístico. Isso ocorre porque a obra apresenta várias questões que necessitam ser discutidas, incluindo: a negação da humanidade e da identificação da figura representada; a enfatização de atributos ligados ao trabalho, como o seio mais proeminente, remetendo à sua função como ama-de-leite. Além disso, Tarsila exagera nos traços físicos de sua modelo, como o nariz negroide, pés e mãos avantajados e cabeça pequena contribuindo para a estigmatização deste corpo.



Figuras 36, 37 e 38: *Axexê da negra ou o descanso das mulheres que mereciam ser amadas*, 2017, Renata Felinto

Ainda na discussão sobre amas-de-leite, Rosana Paulino concebe a série intitulada *Ama de leite* analisa a relação obscura entre a ama de leite e o bebê que não é seu filho. É um laço no qual existe proximidade e é inteiramente permeado por emoções, incluindo a dinâmica concreta de submissão e servidão (DIONÍSIO; SUGAWARA, 2018). Ao descrever o objetivo de sua pesquisa com a série, a artista menciona que desejava compreender como o corpo feminino negro se tornou relevante no contexto da escravidão, sendo tratado como um recurso útil e subserviente, e quais impactos desse cenário reverberam na sociedade atual:

O projeto, iniciado alguns anos antes do início do mestrado através de desenhos e que posteriormente ganhou companhia de esculturas e instalações, procura investigar a importância das mulheres negras no período escravocrata bem como a herança que estas primeiras negras legaram não somente às negrodescendentes, mas também ao país. *Ama de Leite* despertou também minha atenção para as origens de uma ligação quase simbiótica entre o elemento negro feminino e a ocupação de um local social servil simbolizado pela passagem, no imaginário social, dos papéis de ama-de-leite à babá, da mucama à empregada doméstica ocupado, ainda hoje, pelas mulheres negras na sociedade brasileira. (PAULINO, 2011, p. 58).

De acordo com Oliveira (2012), é possível observar cada vez mais em seu trabalho artístico a emergência de um aspecto narrativo e autobiográfico, à medida que suas origens se tornam mais claras. Com essa abordagem carregada de narrativas pessoais, como podemos observar em Paulino, tais imagens se configuram como uma maneira de resistir ao esquecimento da nossa história.

A leitura pessoal das memórias se contrapõe à amnésia e a apatia que o oferecimento frequente de informações acarreta na cultura atual. Nesse contexto, surgem criações plásticas impregnadas de africanidade ou que valorizam uma poética afrobrasileira (pertencente a artistas negros e não-negros) que se valendo dos signos, cores, materiais e motivos da tradição africana criam novos léxicos. (OLIVEIRA, 2012, p. 37).



Figura 39: Obra Ama de Leite, (2005)



Figura 40: Detalhe da instalação Amas de Leite, (2009)

Seguindo na esteira deste debate, a obra *Supernanny* (2016), do artista Alberto Pereira, apresenta a imagem de Anastácia, personagem muito conhecida no folclore brasileiro, associada à devoção. Trata-se da representação de uma mulher negra com um objeto de tortura na boca que a impede de falar, comer ou beber. A figura da Anastácia tem suas origens na litografia "Castigo de Escravos", criada por Jacques Etienne Arago (1839) também mencionada nesta dissertação. No lambe-lambe de Alberto, a figura da Anastácia é revisitada como uma babá que empurra um carrinho de bebê, elaborando assim uma conexão com resquícios da escravidão na sociedade atual.



Figura 41: Supernanny, Alberto Pereira, 2016



Figura 42: Obra Supernanny, Alberto Pereira, MAR, 2021

Fechando o ciclo de obras selecionadas para essa discussão em torno da ressignificação das amas de leite e babás pelas artes visuais, em *A Babá quer Passear* (2017), um carrinho é estacionado em ruas, praças e no meio de transeuntes com a atriz, performer e dramaturga Ana Flavia Cavalcante dentro de um carrinho, preso a ele um balão, com os seguintes dizeres: “a babá quer passear”, um convite para que o público a leve para passear, da forma e pelo trajeto que desejar. O objetivo da iniciativa é promover um debate sobre a invisibilidade das empregadas domésticas no Brasil, baseada em uma cena diariamente vista nas áreas elitizadas: uma mulher negra, trajando branco, conduzindo um carrinho com uma criança branca.

Cavalcante fica dentro do carrinho à espera do passeio vestida de branco - referência aos trajes das babás. O carrinho somente se move caso alguém deseje conduzi-lo para um passeio. Quando é convidada a passear, a performer faz algumas perguntas para quem a leva, como: "Seu filho ou filha tem uma babá?", "Essa babá está bem?", "Ela tem sonhos?", "Do que ela mais gosta de comer?", "Sua babá quer passear?". Em palestras, a artista explica como se originou o projeto. Cavalcante narra que certa noite sonhou com um carrinho de bebê gigante e na cor de rosa. Permaneceu intrigada durante algum tempo até que decidiu investir na construção do objeto cênico. Pediu a um amigo cenotécnico para construí-lo e desde 2017 vem se apresentando em diferentes estados, países e espaços culturais nacionais e internacionais.

A atriz, que exerceu o ofício de babá na adolescência e também é filha de uma mulher negra, que trabalhou a vida toda como doméstica, babá e faxineira, revela que passou muitos anos acompanhando a mãe no trabalho e essa temática sempre a inquietou. Nas palavras de Cavalcante: *“Costumo dizer que não tenho nenhuma crítica ao trabalho [doméstica] em si. Minha luta é para melhorar as condições desse trabalho. Não só com direitos trabalhistas, mas principalmente pela transformação do status social de um doméstico”*.



Figura 43: Registro da performance *A Babá quer Passear*, Ana Flavia Cavalcante, 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Figueiredo (Bernardino-Costa, Figueiredo, Cruz, 2011, p. 114), as categorias como gênero, raça e classe "são naturalizadas, formando diferentes eixos de subordinação tornados tão comuns que somos levados a crer que são imutáveis e, como tais, têm sido úteis para a manutenção do discurso que normatiza as históricas desigualdades sociais". Dessa forma, sem uma abordagem interseccional, observa-se um obscurecimento da escravidão, de suas figuras e impactos prolongados em nosso processo social. Ao refletirmos a condição das babás, notamos as convergências de opressões entre raça, classe e gênero que são resquícios das relações coloniais e que permeiam a existência dessas mulheres atravessadas por estas intersecções - conceito cunhado pela intelectual Kimberlé Crenshaw (2004). Suprimir o conhecimento desse grupo oprimido e de suas ideias impossibilita que estas contem suas próprias narrativas, oprime dialeticamente suas experiências e existências.

Consoante com Luiza Bairros (1995), adotar uma abordagem feminista nos ajuda a compreender a vivência da opressão e possibilita uma melhor compreensão das experiências das mulheres negras no Brasil, levando em consideração as intersecções entre raça e gênero, assim como reconhecendo o trabalho doméstico como uma fonte válida de sabedoria. Dessa forma, a posição ocupada pelas trabalhadoras domésticas assume um papel especial ao oferecer "permitiu a mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso", o que permitiu "uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante" (Bairros, 1995, p. 462).

Invoco o pensamento de Patricia Hill Collins para afirmar que, assim como as empregadas domésticas são consideradas "quase parte da família", as excluídas internas que observam de perto a estrutura da supremacia branca nas grandes residências, as quais, seguramente, não fazem parte da família (do contrário receberiam herança); as mulheres negras acadêmicas são consideradas "quase intelectuais", transitando entre estar dentro e fora da universidade e de outras instituições, sem receber a mesma legitimação que os brancos, mesmo possuindo os mesmos títulos.

Mesmo sob a ótica feminista, a presença da babá tende a ser pouco pesquisada. É preocupante o silêncio que envolve esse tema, assim como é impactante como as representações que aprisionam mulheres negras persistem ao longo do tempo, perpetuando o capitalismo, o racismo e o sexismo por meio da invisibilidade. Por essa razão, torna-se essencial realizar esse estudo. Esta pesquisa buscou estabelecer uma co-autoria com as babás, sendo construída e desenvolvida a partir de suas próprias narrativas. O período que partilhamos foi essencial para a elaboração desta dissertação de mestrado. Cada capítulo deste estudo reflete a participação das onze trabalhadoras. Suas contribuições foram fundamentais, sem elas este estudo não seria possível. A elas sou profundamente grata.

Busquei ao máximo trazer as entrevistas das babás para o centro do debate, pois todos os indícios do passado escravista estavam presentes em suas narrativas. Optei por preservar o pretuguês,

presente na fala de várias trabalhadoras entrevistadas, envolvendo algumas possíveis consequências negativas. No entanto, assumir o ato de suas falas com inteireza era crucial. De acordo com o legado conceitual de Lélia Gonzalez, compreendemos que o pretuguês destaca os vestígios da africanização presentes nos idiomas coloniais, manifestos não apenas na música, nas crenças e nas narrativas das histórias silenciadas.

A presente pesquisa se organizou em três partes e todas elas surgiram a partir das observações e das narrativas das babás, são elas: a obrigatoriedade do uniforme branco; a transferência da maternidade, que historicamente é feita pelas mulheres brancas; a separação forçada de seus próprios filhos; os abusos físicos e emocionais cometidos por seus empregadores; o sofrimento e isolamento resultantes da impossibilidade de vivenciarem plenamente seus laços afetivos; os problemas psicológicos decorrentes do serviço doméstico e a persistência em serem destinadas às mesmas funções herdada de gerações anteriores. As experiências das babás evidenciam que o corpo marcado pela raça e pelo gênero sempre esteve no cerne das relações de poder, mantendo intacta a influência colonial. Atualmente, elas se veem aprisionadas em um contexto moderno com poucas opções, onde as estruturas sociais dificultam sua libertação do papel de submissão imposto.

Um aspecto relevante a ser ressaltado nessas observações finais é o fato de que a própria existência dessas onze trabalhadoras, que diariamente lutam para sustentar suas famílias e filhos, já configura um ato político. Muitas delas vislumbram rotas de fuga do trabalho doméstico, se não para elas, mas com toda certeza para seus filhos. Todas as trabalhadoras que são mães defendem a importância de investir, ainda que com recursos módicos, na formação educacional de seus filhos. Testemunhar essas pequenas revoluções me fez refletir sobre as mulheres da minha família que vieram antes de mim e aquelas que ainda estão presentes. Ao longo do tempo, caminhos foram traçados com astúcia e sabedoria por essas mulheres que muitas vezes, mesmo estando no quarto de empregada, vislumbraram um mundo diferente para nós. Na condição de filha, neta e ex-babá - atuante por menos tempo se comparado com as trabalhadoras retratadas nesta pesquisa - reconheço o poder político dessas mulheres.

Como já visto anteriormente, este estudo está diretamente ligado ao desenvolvimento do curta metragem "Stella do Patrocínio e a gênese da poesia". Senti-me motivada a realizá-lo a partir da discussão levantada pelas trabalhadoras sobre o adoecimento psíquico em decorrência de suas vivências no trabalho doméstico. Em minha perspectiva, o curta e a pesquisa acadêmica não apenas conversam, como também se retroalimentam de alguma maneira. O filme, em especial o curta-metragem, pode alcançar um público mais amplo do que uma dissertação por meio de sua narrativa. Isso foi comprovado com as próprias babás que o assistiram, já que em 15 minutos é possível se conectar com mais pessoas. Contudo, a dissertação me ofereceu a oportunidade de explorar detalhadamente o percurso da pesquisa em áreas que não seriam viáveis em um filme, mesmo que um longa-metragem. Cada um desses formatos, a meu ver, oferece um espaço para reflexão com tempos, públicos e narrativas distintas. E acredito que o curta de Stella possibilite a abertura de um debate crítico em torno de temas que são desdobrados neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **África, números do tráfico Atlântico**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio. (org.) *Dicionário da escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

AKOTIRENE, Carla Santos. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén. 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUGUSTA, Nísia F. B. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Introdução e notas: Constância L. Duarte. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho doméstico remunerado: condições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil**. *Psicologia e Sociedade*. Vol. 32. Belo Horizonte: setembro/2020.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARTHES, Roland. 1984. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Millet – 2.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, Maria Aparecida S. (2002). **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida S. *Psicologia Social do Racismo*. p. 25-58. Rio de Janeiro: Vozes.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência**. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, S^a época, N^o 20, 2^o semestre 2008.

_____; FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Tania. **A realidade do trabalho doméstico na atualidade**. Brasília: CFEMEA, 2011.

BIVASCHI, M. B. **Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais**. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, 2014.

BUTLER, Judith (2003). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é Deus**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1991.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. *ESTUDOS AVANÇADOS* 17 (49), 2003.

CARVALHO, Paula. **Uma nova vida para Stella do Patrocínio**. *Revista Cult*. 24 de maio de 2024. Disponível em <<https://encurtador.com.br/V43W9>> Acesso em 26 mai. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Blumenau, Letras Contemporâneas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Coleção História do povo brasileiro.

COSTA, Suely Gomes. **Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez.

_____. **Metáforas do tempo e do espaço doméstico**: Rio de Janeiro: século XIX. 1996. 2 v. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem.

CRUZ, Rosângela A. C. (2017). **Gênero e educação nas escritórias de Conceição Evaristo: um olhar sobre Ponciá Vicêncio e Becos da Memória**. Em: Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual. Acessado em Janeiro/2024, <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3142.pdf>>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**; trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIONÍSIO, Gustavo; SUGAWARA, Gisele. **Rosana Paulino: arte, crítica, subjetividade**. GÊNERO, v.19, n.1, 2018.

EVARISTO, Conceição (2007). **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FERRAZ, Lígia Maciel. **Na casa dos outros:trânsitos e ambiguidades das empregadas domésticas no cinema latino-americano**. Dissertação. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2021.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Forma Certa, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª edição, Rio de Janeiro: Record, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo : Loyola, 1996.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Trabalho doméstico**. In: Hirata, H. et al (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica**. Los Angeles: mimeografado, 1979.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira in: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos**. Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1980.

_____. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

GOUVEIA, Rachel. **Fanon e a loucura**. Quatro cinco um. 01 fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/dRS67>>. Acesso em 14 jan. 2024.

GORENDER, J. (1980). **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática.

GROSFUGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudo de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: Santos, B.; Meneses, M. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2009.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. **Reading affect: on the heterotopian spaces of care and domestic work in private households**. *Forum Qualitative Social Research*, v. 8, n. 2, artigo 11, maio de 2007. Berlim, 2007.

GUILLANT, L. (2006). **Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica**. M. In E. A. Lima (Org.). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 242-286.

GUSMÃO, X. (2007). **Novos Direitos do Doméstico**. *Âmbito Jurídico*, 10(40).

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Covid-19, 2020**.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada et. al. **Nota Técnica n.º 75: Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covi-19 no Brasil**. Jun/2020

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No estúdio do fotógrafo: representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. 2006. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Tradução: Jéssica Oliveira de Jesus. Auflage, 2010.

KOFES, S. **Mulheres, mulheres- identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

LIMA, Diane. **Poeta e mercadoria**. Quatro cinco um. 24 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ajpvo>> . Acesso em 23 jan. 2024.

LOBO, Patrícia A. C. **Chicanas em busca de território: a herança de Gloria Anzaldúa**. 2015. 442f. Tese (doutorado). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2015. p. 47. ANZALDÚA, op. cit., 1987.

LODY, Raul Giovanni. **Pano da Costa**. Rio de Janeiro: Funarte, 1977.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e Gênero**. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, 2008. No.9: pp. 73- 101.

MANTOVANI, Emanuele; COUTINHO, Silvia Virginia Areosa. **Trabalho doméstico na pandemia de covid-19: a agudização dos conflitos e contradições**. *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 2021.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. *Série Espaço & Debate*. 3ºed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARTINS, Elisa. **Casos de abusos à trabalhadora doméstica crescem durante a pandemia**. Disponível em <<https://encurtador.com.br/41u9W>> Jornal O Globo. Acesso em: 10 janeiro de 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

MOSÉ, Viviane. Apresentação. In: PATROCÍNIO, Stella do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2001.

NASCIMENTO, Beatriz. **Mulher negra no mercado de trabalho**. In: Ratts, A. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Alecsandra Matias de. **O revide da mãe preta: artistas e pesquisadores ressignificam imagens das amas-de-leite**. *Nonada Jornalismo*, 2023.

_____. **Memória da Pele: O Devir da Arte Contemporânea Afro-Brasileira**. *Arte e Cultura da América Latina*, v. 25, 2012.

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PATROCÍNIO, Stella do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2001.

PEEREN, Esther. **The spectral metaphor: living ghosts and the agency of invisibility**. London: Palgrave Macmillan, p. 1-32; 76-109, 2014

PEREIRA, Carlos Alberto M.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 202.

PEREIRA, Rage Marcela. **Breve análise do papel do afeto na perpetuação da invisibilidade do trabalho escravo doméstico no Brasil**. São Paulo, 2022.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PINHEIRO; LIMA JR.; FONTOURA; SILVA. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Ipea, Brasília, n. 24, mar., 2016.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, E (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. pp.227-278.

RAMOS, Sara Martins. **Stella do Patrocínio: entre a letra e a negra garganta de carne**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2022.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro – dezembro/2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SHAW, Deborah. **Intimacy and distance: domestic servants in Latin American women's cinema: La mujer sin cabeza/The headless woman and El niño pez/The fish child**". In: MARTIN, Deborah; SHAW, Deborah (orgs). *Latin American women filmmakers: production, politics, poetics*. Londres, Nova York: I.B.Tauris, p. 123-148, 2017.

SILVA, C. L. L.; ARAÚJO, J. N. G.; MOREIRA, M. I. C.; BARROS, V. A. **O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade**. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SORJ, Bila. **Socialização do cuidado e desigualdades sociais**, *Tempo social*. v. 26, n. 1, 2014.

SOUTO, Mariana. **Infiltrados e invasores: uma perspectiva comparada sobre as relações de classe no cinema brasileiro contemporâneo**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Estudos dos Pós-graduandos em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social Rio de Janeiro**: Zahar, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Afeto e violência: sobre mães negras, amas de leite, e babás**. *Nexo*, 29 março 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/B8q5F4>>. Acesso em 12 out. 2023.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, vol. 4.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. **Pode o subalterno falar?** / Gayatri Chakravorty Spivak; tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAMANINI, Marlene. **O processo saúde/doença das empregadas domésticas: gênero, trabalho e sofrimento**. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis Edição Esp. Temática*, p. 49-69, 2000.

TELLES. Lorena Féres da Silva. **Amas de Leite**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio. (org.) *Dicionário da escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, Nanah Sanches. **O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto**. 2014. Dissertação (Mestrado)— Universidade de Brasília, Brasília.

ZACHARIAS, Anna Carolina Vicentini. **Stella do Patrocínio, ou o retorno de quem sempre esteve aqui**. *Revista Cult*. 22 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/PFDwX>>. Acesso em 12 out. 2023.

_____. **Stella do Patrocínio: da internação involuntária à poesia brasileira.** 2020. Dissertação (Mestrado)— Unicamp, São Paulo.

ZURUTUZA, C. e BERCOVICH, C. **Muchacha se necesita la situación de la empleada domestica en la Argentina.** In: CEM (Centro de Estudios de la Mujer). Nicarágua : 1986.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS:

O PÂNTANO. Direção: Lucrecia Martel. Argentina, 2001, 103 min

A TETA ASSUSTADA. Direção: Claudia Llosa, Peru, 2009, 95 min

O MENINO-PEIXE. Direção: Lucía Puenzo, Argentina, 2009, 96 min

A CRIADA. Direção: Sebastián Silva, Chile, 2009, 97 min

RECIFE FRIO. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2009, 24 min

BABÁS. Direção: Consuelo Lins. Brasil, 2010, 20 min.

TRABALHAR CANSA. Direção: Juliana Rojas e Marco Dutra. Brasil, 2011, 1h 39m

O SOM AO REDOR. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2012, 131 min

DOMÉSTICA. Direção: Gabriel Mascaro. Brasil, 2012, 1h 15min

DO OUTRO LADO DA COZINHA. Direção: Jeanne Dosse. Brasil/França, 2013, 40 min

CASA GRANDE. Direção: Fellipe Gamarano Barbosa. Brasil, 2014, 115 min

QUE HORAS ELA VOLTA?. Direção: Anna Muylaert. Brasil, 2015, 1h52 min

AQUARIUS. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2016, 2h25 min

TRAVESSIA. Direção: Safira Moreira. Brasil, 2017, 05 min

AS BOAS MANEIRAS. Direção: Juliana Rojas e Marco Dutra. Brasil, 2018, 135 min

ROMA. Direção: Alfonso Cuarón. México. 2018, 135 min

**ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA
VOLTADO PARA AS BABÁS**

1. Qual o seu nome?
2. Como prefere ser chamada para essa pesquisa?
3. Qual sua escolaridade?
4. Qual seu estado de origem?
5. Qual sua cidade/ seu bairro de moradia?
6. Qual sua declaração de cor/raça?
7. Você trabalha há quanto tempo nessa casa?
8. Há quantos anos atua enquanto babá?
9. Seus patrões assinam sua carteira?
10. Qual a cor/raça dos seus patrões?
11. Qual sua idade?
12. Qual seu estado civil?
13. Você tem filhos? Caso sim, quantos?
14. Caso tenha filhos, elas/eles são criados por quem quando você vem trabalhar?
15. Qual sua escala de trabalho?
16. Com que frequência você consegue voltar pra casa?
17. Como é sua relação com os filhos dos patrões?
18. Como é a relação com os seus patrões?
19. Você já sofreu algum tipo de assédio por parte dos seus patrões?
20. Você gosta de trabalhar como babá?
21. Qual seria a profissão dos seus sonhos?
22. Você é a única babá da família?
23. Você costuma ter tempo para você?
24. Você consegue ter tempo para sua família?
25. Tem alguma pergunta que não fiz e que você gostaria que eu tivesse feito?

**ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA
VOLTADO PARA AS BABÁS**

1. Com quantos anos você começou a trabalhar como babá? E por quê?
2. O que representa para você ser babá?
3. Com quem você aprendeu a desenvolver essa profissão?
4. Qual era a profissão dos seus pais?
5. Qual era a profissão dos seus avós maternos e paternos?
6. Você exerceu alguma outra profissão? Caso sim, qual e por quanto tempo?
7. Como foram seus outros trabalhos como babá?
8. Quais são seus dias de folga? O que gosta de fazer?
9. Você sente saudades de casa?
10. Você sente falta dos seus filhos?
11. Quantos anos o seu/seus filho/os tem agora?
12. Vocês têm casa própria?
13. Como é sua rotina no trabalho? Quais são suas tarefas?
14. Como é sua escala de horários?
15. Caso more no serviço, como é essa experiência pra você?
16. Você escolheu ser babá?
17. O que você acha de usar uniforme?
18. Você tem quarto na casa que trabalha?
19. Você pode circular por todos os ambientes da casa?
20. Quais os locais que geralmente você costuma passear com as crianças?
21. Você é obrigada a usar uniforme?
22. Você cuida somente das crianças ou precisa fazer outras tarefas dentro da casa?
23. Você é feliz exercendo o seu trabalho?
24. Como os seus patrões te tratam?
25. Você é feliz? Quais seus sonhos?
26. Tem alguma pergunta que não fiz e que você gostaria que eu tivesse feito?

**ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA
VOLTADO PARA AS BABÁS | SAÚDE MENTAL**

01. Como era sua saúde mental antes de ingressar no trabalho doméstico?
02. Como você avaliaria sua saúde mental após ingressar no trabalho doméstico?
03. Você já teve algum sintoma físico que tenha associação ao fator emocional?
04. Caso tenha tido, poderia me descrever como foi ou é?
05. Você já teve acesso a algum acompanhamento psicológico? Caso tenha tido, como foi?
06. Caso não tenha tido acompanhamento psicológico, gostaria de ter?
07. Existe algum sintoma de fundo emocional que se manifeste em você com alguma frequência?
08. Caso tenha algum sintoma de fundo emocional frequente, poderia me contar como é?
09. O que significa pra você ter saúde mental?
10. Tem alguma pergunta que não fiz e que você gostaria que eu tivesse feito?

**ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA
VOLTADO PARA AS EMPREGADORAS**

1. Como foi sua infância, você foi criada pelos seus pais?
2. Você foi criada por babás? Caso sim, por quanto tempo?
3. Como eram suas babás?
4. Você lembra o nome da sua antiga babá?
5. Você mantém contato com a sua/suas antigas babás?
6. Como foi sua formação escolar?
7. Como era seu núcleo familiar? Quais familiares participaram da sua criação?
8. Qual seu estado de origem?
9. Qual era seu bairro de moradia na infância?
10. Qual é seu bairro de moradia atual?
11. Qual era a profissão dos seus pais?
12. Qual era a profissão dos seus avós maternos e paternos?
13. Qual sua profissão?
14. Com quantos anos você ingressou no mercado de trabalho?
15. Você exerceu alguma outra profissão? Caso sim, qual e por quanto tempo?
16. Qual sua declaração de cor/raça?
17. Qual a sua idade?
18. Qual seu estado civil?
19. Qual sua área profissional? Você gosta dela?
20. Qual sua escala de trabalho?
21. Você tem filhos? Caso sim, quantos?
22. Caso tenha filhos, elas/eles são criados por quem pra você trabalhar?
23. Você poderia me falar um pouco da babá dos seus filhos? Como ela é?
24. Se você pudesse definir a babá dos seus filhos em uma palavra, qual seria?
25. Tem alguma pergunta que não fiz e que você gostaria que eu tivesse feito?